

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

**Anuário do
Instituto
Rio-Branco**

1978-1979-1980



INSTITUTO RIO-BRANCO

SUMÁRIO

O Instituto Rio-Branco

Histórico	11
Organização	13
Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata e Concurso de Provas para Ingresso Direto na Carreira de Diplomata . .	15
Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD)	17
Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD) e Curso de Altos Estudos (CAE)	21

Relatório de 1978

Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata	27
Concurso de Provas para Ingresso Direto na Carreira de Diplomata	47
Curso de Preparação à Carreira de Diplomata	79
Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas e Curso de Altos Estudos . . .	107
Formatura da Turma de 1977	111

Relatório de 1979

Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata	123
Curso de Preparação à Carreira de Diplomata	133
Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas e Curso de Altos Estudos . . .	155
Formatura da Turma de 1978	159

Relatório de 1980

Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata	167
Curso de Preparação à Carreira de Diplomata	181
Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas e Curso de Altos Estudos . . .	205
Formatura da Turma de 1979	209

<i>Legislação 1978, 1979, 1980</i>	215
--	-----

<i>Professores do IRBr em 1978, 1979 e 1980</i>	237
---	-----

INSTITUTO RIO-BRANCO

1978, 1979, 1980

Diretor

Ministro Sérgio F. Guarischi Bath (1978 – 1980)

Chefe de Secretaria e Coordenador de Ensino:

Ministro Oswaldo Biato (1978–1980)

Assessores do Diretor:

Conselheiro Maria da Natividade Ribeiro Petit (1978-1980)

Secretário Carlos Henrique Cardim (1978)

Secretário Fernando Jablonsky (1978)

Conselheiro Hermógenes de Paula (1979–1980)

Secretário Appio Cláudio Muniz Acquarone Filho (1979–1980)

Coordenadora-Adjunta de Ensino:

Clarisse F. da Silva (1978–1980)

INSTITUTO RIO-BRANCO

Histórico

Organização

**Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata
e Concurso de Provas para Ingresso Direto na Carreira de Diplomata
Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD)
Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD)
e Curso de Altos Estudos (CAE)**

HISTÓRICO

O Instituto Rio-Branco foi criado pelo Decreto-Lei nº 7.473, de 18 de abril de 1945, por ocasião das comemorações do Centenário do Barão do Rio-Branco. A idéia, já anteriormente lançada pelo Embaixador Jorge Latour, quando ainda Secretário, voltou a tomar impulso, dinamizada por seu próprio autor.

Os objetivos específicos do Instituto eram, por um lado, a formação básica do diplomata profissional e, por outro, a manutenção de seu contínuo aperfeiçoamento.

A regulamentação e o início da realização das metas, fixadas pelo Decreto-Lei nº 7.473, ocorreram durante o Governo do Presidente Eurico Gaspar Dutra, no âmbito do Decreto-Lei nº 9.032, de 6 de março de 1946.

Os diplomas legais que criaram o Instituto Rio-Branco e regularam seu funcionamento mantiveram o sistema dualista de admissão à Carreira Diplomática, isto é, através de concursos diretos (Concursos de Provas) e através de Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, cuja duração é de dois anos. Esta última forma vem prevalecendo sobre a primeira a fim de atender à necessidade de prover os futuros diplomatas com treinamento profissional adequado, recorrendo-se ao Concurso de Provas apenas quando o número de vagas na classe inicial o exija.

Pelo Decreto nº 45.535, de 5 de março de 1959, foi alterada a sistemática do Exame Vestibular, no sentido de que seu processamento se realize em três etapas: a primeira, de provas vestibulares iniciais, aplicada em diferentes Capitais estaduais, e as etapas seguintes, realizadas em Brasília, de exames físicos e psicológicos, e de provas finais.

Até 1980 realizaram-se 35 exames vestibulares e, através do CPCD, formaram-se 690 diplomatas. Com a nomeação da turma de 1980 elevou-se para 794 o número de funcionários que ingressaram na Carreira de Diplomata através do IRBr, incluindo-se entre eles os 104 recrutados mediante Concurso de Provas, relativos aos anos de 1954, 1955, 1962, 1967, 1975, 1977 e 1978.

Por despacho de 5 de junho de 1975, o Senhor Ministro de Estado da Educação e Cultura homologou o Parecer nº 1.842/75, do Conselho Federal de Educação, que reconhece o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata como Curso de graduação de nível superior, atribuindo ao Instituto

Rio-Branco a designação de "estabelecimento de nível superior". Nos termos do Relatório que informou o citado Parecer, o reconhecimento em questão "permite aos diplomados pelo CPCD gozar das prerrogativas que a lei confere aos formados por curso superior".

Como resultado do Plano de Reforma e Transferência do IRBr, aprovado pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores em fins de 1975, foram mantidas e ampliadas algumas inovações:

- a) realização do Exame Vestibular para o CPCD em junho e julho;
- b) acolhimento de bolsistas estrangeiros, provenientes de países em desenvolvimento da América Latina e África, que se destinam à Carreira Diplomática no respectivo país;
- c) expansão da carga de matérias profissionalizantes;
- d) realização de estágios práticos em três departamentos do MRE;
- e) designação de orientadores (diplomatas do MRE) para os alunos.

ORGANIZAÇÃO

O Instituto Rio-Branco é órgão integrante do Ministério das Relações Exteriores, e está diretamente subordinado ao Ministro de Estado.

As atividades do Instituto Rio-Branco acham-se disciplinadas no Regimento Interno da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, Decreto nº 71.534, de 12.12.72, complementado pela Portaria nº 456, de 24.10.77, e por Regulamento próprio, aprovado pela Portaria nº 473, de 11.01.78, com a alteração do Art. 7º § 2º, introduzida pela Portaria nº 480, de 17.10.78.

O Instituto Rio-Branco tem por finalidade:

- a) recrutar, selecionar e formar pessoal para a Carreira Diplomática; e
- b) realizar cursos de aperfeiçoamento ou especialização para servidores do Ministério das Relações Exteriores.

O Instituto, sob chefia do Diretor, compreende a Secretaria e a Coordenação de Ensino. O Diretor é nomeado pelo Presidente da República, e escolhido pelo Ministro de Estado, por indicação do Secretário Geral, entre os Ministros de Primeira e Segunda Classe. O Chefe da Secretaria e o Coordenador de Ensino são nomeados pelo Ministro de Estado entre os diplomatas das categorias de Ministro de Segunda Classe, Conselheiro e Primeiro Secretário.

Para preencher suas finalidades, o Instituto mantém os seguintes cursos:

- 1) Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD);
- 2) Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD);
- 3) Curso de Altos Estudos (CAE);
- 4) Cursos de Aperfeiçoamento e Especialização.

O Instituto poderá organizar cursos e financiar programas de estudos (e.g. o Programa de Incentivo a Estudos no Exterior), no interesse do Ministério das Relações Exteriores.

O Instituto organiza concurso de provas para o ingresso direto na Carreira de Diplomata, sempre que as necessidades de recrutamento o exigem.

EXAME VESTIBULAR AO CURSO DE PREPARAÇÃO
À CARREIRA DE DIPLOMATA E CONCURSO DE
PROVAS PARA INGRESSO DIRETO NA CARREIRA DE DIPLOMATA

Disposições Gerais

As condições para inscrição no Exame Vestibular são as seguintes: a) ser brasileiro e atender ao requisito do art. 145 § único da Constituição Federal; b) contar no mínimo 19 e no máximo 30 anos de idade; c) ser eleitor e estar em dia com as obrigações militares; d) ter bons antecedentes; e) ter concluído, pelo menos, a segunda série ou 4º período ou semestre de curso de graduação de instituição de ensino superior reconhecido ou de universidade estrangeira, comprovada, neste caso, a equivalência com os estudos correspondentes no Brasil. O número de créditos obtidos comprovadamente, deverá caracterizar bom aproveitamento, em ritmo normal. Quando o candidato for casado com pessoa de nacionalidade estrangeira, será inscrito condicionalmente e só será matriculado após obtida a devida autorização do Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Divulgação do Vestibular

A divulgação do Vestibular é feita por funcionários da Carreira Diplomática, nas diversas Capitais onde funcionam os centros de inscrição: Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Manaus, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo.

Admissão

A admissão ao CPCD faz-se mediante aprovação em Exame Vestibular, realizado em três fases:

1ª Fase – Provas Vestibulares Iniciais: Português, Francês e Inglês. São eliminatórias: Português, e Francês (ou Inglês). As provas vestibulares iniciais realizam-se, concomitantemente, na sede do Instituto Rio-Branco e em Capitais de vários Estados da União; os exames e provas das demais fases se efetuam na sede do Instituto Rio-Branco. Aos candidatos residentes nos Estados,

que se habilitem na 1ª fase, o IRBr provê transporte e hospedagem, em Brasília, para que se submetam aos demais exames e provas.

2ª Fase — Exames de Sanidade e Capacidade Física e Psíquica, investigação social e entrevistas (eliminatórios). Os candidatos aprovados na 1ª Fase são submetidos a Exames de Sanidade e Capacidade Física e Psíquica, a cargo de entidade oficial ou oficializada, ou de junta médica de especialistas, à escolha do Diretor do Instituto Rio-Branco. É também realizada investigação dos costumes e do conceito corrente do candidato. Os exames e a investigação têm efeito eliminatório.

Uma comissão, designada pelo Diretor do Instituto Rio-Branco, entrevista os candidatos e, com base nos resultados dos exames, da investigação e da entrevista, emite, a respeito de cada um deles, parecer sobre sua aptidão para a Carreira Diplomática e sobre a conveniência de sua admissão às Provas Vestibulares Finais. Quando a Comissão conclui contrariamente à admissão do candidato, o Diretor submete o respectivo expediente, com seu parecer, à decisão do Ministro de Estado. O Diretor procede da mesma forma caso discorde do parecer favorável da comissão.

3ª Fase — Provas Vestibulares Finais: História do Brasil, História Mundial e Geografia do Brasil (eliminatórias); Geografia Geral, Noções de Direito e Noções de Economia (classificatórias). As provas vestibulares finais destinam-se a completar o processo de seleção do Exame Vestibular e a aferir conhecimentos básicos, indispensáveis aos estudos a serem realizados no CPCD. Essas provas são escritas.

São considerados aprovados os candidatos que obtêm a nota mínima de 50 pontos em cada matéria e média global de 60 pontos. Os candidatos aprovados ficam habilitados à matrícula no 1º ano do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, segundo sua classificação final, e dentro do número de vagas, fixado pelo Edital da abertura das inscrições. O Exame Vestibular só é válido para matrícula no CPCD no ano letivo imediato.

Quanto ao Concurso de Provas para Ingresso Direto na Carreira de Diplomata, a única exigência diferente das do Exame Vestibular é a de que o candidato tenha completo o curso universitário e não apenas dois anos ou quatro semestres.

O concurso compreende provas de Português, Francês e Inglês, na primeira fase, todas eliminatórias, inclusive orais das línguas estrangeiras; a segunda fase é igual à do Exame Vestibular; provas de História Mundial e do Brasil, Economia, Direito Internacional Público e Privado, todas eliminatórias, e classificatórias de Geografia, Direito Civil, Comercial e Constitucional, Ciência Política e Relações Internacionais constituem a terceira fase.

É feito o mesmo processo de divulgação do Exame Vestibular, nas principais capitais brasileiras, onde também são realizadas as provas escritas de línguas, fazendo os que passarem nestas os exames orais e demais provas em Brasília.

CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA (CPCD)

Organização do Curso

O Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD), ministrado em dois anos, é gratuito e de frequência obrigatória.

O Curso obedece a um planejamento global, no qual se integram os programas das diversas matérias, inclusive os do Exame Vestibular. Para fins de coordenação, as matérias estão agrupadas em seções.

O escalonamento das matérias, em grau crescente de conteúdo profissional, é feito de forma que as disciplinas de uma fase possam servir de embasamento aos estudos da fase seguinte. O plano de estudos obedece, assim, a pressupostos e objetivos correspondentes a cada seção.

Seção de Línguas

As línguas estrangeiras fundamentais são o inglês e o francês. Ao longo dos dois anos de curso, os objetivos são os seguintes:

- desenvolver a expressão oral dos que já têm expressão escrita em inglês ou francês;
- consolidar o conhecimento básico de um ou de outro idioma, para os que não o tem consolidado, procurando, dentro dos limites do possível, homogeneizar a turma;
- ensinar (especialmente no 2º ano) a utilização profissional das duas línguas (no debate, na correspondência diplomática, nos comunicados à imprensa, na exposição oral, nos relatórios, etc.).

As línguas estrangeiras complementares (alemão, árabe, chinês, espanhol, japonês, russo, etc.) têm por objetivo didático mais modesto, dar ao aluno:

- o conhecimento básico estrutural, passivo, do idioma, que poderá servir como base para posterior desenvolvimento;
- a capacidade de usar a língua, minimamente, no caso do japonês e do árabe, de forma passiva (alfabetização e conhecimento do léxico essencial, leitura simples) e ativa (conversação simples, entendimento de frases habituais). No caso do espanhol, do alemão e do russo: troca oral de informações práticas e na medida do possível, uso das mesmas em condições profissionais.

Seção Básica

Tem como finalidade dar ao aluno o conteúdo acadêmico, básico necessário para sua atividade profissional. Inclui matérias de Economia, Direito, Sociologia, Ciência Política e História, distribuídas nos 2 anos de curso.

Seção Profissionalizante

Inclui cursos relacionados com as atividades profissionais, dando ao aluno um conhecimento prático da carreira que futuramente irá exercer.

O currículo do 1º ano consta das seguintes matérias: na seção básica: Ciência Política, Sociologia, Economia (em 1979 e 1980) e Direito (em 1978 e 1979: Teoria Geral do Direito Público; em 1980: Direito Constitucional e Direito Internacional Público); e na seção profissionalizante: Expressão e Redação Profissional e Organização e Métodos de Trabalho do MRE.

Para o 2º ano, as matérias são as seguintes: na seção básica: Direito Internacional Público, Direito Internacional Privado, Economia (em 1979 e 1980) e História das Relações Exteriores do Brasil (1978 e 1979); e na seção profissionalizante: Prática Consular, Promoção de Exportações, Relações Internacionais e Prática Diplomática (em 1979 e 1980).

Regime Didático

Na execução dos programas, procura-se acentuar os aspectos profissionais e interdisciplinares do treinamento objetivado pelo Curso de Preparação à Carreira de Diplomata. Em consequência, a fim de racionalizar os encargos escolares dos alunos, permitindo-lhes melhor aproveitamento nos estudos e visão mais integrada dos cursos ministrados, promove-se a preparação de trabalhos que impliquem, sempre que possível, tratamento interdisciplinar de temas profissionais.

Sistema de Aprovação

É aprovado o aluno que obtém, no mínimo, 50 pontos em cada matéria, e 60 pontos de média global.

Poderá requerer exame de segunda época o aluno que tiver média global, e só não tenha logrado a nota final mínima em uma matéria. É permitida a repetência, uma só vez e no ano letivo imediato, ao aluno que se encontre em uma das seguintes situações: não tenha obtido os pontos necessários no exame de segunda época; se bem que aprovado em todas as matérias, não tenha conseguido a média mínima; ou, por motivo justo, haja excedido o número de faltas admissíveis.

A nota final do CPCD é a média ponderada das médias globais do Exame Vestibular e de cada ano letivo, atribuindo-se peso 1 à primeira e peso 2 à média global de cada ano.

Corpo Docente

Os professores são designados pelo Diretor do Instituto Rio-Branco, após aprovação dos seus nomes pelo Ministro de Estado. A designação é feita para um ano letivo apenas, podendo, entretanto, haver recondução. Os membros do Corpo Docente são escolhidos entre professores universitários e funcionários da carreira de Diplomata, tendo estes últimos preferência para reger as cadeiras especializadas inerentes à atividade diplomática.

Bolsas

Aos alunos do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata são concedidas bolsas de estudo, cujo montante é fixado anualmente pelo Diretor do Instituto.

Prêmios

Prêmio Rio-Branco

No fim do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, são conferidas medalha de ouro (vermel) e medalha de prata ao 1º e 2º colocados no CPCD, classificados de acordo com a média final obtida nos termos do Artigo 13 do Regulamento do Instituto Rio-Branco.

Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva

Ao 1º e 2º colocados no Exame Vestibular ao CPCD são conferidos, respectivamente medalhas de prata e de bronze.

O prêmio foi estendido aos candidatos aprovados em 1º e 2º lugares no Concurso de Provas para Ingresso Direto à Carreira de Diplomata, e, com efeito retroativo, também aos diplomatas ingressados por Concurso de Provas anteriores que obtiveram, no respectivo Concurso aquelas classificações, de acordo com a Portaria nº 476, de 31.5.78.

Prêmio de Viagem

Para cada turma que conclui o CPCD, há prêmios de viagem, na proporção de um premiado para 15 alunos ou fração. São considerados os alunos que tenham obtido as melhores médias para o conjunto dos dois anos do CPCD, excluídas as notas do exame vestibular. O prêmio consiste de estágio de 30 a 45 dias, em repartição diplomática ou consular, conforme o interesse da Administração do MRE. É gozado cerca de seis meses após a posse, em posto cujas atividades se relacionem com a unidade de trabalho em que o funcionário esteja lotado.

Prêmio Itamaraty

Instituído em dezembro de 1979, destina-se a premiar o aluno estrangeiro que conclui o CPCD com a melhor classificação. Consiste de viagem de sete dias a uma das regiões geográficas do Brasil, escolhida pelo premiado; o itinerário é organizado em colaboração com o Instituto, que fornece passagem aérea e diárias.

Para atribuição do Prêmio Itamaraty, os cálculos são baseados nas médias anuais, tais como comunicadas pelo IRBr aos Governos estrangeiros interessados. Para as mesmas, só contribuem as disciplinas cujos estudos e trabalhos correspondem ao nível regular do CPCD.

Atividades Extracurriculares

Com a reforma, em 1976, do programa do Instituto Rio-Branco para o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, passaram a fazer parte do curso viagens de estudos pelo Brasil, em que os alunos têm oportunidade de visitar diversas regiões do país, com o objetivo de inteirar os alunos dos problemas nacionais e de tudo o que se refere ao país nos diversos campos de interesse. São também um treinamento em viagens de caráter oficial, semelhantes às que terão de fazer durante a carreira.

O Instituto proporciona conferências, pronunciadas por professores convidados e palestras dos alunos bolsistas sobre seus respectivos países.

Os alunos fazem estágios profissionalizantes nos diversos Departamentos do Itamaraty, em dois ou três períodos, distribuídos pelo ano letivo. Tais estágios são parte essencial do CPCD e se destinam a dar ao aluno oportunidade de contacto direto com a realidade e a sistemática de trabalho do Ministério das Relações Exteriores.

CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE DIPLOMATAS (CAD)

CURSO DE ALTOS ESTUDOS (CAE)

O Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD) e o Curso de Altos Estudos (CAE) constituem um sistema de treinamento e qualificação funcional, na forma prevista pelo Artigo 6º da Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, que estabelece:

“A ascensão e a progressão funcionais obedecerão a critérios seletivos, a serem estabelecidos pelo Poder Executivo, associados a um sistema de treinamento e de qualificação destinado a assegurar a permanente atualização e elevação do nível de eficiência do funcionalismo”.

O CAD tem por objetivo treinar os Segundos Secretários em matérias de nível intermediário, preparando-os para o acesso aos escalões de Primeiro Secretário e de Conselheiro. Por sua vez, os funcionários desta última categoria terão no CAE uma etapa de preparação aos estágios superiores da Carreira: Ministro de Segunda Classe e de Primeira Classe.

O CAE foi criado formalmente em 1961, pela Lei nº 3.917. Quanto ao CAD, foi instituído pelo Decreto nº 71.323, de 1972. A inovação trazida pelo Decreto nº 79.556 refere-se somente ao nível próprio para o primeiro daqueles Cursos, que passou a ser o de Conselheiro — classe inexistente em 1961. Esta alteração foi feita dentro do espírito da reforma instituída pelo Decreto-Lei nº 200, de 29 de setembro de 1969, pelo qual cabe ao Executivo regular, por Decreto, os critérios para a progressão funcional, *ex-vi* do Artigo 6º da Lei nº 5.645, de 1970, acima citado.

O CAD é fundamentalmente um curso por correspondência: os Segundos Secretários nele matriculados recebem textos básicos, além de outros materiais didáticos, sobre as disciplinas previstas, prestando exame escrito, posteriormente, em Brasília ou, no caso dos funcionários lotados no exterior, através do sistema de malas diplomáticas, mediante o envio de aplicadores de provas ou com a chamada a serviço à Secretaria de Estado pela duração dos exames, havendo, naturalmente, ampla possibilidade de diálogo entre o aluno e o Instituto.

No que diz respeito ao CAE, sua atividade básica consiste no preparo de trabalho sobre tema de relevância funcional, aprovado previamente pelo Instituto Rio-Branco. O trabalho, apresentado por escrito, será julgado por Banca Examinadora designada pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores. Em época prevista pelo Edital de regulamentação do CAE em que está inscrito, será convocado para a defesa oral do trabalho, perante a mesma Banca Examinadora. Completa-se o ciclo do CAE com estágio de curta duração em Brasília, constando de visitas, trabalhos individuais e em grupo, seminários, viagens, etc., propiciando atualização nos principais setores da vida nacional.

A escolha do tema para o trabalho é aspecto importante deste processo. A sugestão inicial deve partir do aluno, no momento em que se candidate à matrícula, podendo refletir os temas a área geográfica de sua maior experiência na Carreira. A determinação definitiva do tema, contudo, exigirá a aprovação do Instituto, com vistas a assegurar que o trabalho, definido precisamente, tenha relevância funcional e contribua para o acervo de documentação do Itamaraty. Em outras palavras, o trabalho deverá constituir subsídio útil para a formulação e execução da política externa do País.

Tanto para o CAD como para o CAE não há publicação de notas ou classificação dos alunos. A aprovação é por conceito, podendo os alunos reprovados matricular-se em qualquer Curso posterior.

A implantação dos dois Cursos na forma estabelecida pelo Decreto nº 79.556 e pelas Portarias nºs 450 e 451, em que se baseia o Edital, é feita na consciência de que os modelos adotados deverão ser adaptados na prática às peculiaridades da Carreira, e também a certas limitações objetivas, como a de recursos financeiros e humanos. Por isso as normas estabelecidas pelas Portarias — e mais ainda as do Decreto — são propositadamente genéricas, assegurando ampla margem para a realização dos ajustes que se revelem necessários. O importante é que, com a instituição do CAD e do CAE, dá-se forma concreta ao processo de aperfeiçoamento e valorização do Diplomata brasileiro.

RELATÓRIO 1978

ATIVIDADES DO INSTITUTO RIO-BRANCO EM 1978
Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata
Concurso de Provas para Ingresso Direto na Carreira de Diplomata
Curso de Preparação à Carreira de Diplomata
Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas
Curso de Altos Estudos
Formatura da Turma de 1977

EXAME VESTIBULAR AO CURSO DE PREPARAÇÃO
À CARREIRA DE DIPLOMATA

Primeira Fase

As inscrições estiveram abertas de 20 de março a 5 de maio em Brasília e nos diversos centros regionais de inscrição: Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre.

Para essas cidades foram enviados os seguintes diplomatas, que se encarregaram de divulgar o concurso nos diversos centros acadêmicos e órgãos de divulgação de cada cidade:

Belo Horizonte: Cons. Augusto Estellita Lins

Curitiba: Cons. Virgílio Moretzsohn

Fortaleza: Min. Sérgio F. G. Bath

Porto Alegre: Sec. Leda Lúcia Camargo

Recife: Cons. Oswaldo Biato

Salvador: Sec. Fernando Jablonski

São Paulo: Sec. João Zicardi Navajas

As provas iniciais realizaram-se nessas capitais nos dias 30 de maio (Português), 31 de maio (Francês) e 1º de junho (Inglês).

O Diretor do Instituto Rio-Branco designou a seguinte banca examinadora:

Português: Min. Augusto Estellita Lins e Prof. Antônio Salles Filho

Francês: Profs. Michel Hospital e Clarisse F. da Silva

Inglês: Profs. Sara Burkitt Walker e Iain Alasdair Bruce

As provas realizadas nas capitais dos Estados foram aplicadas pelos seguintes diplomatas:

Belo Horizonte: Sec. Cesar de Paula Cidade

Curitiba: Sec. Alcir C. Rebello

Fortaleza: Sec. Paulo Joppert Crissiuma

Porto Alegre: Sec. Victor Gobato

Recife: Sec. Michael Goggin

Rio de Janeiro: Sec. Maria da Natividade Ribeiro Petit

Salvador: Sec. Eduardo Hermany

São Paulo: Sec. Luiz Fernando de Atahyde Gouveia

Movimento

Inscritos:	797
Desistentes	402
Compareceram	395
Aprovados	84

Segunda Fase

Os candidatos habilitados na primeira fase dos exames vestibulares submeteram-se, em Brasília, aos exames de sanidade e capacidade física e psíquica e à investigação de costumes e conceito corrente e a entrevistas de avaliação de aptidão profissional de acordo com o Artigo 7º do Regulamento do Instituto Rio-Branco. Os exames de sanidade e capacidade física estiveram a cargo de banca supervisionada pelo Dr. Evane Soares e os de capacidade psíquica a cargo do Instituto de Psicologia, Seleção e Orientação (IPSO), conduzidos por seu Diretor, Dr. Geraldo Servo. Para as entrevistas de aptidão vocacional, foram designados os Ministros Sérgio de Queiroz Duarte e Adolpho Corrêa de Sá e Benevides e o Conselheiro Oswaldo Biato.

Movimento

Convocados	84
Desistentes	3
Habilitados	52

Terceira Fase

As provas vestibulares finais realizaram-se nas seguintes datas:

- 17 de julho: História do Brasil;
- 20 de julho: Geografia;
- 24 de julho: História Mundial;
- 27 de julho: Direito.

Foi a seguinte a banca nomeada para esta fase:

História do Brasil

Profa. Maria Aparecida Silva

História Mundial

Prof. David Gueiros Vieira

Geografia

Profa. Ignez da Costa B. Ferreira

Direito

Prof. José Francisco Rezek

Movimento Geral:

Convocados	52
Aprovados	52

Foi a seguinte a classificação final: (*)

Leonilda Beatriz Campos Gonçalves
 Marcos Bezerra Abbott Galvão
 Evandro de Sampaio Didonet
 Fernando Simas Magalhães
 Denis Fontes de Souza Pinto
 Matias Antonio Senra de Vilhena
 Luís Fernando Panelli Cesar
 Cícero Martins Garcia
 George Monteiro Prata
 Ricardo Neiva Tavares
 Ana Cândida Perez
 Sérgio Taam
 Ana Maria Pinto Morales
 Luiza Maria Guerra Campelo
 Luiz Alberto Figueiredo Machado
 Hélio Póvoas Júnior
 Ellen Osthoff Ferreira de Barros
 Durval Carvalho de Barros
 Oswaldo Henrique Teixeira de Macedo
 Paulo Cesar Capelli Nogueira
 Arnaldo Caiche D'Oliveira
 Paulo Roberto da Costa Pacheco
 Douglas Wanderley de Vasconcellos
 José Fiuza Neto
 Carlos Alberto de Oliveira Pessoa
 Mônica de Menezes Campos
 José Vicente da Silva Lessa
 Paulo Roberto Palm
 Marisa Baranski
 Pedro Henrique Eduardo Magalhães
 Carmem Lídia Richter Ribeiro Moura
 Vitor Hugo de Souza Irigaray
 Ana Cristina Campello Torres
 Luiz Carlos Galindo Medeiros
 Sheila Maria de Oliveira
 Paulo Roberto Campos Tarrisse da Fontoura
 José Wilson Moreira
 José Fernando Valim
 Carlos Alberto Lamback

(*) Alguns candidatos foram posteriormente aprovados no Concurso de Provas para Ingresso direto na Carreira de Diplomata, realizado em agosto/outubro de 1978.

José Borges dos Santos Júnior
 Manuel Innocencio de Lacerda Santos Junior
 Louis Carlos Mello
 Manoel Carlos Lourenço Gualda
 Eduardo de Mattos Hosannah
 Maria Juliana Dutra Martins
 José Mauro da Fonseca Costa Couto
 Luiz Henrique Sobreira Lopes
 Renato Sergio de Assumpção Faria
 Flávia Raquel Ribeiro da Luz
 Miguel Júnior França Chaves de Magalhães
 Eduardo Carvalho
 Rujiza Mara Andreyevich

O primeiro colocado fez jus a medalha de ouro e o segundo a medalha de prata do Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva.

CARACTERÍSTICAS DAS PROVAS

I) A prova de Português consta das seguintes partes:

- a) redação sobre tema de ordem geral, com a extensão mínima de 450 palavras (valor: 60 pontos);
- b) resumo de um ou mais textos (valor: 40 pontos).

A prova procura avaliar não só a correção gramatical e a propriedade formal da linguagem escrita (estilo, sintaxe, léxico, ortografia, acentuação, pontuação) como a sua estruturação, a relevância a adequação das idéias com respeito ao tema.

II) As provas de Francês e de Inglês constam de duas partes:

- a) redação sobre tema de ordem geral, com a extensão mínima de 400 palavras (valor: 60 pontos);
- b) versão de um ou mais textos (valor: 40 pontos).

III) As demais provas se compõem de:

- a) dissertação, no valor de 40 pontos;
- b) três pequenas dissertações, no valor de 20 pontos cada uma.

IV) Todas as provas são escritas, com a duração de quatro horas e meia.

V) Na prova de Direito só é admitida a consulta a textos legais que forem fornecidos pelo Instituto, se este considerar tal consulta necessária.

PROGRAMAS

HISTÓRIA DO BRASIL

1ª Parte

1. *A Independência e seus Antecedentes*: A situação política européia e a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil. A influência das idéias liberais e suas principais manifestações. O Brasil, sede da monarquia portuguesa: problemas econômicos, sociais e administrativos. A política externa. O Constitucionalismo português e a independência do Brasil.
2. *O Brasil Imperial – Política e Administração*: A Constituição de 1824. A evolução dos partidos políticos. Os movimentos políticos e suas influências sócio-econômicas.
3. *O Brasil Imperial – Economia*: A estrutura econômica. A política econômico-financeira do Império até 1844. O protecionismo alfandegário e suas conseqüências. A mão-de-obra: o braço escravo, o trabalhador assalariado.
4. *O Brasil Imperial – Sociedade e Cultura*: A população. A estrutura social. Vida cultural.
5. *O Brasil Imperial – Política Externa*: O reconhecimento da Independência. Os problemas platinos. As fronteiras. Questões com a Inglaterra.
6. *O Advento da República*: As crises do fim do Império: a questão religiosa, as questões militares, a abolição da escravatura. O Partido Republicano: suas idéias e ação. O positivismo.

2ª Parte

7. *O Brasil Republicano – Política e Administração*:
 - a) *A Primeira República (1889–1930)* – O Governo Provisório. A Constituição de 1891. A Emenda Constitucional de 1926. A Revolução de 1930.
 - b) *A Segunda República (a partir de 1930)* – O constitucionalismo de 1932. A Constituição de 1934. O Estado Novo e a Constituição de 1937. A redemocratização e a Constituição de 1946. A Constituição de 1967.

8. *O Brasil Republicano – Economia:*
- a) *A Primeira República (1889–1930)* – A estrutura econômico-financeira; as heranças imperiais e as modificações trazidas pela Primeira República. A crise de 1929 e suas conseqüências.
 - b) *A Segunda República (a partir de 1930)* – A industrialização. Repercussões da Segunda Grande Guerra Mundial na economia brasileira. A política econômica a partir do Movimento de 1964.
9. *O Brasil Republicano – Sociedade e Cultura:* A população: a expansão demográfica; a imigração e a colonização; as migrações internas, a urbanização. A estrutura social. A legislação trabalhista.
10. *O Brasil Republicano – Política Externa:*
- a) *A Primeira República (1889–1930)* – O reconhecimento da República e os problemas diplomáticos até 1898. A obra do Barão do Rio Branco. O Brasil e o Pan-americanismo. A primeira Guerra Mundial e o Brasil na Liga das Nações.
 - b) *A Segunda República (a partir de 1930)* – A Política externa do Brasil. A Segunda Guerra Mundial. O Brasil e a ONU. O Brasil e a OEA.

HISTÓRIA MUNDIAL

1ª Parte

1. Transformações do século XVIII. A crise do Antigo Regime e o Despotismo Esclarecido. A Revolução Industrial e a Revolução Francesa.
2. Da Era Napoleônica à Europa da Santa Aliança.
3. O Liberalismo e o Princípio das Nacionalidades no século XIX. As reformas na Inglaterra. A unificação da Itália e da Alemanha.
4. A expansão da Europa no século XIX. A política das Grandes Potências na China, no Japão e na África. As rivalidades coloniais até 1914.
5. A política européia do Congresso de Berlim de 1878 à Primeira Guerra Mundial. O Sistema das Alianças. Os problemas balcânicos.

6. O pensamento político, social e econômico do século XIX. O Progresso científico e tecnológico.

2ª Parte

7. A Primeira Guerra Mundial e suas conseqüências políticas, sociais e econômicas. Os Princípios de Wilson, a Paz de Versalhes e a Liga das Nações.
8. A Europa entre as duas Guerras. A Crise Econômica de 1929–1932. A União Soviética. A Alemanha e o Nazismo. A Itália e o Fascismo.
9. A Segunda Guerra Mundial e suas conseqüências. As Conferências de Moscou, Teerã, Ialta e Potsdam.
10. A Reconstrução da Europa. O Plano Marshall e a política da integração econômica. A Comunidade Econômica Européia e o Bloco Soviético. A Comunidade Britânica.
11. A Ásia de 1918 a 1965. A dissolução do Império Otomano. A Liga Árabe e o Estado de Israel. A Índia, a China e o Japão.
12. A Guerra Fria e a formação de blocos. O problema de Berlim. A Guerra da Coreia. A OTAN e o Pacto de Varsóvia.
13. A emancipação das Nações Africanas.
14. O Mundo, de 1945 a 1965. Os problemas econômicos e a revolução tecnológica e científica. Os principais problemas políticos e militares na Europa, Ásia e África. A ação da ONU.

3ª Parte

15. Os movimentos de Independência na América e a formação de novos Estados.
16. Os Estados Unidos, da Independência à Primeira Guerra Mundial. Expansão territorial. Guerra de Secessão. Desenvolvimento econômico. A Doutrina de Monroe e a América Latina. A Guerra com a Espanha.
17. A América Latina, da Independência à Primeira Guerra Mundial. Aspectos gerais da evolução política, econômica e social. Principais questões internacionais.

18. Os Estados Unidos entre as duas guerras: o isolacionismo; Roosevelt, o "New Deal" e a política da Boa Vizinhança.
19. A América Latina entre as duas guerras. Aspectos gerais da evolução política, econômica e social. Principais questões internacionais.
20. As Américas e a Segunda Guerra Mundial. A participação da América Latina. A consolidação do princípio de solidariedade continental e o fortalecimento do sistema interamericano.
21. O Pan-Americanismo. Origem e principais aspectos da sua evolução. O Tratado do Rio de Janeiro e a Organização dos Estados Americanos.
22. As Américas de 1945 a 1965. Desenvolvimento econômico e problemas sociais e políticos. A cooperação interamericana.

GEOGRAFIA

A) A Organização do espaço terrestre

1. Os componentes naturais. Inter-relações do relevo, clima, vegetação e solo; os grandes ecossistemas da superfície terrestre e sua significação para o homem.
2. A ação humana. Distribuição, crescimento e mobilidade espacial da população.
3. A Anglo-América. Condicionantes naturais e organização espacial da economia.
4. A Europa Ocidental. Condicionantes naturais e organização espacial da economia.
5. A Europa Oriental. Condicionantes naturais e organização espacial da economia.
6. A América Latina. Condicionantes naturais e organização espacial da economia.
7. O Continente Africano. Condicionantes naturais e organização espacial da economia.
8. A Ásia e o Pacífico. Condicionantes naturais e organização espacial da economia.

B) O Brasil

1. Quadro natural: Características gerais e principais unidades do relevo brasileiro. Os recursos do subsolo.
2. As grandes unidades climático-botânicas e suas relações com a ocupação humana.
3. Distribuição geográfica da população e seus fatores: o povoamento, o crescimento vegetativo, as migrações internas e o processo de urbanização. Estrutura etária e profissional da população.
4. Características da agricultura no Brasil: a estrutura fundiária; a utilização da terra; áreas agropastoris; expansão da fronteira agrícola.
5. Características e distribuição espacial da atividade industrial. Principais centros industriais. A infra-estrutura para o desenvolvimento: o potencial energético e seu aproveitamento; a rede de transporte.
6. As grandes regiões brasileiras: o quadro natural e a ocupação humana.

DIREITO

1. O Direito objetivo. A norma jurídica: estrutura, validade, classificação. As fontes do Direito objetivo.
2. Fatos e atos jurídicos. Elementos, classificação e vícios do ato jurídico. Relação jurídica. Negócio jurídico.
3. Personalidade e capacidade. Pessoas jurídicas de Direito público interno e de Direito privado.
4. Interpretação da norma jurídica: métodos tradicionais. Integração e aplicação do Direito.
5. Divisões do Direito: público e privado, interno e internacional. Situação do Direito Constitucional, do Direito Administrativo, do Direito Internacional Público e do Direito Internacional Privado no quadro classificatório.
6. O estado brasileiro. Personalidade jurídica e soberania. O território brasileiro em sentido estrito e suas extensões legais.

7. Nacionalidade. Condição jurídica do estrangeiro.
8. Organização nacional. O regime republicano, a forma federativa do Estado e o sistema presidencial de governo.
9. A ordem jurídica. Competência da União e dos Estados federados.
10. Os três poderes independentes e harmônicos. Formação e estrutura.
11. O sistema de controle recíproco dos três poderes. A Constitucionalidade das leis e a legalidade dos atos da administração.
12. O processo legislativo no âmbito federal. Espécies. Formas de iniciativa. Procedimento ordinário.
13. Procedimentos especiais: a emenda à Constituição e as leis complementares. O decreto-lei.
14. O regime representativo. Direitos políticos. Alistabilidade e elegibilidade.
15. O sistema eleitoral. Condição jurídica dos partidos políticos. Disciplina partidária.
16. O tratado internacional: natureza jurídica, espécies, processo de elaboração, efeitos, extinção.
17. A condição jurídica do mar e do espaço aéreo. Canais, estreitos e rios internacionais.
18. Órgãos das relações internacionais. O serviço diplomático e serviço consular: imunidades e privilégios: A responsabilidade internacional do Estado.
19. As organizações internacionais: personalidade jurídica, estrutura, competência. Espécies de organizações internacionais.
20. A solução pacífica dos litígios internacionais: meios diplomáticos e políticos. A arbitragem. A solução judiciária.

PROVAS DOS EXAMES VESTIBULARES 1978

PROVA DE PORTUGUÊS

A – Redação

Valor: 60 pontos

Guia de avaliação:

1. Estrutura de desenvolvimento – 15 pontos
2. Correção da expressão – 30 pontos
3. Propriedade da expressão – 15 pontos

As palavras que seguem constam do discurso pronunciado pelo Presidente Giscard d'Estaing, em Paris, no dia 26 de abril 1976, no banquete que ofereceu ao Presidente Ernesto Geisel. Preparar redação com o máximo de 450 palavras, examinando as idéias ali contidas a respeito dos objetivos do desenvolvimento brasileiro, os meios empregados para efetuar-lo, e as dificuldades encontradas. O objetivo desta questão é aferir a capacidade de expressão clara, ordenada e correta em língua portuguesa.

“Estamos conscientes da profunda transformação que o Brasil está atravessando. Conhecemos os incomparáveis recursos de que dispõe para enfrentar os problemas do mundo moderno: a imensidade de seu território, o aumento de sua população e sua harmoniosa diversidade, a riqueza do seu solo e subsolo, a qualidade de suas elites. Conhecemos, sobretudo, o esforço para progredir que anima todo o seu povo; mais do que nunca, o nome do Brasil é sinônimo de audácia, energia e confiança. A faixa litorânea dos primórdios da colonização brasileira se transformou em um verdadeiro continente ao redor da capital, atravessado pela miragem verde da Amazônia. A tarefa é imensa; ninguém pode duvidar de que esteja ao alcance dos meios de que o Brasil dispõe. . .”

B – Resumo

Valor: 40 pontos

Resuma o essencial de cada uma das quatro respostas abaixo reproduzidas, dadas pelo Ministro Antonio F. Azeredo da Silveira a jornalistas, na Alemanha (em cerca de 45 palavras cada uma).

1) Qual a posição do Brasil no Terceiro Mundo?

Resposta — A constante mutação da realidade contemporânea nos obriga a atualizar permanentemente os conceitos que usamos para analisá-la. É discutível a validade de afirmações que se baseiam na divisão do mundo em compartimentos mais ou menos estanques ou que supõem que um país pertença exclusivamente a uma única comunidade de nações. O Brasil, que, por sua fidelidade aos valores humanísticos, se filia ao chamado mundo ocidental, integra também outros agrupamentos de nações com os quais tem afinidades específicas. Repartimos com as nações em desenvolvimento as mesmas aspirações por uma melhoria, absoluta e relativa, dos padrões de vida bem como o desejo de ver reformadas as estruturas atuais da distribuição da riqueza e do poder mundiais. Isso nos leva a ter uma participação ativa em todas as questões que interessam as nações em desenvolvimento, e a prestar-lhes a solidariedade necessária. Este comportamento não exclui, é claro, um relacionamento cordial e proveitoso com os países industrializados.

2) Qual a posição do Brasil no jogo de forças Estados Unidos — Comunidade Européia?

Resposta — O Brasil mantém as melhores relações tanto com os Estados Unidos quanto com as nações que integram a Comunidade Européia. Recentemente, assinamos com alguns desses países importantes atos que evidenciam nosso desejo de desenvolver com eles uma cooperação intensa e mutuamente vantajosa. Em suas relações com outros países, o Brasil não procura acentuar eventuais divisões nem pretende — o que parece implícito na pergunta — servir de peão num “jogo de força” entre terceiros. Pretende apenas utilizar ao máximo as oportunidades que se abrem para um intercâmbio diversificado que atenda aos seus interesses. Conforme assinali há poucos dias no Seminário patrocinado pelo *Financial Times*, no Rio de Janeiro, a política externa brasileira se projeta em vetores que não são mutuamente excludentes ou conflitantes. A Europa e os Estados Unidos são vetores igualmente importantes. O que ocorre é que somente há pouco aumentaram-se de forma notória as possibilidades de cooperação com a Europa. O acordo de cooperação em matéria nuclear com a República Federal da Alemanha é um exemplo da importância que essa cooperação pode ter para ambas as partes.

3) Quantos anos o Brasil precisará para chegar à independência completa no setor nuclear? Vinte anos ou mais?

Resposta — A decisão do Governo brasileiro de lançar-se num programa de construção de centrais nucleares em larga escala, com o objetivo de suprir com essa fonte 10 milhões de kw dos 70 milhões que deveremos estar consumindo em 1990 demonstra claramente a preocupação do Brasil em desenvolver este ramo vital da indústria moderna. O Acordo negociado com a República Federal da Alemanha é uma peça importante desse esforço. É sabido que justamente uma das principais razões de termos dado preferência à RFA para a cooperação nuclear se deve ao fato de que esse país nos ofereceu a possibilidade de um acordo abrangente que cobrisse todas as fases da produção de energia atômica e inclusive a transferência progressiva dos conhecimentos tecnológicos pertinentes, bem como a utilização em escala crescente de recursos humanos e de capital brasileiros.

A execução do Acordo terá como efeito prático imediato a elevação de demanda por técnicos e cientistas nacionais e estimulará a pesquisa em campos conexos ao da energia nuclear. A preocupação com a progressiva autonomia do Brasil nesse setor está pois presente nos planos do Governo e se expressa nos próprios termos do Acordo. O que não me parece ser um exercício útil, entretanto, seria a tentativa de fixar prazos rígidos para uma tarefa de tal magnitude, que envolve variáveis tão complexas como o próprio desenvolvimento científico e tecnológico do País.

4) Existe uma supremacia do Brasil na América Latina?

Resposta — O Brasil, que lutou contra o colonialismo político muito cedo na sua história e que tem uma crônica incessante pela independência econômica, não poderia ele próprio pautar sua atuação internacional por normas que condena em outras nações. Nosso relacionamento com a América Latina é baseado num sentimento de fundamental solidariedade que nos liga a países que, a par de afinidades históricas e geográficas, repartem conosco condições similares de desenvolvimento econômico e têm aspirações semelhantes quanto à reestruturação da ordem internacional. Esse espírito de fraternidade, reforçado ao longo dos anos, tem presidido às nossas ações com relação à América Latina, quer no plano da cooperação internacional, quer no terreno multilateral. Neste último, pode-se destacar, como exemplo do nosso desejo de cooperar com as demais nações do continente, o apoio dado pelo Brasil à criação do SELA, organismo sub-regional destinado a coordenar esforços dos países latino-americanos sobretudo no terreno econômico.

PROVA DE FRANCÊS

A – Rédaction

Valeur: 60 points

- 1) Plan et développement: 15 points
 - 2) Correction grammaticale: 30 points
 - 3) Style: 15 points
- Nombre de mots: environ 300 mots

Notre civilisation semble engagée dans un processus effréné de consommation d'énergie, ce qui entraîne un épuisement de nos ressources et un accroissement de la pollution. Quelles solutions peut-on envisager pour mettre un terme a cette escalade?

B – Thème

Valeur: 40 points

Traduire en Français le texte suivant:

Experiência e Fantasia

O gosto da maravilha e do mistério, quase inseparável da literatura de viagens na era dos grandes descobrimentos marítimos, ocupa espaço singularmente reduzido nos escritos quinhentistas dos portugueses sobre o Novo Mundo.

... Podiam admitir o maravilhoso, e admitiam-no até de bom grado, mas só enquanto se achasse além da órbita de seu saber empírico. Do mesmo modo, em suas cartas náuticas, continuarão a inscrever certos topônimos antiquados ou imaginários, até ao momento em que se vejam levados a corrigi-los ou suprimi-los, conforme o caso.

Não era essa, então, a atitude comum entre povos navegadores. Já às primeiras notícias de Colombo sobre as suas Índias tinham começado a desvanecer-se naquele Novo Mundo os limites do possível. E se todas as coisas ali surgiam magnificadas para quem as viu com os olhos da cara, apalpou com as mãos, calcou com os pés, não seria estranhável que elas se tornassem ainda mais portentosas para os que sem maior trabalho e só com o ouvir e sonhar se tinham por satisfeitos.

Reduzidas porém à palavra impressa, com o prestígio que se associa à novidade, muitas razões falsas e caprichosas deveriam ganhar, por aquele tempo, a força das demonstrações. A Rabelais, ou a quem escreveu o quinto livro de *Pantagruel*, deve-se certa alegoria que traduz a importância atribuída,

entre seus contemporâneos, à literatura corrente sobre as terras incógnitas. Disforme velhinho, de enorme goela em que se agitam sete línguas – ou uma língua repartida em sete –, a falarem simultaneamente em sete idiomas diversos, o prodigioso *Ouyr-Dire*, apesar de cego e paralítico das pernas, ostenta da cabeça aos pés tanto de orelhas quanto de olhos tivera Argos. Cercado de uma chusma de homens e mulheres, sempre atentos e gulosos de ciência, não cessa o monstro de ministrar-lhes, ajudado do mapa-múndi, explicações sumárias, em breves e incisivos aforismos, a respeito das mais notáveis maravilhas existentes em toda a superfície desta esfera terrestre, com o que se fazem eles sapientíssimos doutores, aptos a discorrer de cor e com perfeita elegância, sobre os mínimos aspectos da matéria versada.

De Hollanda, Sérgio Buarque – Visão do Paraíso.

Observação – Diante de dificuldade relativa à tradução precisa de termo ou expressão, o candidato poderá valer-se de sinônimo ou paráfrase, desde que respeite a propriedade contextual, a concisão e sobretudo a correspondência conceitual.

Vocabulário

Chusma n.f. Chiourme, tous les rameurs d'une galère. // Equipage d'un vaisseau. // Foule; multitude. // *chusmas de criados*, valetaille. *Em chusma* (loc. adv.), en foule.

Desvanecer, v.t. (Il se conjugue comme *abastecer*). Dissiper, effacer, faire disparaître; détruire. // Enorgueillir, rendre vain, présomptueux. // *Desvanecer-se*, v. pr. S'évanouir, se dissiper, s'effacer. // Oublier. // S'enorgueillir.

Goela, n.f. Gossier, gorge; gueule. // Fam. *Ter goela de pato*, se dit de celui qui avale de grands morceaux. // *Ter as goelas calejadas*, avoir le gosier pavé. // *Ele deitou-lhe as mãos às goelas*, il l'a pris à la gorge.

Mapa-Múndi n.m., Mappemonde, carte qui représente le globe terrestre divisé en deux hémisphères.

in Azevedo, Domingos de – Grande Dicionário Português–Francês
– 4ª Edição

PROVA DE INGLÊS

A – Composition

Value: 60 marks

Plan and arrangement of ideas: 15 marks

Grammatical accuracy:	30 marks
Suitability of language (Vocabulary and usage):	15 marks

Write a composition of approximately 300 words on the following subject:

Discuss the role of Brasilia in the development of Brazil.

B – Translation

Value: 40 marks

Translate the following passage into English:

Galeão, um ano de bom funcionamento

O novo Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro está surpreendendo passageiros e técnicos: em pouco tempo, passou a operar sem problemas, quase com perfeição.

Depois de um ano de operações, vencida a fase de adaptação do pessoal ao requintado equipamento eletrônico, o Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro mostrou ser financeiramente auto-sustentável, superou sem problemas a demanda prevista, deixou de ser alvo de vandalismo e furtos. E está demonstrando a correção da advertência de que as obras de ampliação não deveriam ser paralisadas: a eficiência do terminal, que desde o início vem sendo tão elogiada, poderia ser prejudicada.

O bom funcionamento, obtido em tempo recorde, e as modernas instalações do aeroporto carioca o transformaram numa das atrações turísticas do Rio de Janeiro: além dos 4,7 milhões de usuários, 1 milhão de pessoas estiveram no Galeão apenas para visitá-lo.

A cidade-aeroporto

O Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro foi idealizado como uma cidade, capaz de receber e embarcar milhões de passageiros e toneladas de carga com rapidez, conforto e segurança. Até as dificuldades iniciais, consequência do pouco tempo disponível para o treinamento do pessoal, foram previstas tanto assim que o Galeão em seis meses normalizou sua rotina.

Inicialmente, calculou-se que o perfeito funcionamento do Galeão demandaria pelo menos um ano: a própria condição de marco na evolução do sistema aeroportuário brasileiro, com total mudança de conceitos e drástica

modernização de equipamentos, reforçava a tese de que haveria grandes dificuldades até que a rotina se normalizasse. Antes do Galeão, o conceito de aeroporto era de que se tratava apenas de um ponto final de aeronaves, com pequena infra-estrutura de apoio e um esquema simples de administração e prestação de serviços.

No novo aeroporto, começaram a ser utilizados computadores e novas formas de comunicação; o moderno conceito de aeroporto foi trazido para o país. Foi um grande salto; e, no Galeão, a transição foi vencida sem que ocorressem os problemas tão comuns em outros países.

Visão, 20 de março de 1978

Observação: Diante de dificuldade relativa à tradução precisa de termo ou expressão, o candidato poderá valer-se de sinônimo ou paráfrase, desde que respeite a propriedade contextual, a concisão e sobretudo a correspondência conceitual.

PROVA DE HISTÓRIA DO BRASIL

Parte A – Dissertação

A transferência da Família Real Portuguesa para o Brasil: Causas e Conseqüências.

Valor: Roteiro – 5 pontos
Desenvolvimento – 35 pontos
Total – 40 pontos

Parte B – Pequenas dissertações

1. O Tráfico Negreiro.
2. A Proclamação da República.
3. A Revolução de 1930.

Valor de cada questão: 20 pontos
Extensão mínima: 15 linhas

PROVA DE HISTÓRIA MUNDIAL

Parte A – Dissertação

A expansão territorial dos EUA, no século XIX.

Valor – Roteiro: 5 pontos
Desenvolvimento: 35 pontos
Total: 40 pontos

Parte B – Pequenas dissertações

1. A unificação da Itália.
2. O Egito de Gamal Abdel Nasser.
3. Ghandi e a independência da Índia.
Valor de cada questão: 20 pontos
Extensão mínima: 15 linhas

PROVA DE GEOGRAFIA

Parte A – Dissertação

O homem como agente modificador do meio-físico

Valor: Roteiro: 5 pontos
Desenvolvimento: 35 pontos
Total: 40 pontos

Parte B – Pequenas dissertações

1. Que fatores podem ser apontados como tendo influenciado a concentração populacional na região nordeste dos Estados Unidos da América?
2. A distribuição da atividade industrial no Brasil pode ser indicador de desigualdades regionais? Explique.
3. Que transformações vêm ocorrendo no uso da terra, em áreas de pecuária do centro-oeste brasileiro?

Valor de cada questão: 20 pontos
Extensão mínima: 15 linhas

PROVA DE DIREITO

Parte A – Dissertação

A nacionalidade brasileira; ou

O controle da constitucionalidade das leis pelo Judiciário.
Valor: 40 pontos

Parte B – Pequenas dissertações

1. **Determine a situação do Direito Internacional Privado no campo do Direito.**
2. Determine a distinção entre fato jurídico e ato jurídico.
3. I – Determine a distinção entre membros do serviço diplomático e membros do serviço consular em matéria de imunidade de jurisdição.
ou
II – Determine a distinção entre meios diplomáticos e meios políticos de solução dos litígios internacionais.
Valor de cada questão: 20 pontos

**CONCURSO DE PROVAS PARA INGRESSO DIRETO
NA CARREIRA DE DIPLOMATA**

A existência de vagas na classe inicial da Carreira de Diplomata levou o Instituto Rio-Branco a realizar, em 1978, o Concurso de Provas para Ingresso Direto na Carreira. Trata-se do 7º Concurso de Provas realizado desde a criação do Instituto em 1946, sendo que os demais foram efetuados em 1954, 1955, 1962, 1967, 1975 e 1977.

As inscrições estiveram abertas entre 12 de junho e 31 de julho em Brasília e nos mesmos centros regionais de inscrição dos exames vestibulares. Foram enviados os seguintes diplomatas para a divulgação do concurso:

Belo Horizonte: Sec. Fernando Jablonski
Porto Alegre: Sec. Leda Lúcia Martins Camargo
Curitiba: Sec. João Zicardi Navajas
São Paulo: Min. Sérgio Guarischi Bath
Salvador: Cons. Oswaldo Biato
Recife: Sec. Gastão Bandeira de Melo
Rio de Janeiro: Sec. Maria da Natividade Ribeiro Petitt

A fim de aplicar os exames da primeira fase, foram designados os seguintes diplomatas:

Belo Horizonte: Sec. Flávio Macieira
Porto Alegre: Sec. Vitor C.P. Gobato
Curitiba: Sec. Monica R. Salski
São Paulo: Sec. João Zicardi Navajas
Salvador: Sec. Orlando Celso Timponi
Recife: Sec. Luiz A. Dubeux Fonseca
Rio de Janeiro: Sec. Maria da Natividade Ribeiro Petitt

1ª Fase

As provas escritas da primeira fase realizaram-se nos dias 14, 15 e 16 de agosto (Português, Francês e Inglês, respectivamente) em Brasília e nos centros regionais. Os aprovados nestas provas escritas submeteram-se aos exames orais, em Brasília, a partir de 25 de setembro.

A banca examinadora desta fase foi constituída dos seguintes professores:

Português

Min. Augusto Estellita Lins e Prof. Antônio Salles Filho

Francês

Profs. Clarisse F. da Silva e Michel Hospital

Inglês

Profs. Sara Burkitt Walker e Anthony Francis Twisleton-Wykeham-Fiennes

Movimento

Inscritos	204
Compareceram	67
Aprovados	14

2ª Fase

Os exames da segunda fase compreenderam exames de sanidade e capacidade física, a cargo do Dr. Evane Soares, Encarregado do Serviço Médico do Itamaraty, e exames de sanidade e capacidade psíquica, realizados no Instituto de Psicologia, Seleção e Orientação, sob a direção de seu Diretor, Dr. Geraldo Servo. A comissão incumbida de avaliar a aptidão profissional dos candidatos, de acordo com o Artigo 7º do Regulamento do Instituto Rio-Branco foi constituída dos Ministros Sérgio de Queiroz Duarte e Adolpho Corrêa de Sá e Benevides e do Conselheiro Oswaldo Biato.

Movimento

Convocados	14
Inabilitados	1
Habilitados	13

3ª Fase

As provas da terceira fase realizaram-se nas seguintes datas:

- 16 de outubro: História Mundial e do Brasil
- 18 de outubro: Economia
- 20 de outubro: Direito Internacional Público e Privado
- 24 de outubro: Geografia
- 26 de outubro: Direito Civil, Comercial e Constitucional
- 30 de outubro: Ciência Política e Relações Internacionais

Foi nomeada a seguinte banca para esta fase:

História

Prof. David Gueiros Vieira

Economia

Cons. Carlos Eduardo Paes de Carvalho

Direito

Profs. José Francisco Rezek e Anna Maria Villela

Geografia

Profa. Ignez Costa Barboza Ferreira

Ciência Política e Relações Internacionais

Cons. Ronaldo Sardenberg e Sec. Luiz Felipe Seixas Corrêa

Movimento Geral:

Convocados	13
Aprovados	10

Foi a seguinte a classificação final:

João Frederico Abbott Galvão Junior

Leonilda Beatriz Campos Gonçalves

George Ney de Souza Fernandes

Mitzi Gurgel Valente

Maria Auxiliadora Figueiredo

Oswaldo Henrique Teixeira de Macedo

Roberto Jaguaribe Gomes de Mattos

Virgílio Raitzin Távora

Maria Edileuza Silva Fontenele

Appio Cláudio Muniz Acquarone Filho

Aos novos diplomatas foi dado um estágio profissionalizante, de 4 a 16 de dezembro, em tempo integral, constante de uma série de conferências sobre a política externa brasileira e estágios sobre a dinâmica funcional do Itamaraty; estiveram a cargo dos professores do Instituto e de outros diplomatas, e constaram das seguintes matérias:

“Sistemas de Informação no Itamaraty”, a cargo do Conselheiro Márcio Paulo de Oliveira Dias

“Organização e Métodos do MRE”, a cargo do Ministro Sérgio F. G. Bath

“Serviço Diplomático”, a cargo do Conselheiro Oswaldo Biato

“Comunicações no Itamaraty”, a cargo do Conselheiro Cláudio Sotero Caio

“Promoção Comercial”, a cargo do Conselheiro Renato Prado Guimarães

“Expressão e Redação Profissional”, a cargo do Ministro Augusto Estellita Lins

“Serviço Consular”, a cargo do Secretário Flávio Sapha
 “Processualística dos Atos Internacionais”, a cargo do Conselheiro
 Oswaldo Biato

As conferências foram proferidas também por diplomatas do Itamaraty,
 e constaram dos seguintes temas:

“As Grandes Linhas da Política Exterior do Brasil” – Embaixador João
 Clemente Baena Soares

“O Brasil nas Nações Unidas” – Embaixador Luiz Paulo Lindenberg
 Sette

“Brasil e Estados Unidos” – Conselheiro Ronaldo Mota Sardenberg

“As Responsabilidades do Itamaraty na Condução da Política Econô-
 mica Externa” – Ministro Proença Rosa

“O Brasil na América Latina” – Embaixador Hermes Pereira de Araujo

“Em que Medida o Diplomata Necessita de Conhecimentos de Econo-
 mia?” – Conselheiro Carlos Eduardo Paes de Carvalho.

“Orientação Profissional; o Métier do Diplomata Brasileiro” – Ministro
 Gilberto Coutinho Paranhos Velloso

“O Brasil e os Países em Desenvolvimento” – Ministro Marcos Castrito
 de Azambuja

“O Brasil no Sistema Interamericano” – Embaixador Marcello Raffaelli

“A História Diplomática do Brasil” – Ministro Sérgio F. G. Bath

DIPLOMATAS NOMEADOS PELO CONCURSO DE PROVAS 1978

Appio Claudio Muniz Acquarone Filho

Bacharel em Direito, Faculdade Cândido Mendes; Comércio Exterior,
 Instituto de Cultura Jurídica; Mercado de Capitais, Faculdade Cândido
 Mendes.

Aristides Teixeira de Almeida

Licenciado em Letras (Português-Francês), Universidade Gama Filho;
 Certificat d'Etudes, Universidade de Nancy; Certificate of Proficiency
 in English, Universidade de Michigan.

George Ney de Souza Fernandes

Licenciado em Letras (Português-Literatura), Universidade Federal Flu-
 minense; Bacharel em Direito, Universidade Federal Fluminense; Lower
 Certificate in English, Universidade de Cambridge; Certificat Pratique
 Langue Française (1^{er}. degré), Universidade de Nancy.

João Frederico Abbott Gabvão Junior

Bacharel em Direito, Universidade Federal do Rio Grande do Norte;

Certificate of Proficiency in English, Universidade de Michigan; Diplô-
 me d'Etudes Françaises, Universidade de Nancy; Certificate of Profi-
 ciency in English, Universidade de Cambridge.

Leonilda Beatriz Campos Gonçalves

Comunicação Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Post-
 Graduate Diploma in Management, Heriot Watt University, Edinburgh.

Maria Auxiliadora Figueiredo

Bacharel em Letras, Universidade de São Paulo.

Maria Edileuza S. Fontenele

Comunicação Social, CEUB; Certificate of Proficiency in English, Uni-
 versidade de Michigan; Certificat d'Etudes, I, Nancy; Certificat Cours de
 Langue et Civilisation Françaises, Paris.

Mitzi Gurgel Valente

Biologia, Universidade da Califórnia, Los Angeles.

Oswaldo Henrique Teixeira de Macedo

Licenciado em História, Universidade Federal Fluminense

Roberto Jaguaribe Gomes de Mattos

Engenharia Elétrica, PUC, Rio de Janeiro

Virgílio Raitzin Távora

Bacharel em Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

CARACTERÍSTICAS DAS PROVAS

PORTUGUÊS

A prova escrita de Português consta das seguintes partes:

a) Redação sobre tema de ordem geral, com extensão de 450 a 600
 palavras.

Valor: 60 pontos.

b) Resumo de um ou mais textos.

Valor: 40 pontos.

A prova procura avaliar não só a correção gramatical e a propriedade formal da linguagem escrita (estilo, sintaxe, léxico, ortografia, acentuação, pontuação) como a sua estruturação, a relevância e adequação das idéias com respeito ao tema.

FRANCÊS E INGLÊS

As provas escritas de Francês e Inglês constam de duas partes:

- a) Redação sobre tema de ordem geral, com a extensão de, no mínimo, 400 palavras.

Valor: 60 pontos.

- b) Versão de um ou mais textos.

Valor: 40 pontos.

As provas orais de Francês e Inglês constam de duas partes:

- a) Exposição sobre tema de atualidade e perguntas sobre o assunto. (O candidato tem 10 minutos para preparar a exposição).

Duração: cerca de 10 minutos.

Valor: 50 pontos.

- b) Leitura e tradução de texto em linguagem corrente e respostas a perguntas relativas a este texto.

Duração: cerca de 10 minutos.

Valor: 50 pontos.

O candidato deve poder utilizar com suficiente desembaraço e correção a língua escrita e a falada.

As demais provas escritas se compõem de:

- a) Dissertação, no valor de 40 pontos
- b) Quatro pequenas dissertações no valor de 15 pontos cada uma.

PROGRAMAS

ECONOMIA

I – Análise Microeconômica

1 – Teoria do Consumidor

- 1.1 A procura de bens de consumo. O conceito de elasticidade, relações entre elasticidade, receita total e receita marginal.
- 1.2 O conceito de utilidade e o de utilidade marginal. O princípio da utilidade marginal decrescente. Curvas de indiferença. O equilíbrio do consumidor. Os efeitos preço, renda e substituição.

2 – Teoria da Produção

- 2.1 Função de produção. Lei dos rendimentos decrescentes. Curvas de igual produto. A procura por fatores de produção. Complementariedade e substituição.
- 2.2 As curvas de custo. Custos totais, médios e marginais. Custos de curto e longo prazo. A curva de oferta da firma.

3 – A Formação dos Preços.

- 3.1 A formação dos preços em concorrência perfeita e em regime de monopólio. Distorções típicas do monopólio. Os monopólios naturais.

4 – Preços dos Fatores de Produção.

- 4.1 A noção de procura derivada.

II – Contabilidade Nacional

- 1 – Noções básicas de Contabilidade Nacional. Os grandes agregados: Produto, Renda, Despesa.
- 2 – Sistema de Contas Nacionais no Brasil.
- 3 – Medição do crescimento econômico. Índice do Produto Real.

III – Moeda e Política Monetária

- 1 – Funções e evolução da moeda.
- 2 – O conceito de meios de pagamento.
- 3 – O papel dos bancos na criação da moeda.
- 4 – Estrutura do sistema monetário no Brasil.

- 5 – Instrumentos de política monetária. Redescontos, recolhimentos compulsórios, etc.

IV – *Análise Macroeconômica*

- 1 – Teoria Neoclássica do Equilíbrio Agregativo a Curto Prazo.
 - 1.1 – Lei de Say
 - 1.2 – Função de Produção de curto prazo.
 - 1.3 – O mercado de trabalho.
 - 1.4 – Teoria quantitativa da moeda.
 - 1.5 – O conceito de equilíbrio a pleno emprego.
 - 1.6 – Mecanismo Cumulativo de Wicksell.
- 2 – Teoria Keynesiana do Equilíbrio Agregativo a Curto Prazo.
 - 2.1 – Fundamentos da teoria Keynesiana.
 - 2.2 – Tipos de desemprego.
 - 2.3 – Princípios da demanda efetiva.
 - 2.4 – As funções Consumo e Poupança. A propensão marginal a consumir e a poupar.
 - 2.5 – Teoria da Preferência pela Liquidez.
 - 2.6 – Modelo keynesiano simplificado.
 - 2.7 – O multiplicador.

V – *Política Fiscal*

- 2 – Tipos de impostos. Impostos diretos e indiretos.
- 3 – Progressividade e Regressividade.
- 4 – Orçamento Público. Receita, Despesa, Déficit e Superávit.
- 5 – Efeitos econômicos da política fiscal.

VI – *Desenvolvimento Econômico*

- 1 – Desenvolvimento econômico: conceito, medidas estatísticas, comparações internacionais.
- 2 – Fatores de crescimento econômico: a acumulação de capital; os recursos humanos; o papel de tecnologia.
- 3 – Teorias do crescimento econômico: teoria do crescimento equilibrado; teoria do crescimento desequilibrado; o modelo Harrod/Domar.
- 4 – Problemas do desenvolvimento: industrialização, comércio exterior, inflação.

VII – *Comércio Internacional*

- 1 – Teoria das Vantagens Comparativas.
- 2 – Estrutura do Balanço de Pagamentos.
- 3 – Proteção Tarifária x Integração Econômica.

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

- 1 – Sociedade Internacional e Direito Internacional Público. A relevância do Direito Internacional Público nas relações internacionais. A norma internacional. O princípio da efetividade. Os novos Estados e o Direito Internacional Público.
- 2 – Direito Internacional e Direito Interno.
- 3 – Fontes do Direito Internacional Público. Tratados. Costume. Princípios Gerais do Direito, Decisões das organizações internacionais, Atos unilaterais.
- 4 – Pessoas internacionais.
- 5 – Estado. Características. O aspecto formal da noção de Estado e a realidade da vida internacional. Classificação. Reconhecimento de Estado e Governo: aspectos jurídicos e políticos.
- 6 – Direitos Fundamentais dos Estados e suas restrições. Intervenção: direito e política.
- 7 – Responsabilidade internacional.
- 8 – Coletividades não estatais.
- 9 – Organização das Nações Unidas. Aspectos jurídicos e políticos.
- 10 – Organizações internacionais especializadas e organizações regionais.
- 11 – O homem na ordem jurídica internacional. Asilo.
- 12 – Território do Estado. Relevância jurídica e política.
- 13 – Direito do Mar. Aspectos jurídicos e econômicos.
- 14 – Direito do Espaço Aéreo e Espaço Exterior. Telecomunicações.
- 15 – Direito Internacional Fluvial.
- 16 – Órgãos do Estado nas relações internacionais. Os diferentes tipos de diplomacia.
- 17 – Modos de solução dos litígios internacionais.
- 18 – Sanções. Eficácia. Aspectos jurídicos e políticos.
- 19 – Segurança coletiva.

DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

- 1 – Apresentação e solução dos conflitos de leis no espaço. Direito Internacional Privado e Direito Intertemporal. Conflitos legislativos internacionais, interestaduais, etc. Direito Internacional Privado. Direito Uniforme e Direito Comparado.
- 2 – Nacionalidade. Princípios gerais. Nacionalidade, cidadania e naturalidade. Espécies de nacionalidade. Pessoas naturais. Nacionalidade de origem. Aquisição. Lugar do nascimento. Filiação combinada com Serviço Público, residência e opção. Opção inconstitucional – Direito Intertemporal – Irrelevância do casamento. Prova da nacionalidade de origem. Ação declaratória.

- 3 – Naturalização. Espécies. Condições. Processos. Efeitos. Revogação.
- 4 – Perda da nacionalidade. Reaquisição da nacionalidade. Pluralidade e ausência de nacionalidade.
- 5 – Nacionalidade e Serviço Militar no direito brasileiro. Serviço Militar dos brasileiros residentes no Brasil e no estrangeiro. Casos de conflitos da nacionalidade. Fraude à lei. Nacionais no serviço estrangeiro e estrangeiros no serviço nacional.
- 6 – Condição dos estrangeiros no Brasil. Entrada no território nacional. Imigração. Facilidades e restrições. Recursos administrativos e judiciais. Expulsão. Casos. Processos. Recursos. Efeitos.
- 7 – Direitos e deveres dos estrangeiros em geral. Direitos políticos, direitos públicos não políticos e direitos privados.
- 8 – Regime especial das pessoas jurídicas de direito público e de direito privado. Nacionalidade. Domicílio. Reconhecimento. Funcionamento.
- 9 – Aplicação da lei estrangeira. Conhecimento e prova da lei estrangeira. A ordem pública. A fraude à lei. A teoria dos direitos adquiridos.
- 10 – Direito de Família. Conflitos de leis pessoais. Do casamento. Impedimentos. Forma. Do casamento consular.
- 11 – Desquite, divórcio e anulação do casamento.
- 12 – Direito das Sucessões. Testamentos. Do testamento consular.
13. Direito Processual Civil Internacional. Competência. Forma do Processo. Rogatórias. Homologação de sentenças estrangeiras.
14. Da cooperação internacional nos processos criminais. Da extradição internacional.

HISTÓRIA DO BRASIL

1ª Parte

1. *A Independência e seus antecedentes*: A situação política européia e a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil. A influência

das idéias liberais e suas principais manifestações. O Brasil sede da monarquia portuguesa: problemas econômicos, sociais e administrativos. A política externa. O constitucionalismo português e a independência do Brasil.

2. *O Brasil Imperial – Política e Administração*: A Constituição de 1824. A evolução dos partidos políticos. Os movimentos políticos e suas influências sócio-econômicas.
3. *O Brasil Imperial – Economia*: A estrutura econômica. A política econômico-financeira do Império até 1844. O protecionismo alfandegário e suas conseqüências. A mão-de-obra: o braço escravo, o trabalhador assalariado.
4. *O Brasil Imperial – Sociedade e Cultura*: A população. A estrutura social. Vida cultural.
5. *O Brasil Imperial – Política externa*: O reconhecimento da independência. Os problemas platinos. As fronteiras. Questões com a Inglaterra.
6. *O advento da República*: As crises do fim do Império: a questão religiosa, as questões militares, a abolição da escravatura. O Partido Republicano: suas idéias e ação. O positivismo.

2ª Parte

7. *O Brasil Republicano – Política e Administração*:
 - a) *A Primeira República (1889–1930)* – O Governo Provisório. A Constituição de 1891. A Emenda Constitucional de 1926. A Revolução de 1930.
 - b) *A Segunda República* (a partir de 1930) – O Constitucionalismo de 1932. A Constituição de 1934. O Estado Novo e a Constituição de 1937. A redemocratização e a Constituição de 1946. A Constituição de 1967.
8. *O Brasil Republicano – Economia*:
 - a) *A Primeira República (1889–1930)* – A estrutura econômico-financeira: as heranças imperiais e as modificações trazidas pela Primeira República. A crise de 1929 e suas conseqüências.

- b) *A Segunda República (a partir de 1930)* – A industrialização. Repercussões da Segunda Guerra Mundial na economia brasileira. A política econômica a partir do Movimento de 1964.
9. *O Brasil Republicano – Sociedade e Cultura*: A população: a expansão demográfica, a imigração e a colonização; as migrações internas, a urbanização. A estrutura social. A legislação trabalhista.
10. *O Brasil Republicano – Política externa*:
- a) *A Primeira República (1889–1930)*: O reconhecimento da República e os problemas diplomáticos até 1898. A Obra do Barão do Rio Branco. O Brasil e o Pan-americanismo. A Primeira Guerra Mundial e o Brasil na Liga das Nações.
- b) *A Segunda República (a partir de 1930)*: Política externa do Brasil. A Segunda Guerra Mundial. O Brasil e a ONU. O Brasil e a OEA.

HISTÓRIA MUNDIAL

1ª Parte:

1. Transformações do século XVIII. A crise do Antigo Regime e o Despotismo Esclarecido. A Revolução Industrial e a Revolução Francesa.
2. Da Era Napoleônica à Europa da Santa Aliança.
3. O Liberalismo e o Princípio das Nacionalidades no século XIX. As reformas na Inglaterra. A unificação da Itália e da Alemanha.
4. A expansão da Europa no século XIX. A política das Grandes Potências na China, no Japão e na África. As rivalidades coloniais até 1914.
5. A política européia do Congresso de Berlim, de 1878 à Primeira Guerra Mundial. O sistema das Alianças. Os problemas balcânicos.
6. O Pensamento Político, Social e Econômico do Século XIX. O Progresso Científico e Tecnológico.

2ª Parte:

7. A Primeira Guerra Mundial e suas conseqüências políticas, sociais e econômicas. Os Princípios de Wilson, a Paz de Versalhes e a Liga das Nações.
8. A Europa entre as duas Guerras. A crise econômica de 1929–1932. A União Soviética. A Alemanha e o Nazismo. A Itália e o Fascismo.
9. A Segunda Guerra Mundial e suas conseqüências. As Conferências de Moscou, Teerã, Ialta e Potsdam.
10. A Reconstrução da Europa. O Plano Marshall e a política de integração econômica. A Comunidade Econômica Européia e o Bloco Soviético. A Comunidade Britânica.
11. A Ásia de 1918 a 1965. A dissolução do Império Otomano. A Liga Árabe e o Estado de Israel. A Índia, a China e o Japão.
12. A Guerra Fria e a formação de blocos. O problema de Berlim. A Guerra da Coreia. A OTAN e o Pacto de Varsóvia.
13. A emancipação das Nações Africanas.
14. O Mundo, de 1945 a 1965. Os problemas econômicos e a revolução tecnológica e científica. Os principais problemas políticos e militares na Europa, Ásia e África. A ação da ONU.

3ª Parte

15. Os movimentos de Independência na América e a formação de novos Estados.
16. Os Estados Unidos, da Independência à Primeira Guerra Mundial. Expansão territorial. Guerra de Secessão. Desenvolvimento econômico. A Doutrina de Monroe e a América Latina. A guerra com a Espanha.
17. A América Latina, da Independência à Primeira Guerra Mundial. Aspectos gerais da evolução política, econômica e social. Principais questões internacionais.
18. Os Estados Unidos entre as duas guerras: o isolacionismo; Roosevelt, o “New Deal” e a política da Boa Vizinhaça.

19. A América Latina entre as duas guerras. Aspectos gerais da evolução política, econômica e social. Principais questões internacionais.
20. As Américas e a Segunda Guerra Mundial. A participação da América Latina. A consolidação do princípio de solidariedade continental e o fortalecimento do sistema interamericano.
21. O Pan-americanismo. Origem e principais aspectos da sua evolução. O Tratado do Rio de Janeiro e a Organização dos Estados Americanos.
22. As Américas, de 1945 a 1965. Desenvolvimento econômico e problemas sociais e políticos. A cooperação interamericana.

DIREITO CIVIL, COMERCIAL E CONSTITUCIONAL

I – Direito Civil

1. Direito Civil: conceito. Parte Geral e Parte Especial.
2. Pessoa Natural: o início da personalidade; capacidade de direito e de fato; da incapacidade e seu suprimento.
3. Pessoa Jurídica: noção, constituição e extinção; classificação.
4. Domicílio. Dos bens: principais classificações.
5. Os fatos e os atos jurídicos. Elementos do ato jurídico. Classificação. Os defeitos dos atos jurídicos: os vícios de vontade. A forma e a prova do ato jurídico. As modalidades do ato jurídico: o termo, a condição e o encargo. A validade do ato jurídico. Nulidade e anulabilidade.
6. Atos ilícitos. Elementos. Responsabilidade civil. Obrigações por atos ilícitos. Prescrição e decadência.
7. O direito das obrigações. Conceito e elemento de obrigação. Classificação e fontes das obrigações. Os contratos, os atos unilaterais e os atos ilícitos. Os efeitos das obrigações. O pagamento. A cessação de créditos.
8. O Direito de Família. O casamento, celebração e efeitos do casamento. Relações de parentesco, alimentos. Validade do casamento. Dissolução da sociedade conjugal. O desquite.

9. Regime de bens do casamento.
10. Filiação. Legitimação. Reconhecimento. Adoção. Pátrio poder. Tutela, curatela e ausência. Proteção social dos incapazes.
11. Direito das Sucessões; conceito e espécies de sucessão. A sucessão legítima.
12. A sucessão testamentária. Conceitos e espécies de testamento. Herdeiros necessários. Revogação dos testamentos. Inventário e partilha.

II – Direito Comercial

1. Fontes. O comerciante.
2. Empresa e estabelecimento.
3. Constituição e funcionamento das sociedades anônimas.
4. As sociedades estrangeiras.
5. A sociedade por quotas, de responsabilidade limitada.
6. Navio e aeronave: conceito.
7. A figura do Capitão ou Comandante.
8. A limitação da responsabilidade nos transportes marítimo e aéreo.
9. A cláusula de não indenizar ou irresponsabilidade.
10. O conhecimento de transporte.
11. Noções fundamentais sobre títulos de crédito.

III – Direito Constitucional

1. O constitucionalismo brasileiro. Suas principais características. Suas fontes e sua evolução histórica.
2. Constituição: conceito e classificação. Poder constituinte. Os principais sistemas constitucionais.

3. A Organização Nacional. A União, os Estados e os Municípios. A evolução e a problemática atual do federalismo.
4. O sistema tributário. Orçamento e fiscalização financeira.
5. O Poder Legislativo, sua competência, suas funções. O processo legislativo.
6. O Poder Executivo, sua competência, suas funções. Responsabilidade do Presidente da República e dos Ministros de Estado.
7. O Poder Judiciário. Papel e atribuição do Supremo Tribunal Federal. O controle jurisdicional.
8. Direitos e garantias individuais. Direitos políticos. Partidos políticos e sistemas eleitorais.
9. A ordem econômica e social. A ação do Estado e suas finalidades.
10. As Forças Armadas e sua missão constitucional. A Segurança Nacional. Os princípios constitucionais da integração nacional.

GEOGRAFIA

I — *O Sistema homem-terra*

1. Os componentes naturais. Interação do relevo, clima, vegetação e solos: os grandes ecossistemas da superfície terrestre.
2. A ação humana. Distribuição, crescimento e mobilidade espacial da população mundial.
3. Condições naturais e culturais do desenvolvimento da Agricultura. Tipos de economia agrária (agricultura de subsistência e formas de agricultura de mercado).
4. Condições geográficas, características e distribuição espacial do desenvolvimento industrial moderno.
5. Fontes de energia: reservas e aproveitamento. Seu papel na industrialização e no comércio internacional.
6. O fenômeno da urbanização no mundo contemporâneo. O papel da cidade na organização regional.

II — *Os Grandes Conjuntos Regionais*

1. A Anglo-América: características gerais. Os Estados Unidos da América.
2. A Europa Ocidental: características gerais. A Grã-Bretanha. A França. A Alemanha Ocidental.
3. A Europa Oriental: características gerais. A União Soviética.
4. A América Latina: características gerais. O México. Os países do Caribe. Os países andinos. Os países platinos.
5. O Continente Africano: características gerais. A África do Norte. A África ao Sul do Saara.
6. A Ásia e o Pacífico: características gerais. O Oriente Médio. A Índia. O Sudeste da Ásia. A China. O Japão. A Austrália.

III — *O Brasil*

1. Características gerais e principais unidades morfo-estruturais do relevo. Os recursos do subsolo.
2. Grandes unidades climático-botânicas e suas relações com a ocupação humana.
3. Distribuição geográfica da população: o povoamento, o crescimento vegetativo e as migrações internas. Estrutura etária e profissional da população.
4. O processo de industrialização: condicionamentos geográficos. Características e distribuição espacial. Principais centros industriais.
5. O processo de urbanização: seus fatores e suas características. Tipos de cidades. O sistema urbano do país.
6. Características da Agricultura: estrutura fundiária e a utilização da terra. A modernização da atividade. A expansão da fronteira agro-pastoril.
7. A infra-estrutura para o desenvolvimento: o potencial energético e seu aproveitamento; a rede de transportes.

8. As grandes regiões: o quadro natural e a ocupação humana. Elaboração do sistema espacial e regionalização do desenvolvimento do país.

CIÊNCIA POLÍTICA

1. *Ciência Política*: Objeto e natureza. Questões metodológicas na Ciência Política.
2. *Conceitos Básicos*: Poder, Autoridade, Divisão de Poderes; Sistemas Políticos; Instituições Políticas; Organização Política; A Legitimidade do Poder e a Ordem Legal; Formas de Governo; Regimes; As Elites Políticas; Partidos e Facções; Grupos de Pressão; Mudança Política; Teoria do Conflito; Burocracia; Opinião Pública.
3. *História do Pensamento Político*: O absolutismo; Maquiavel; Hobbes; Locke; Montesquieu; Rousseau; a Revolução Francesa e suas conseqüências; Burke; Hegel; Fichte; Tocqueville; O Liberalismo; Stuart Mill e Herbert Spencer; o Nacionalismo; Sorel; o Fascismo e Nacional-socialismo. Pensamento Político Contemporâneo.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

1. *Conceitos Básicos de Relações Internacionais*: O âmbito das Relações Internacionais; Poder e seus componentes; Soberania e interdependência; A estrutura da sociedade internacional; O Direito Internacional; Diplomacia e Política Externa; Teoria dos Conflitos; Alianças; Equilíbrio Internacional; Balança de Poder; Intervenção; Propaganda, Isolamento; Neutralidade; O processo decisório nos Estados.
2. *Organização Internacional*: A Liga das Nações; As Nações Unidas; Organismos não-governamentais; organismos regionais interamericanos e latino-americanos; OEA e SELA.
3. *Principais Problemas Contemporâneos Internacionais*: Guerra Fria e distensão Leste-Oeste; O conflito Norte-Sul e o problema do desenvolvimento; O problema do Oriente Médio; Política Externa das Potências; O modelo de mundo bipolar e sua evolução; o policentrismo socialista; O "eurocomunismo"; A reforma das Nações Unidas; A Antártida; A África do Sul e o problema racial; O neo-colonialismo; a UNCTAD, a Nova Ordem Econômica Internacional; Controle de Armamentos e não proliferação nuclear; A Transferência de Tecnologia; O Meio Ambiente.

PROVAS DO CONCURSO DE PROVAS PARA INGRESSO DIRETO NA CARREIRA DE DIPLOMATA - 1978

PROVA DE PORTUGUÊS

A - Redação

Valor: 60 pontos

Guia de avaliação:

1. Estrutura e desenvolvimento - 15 pontos
2. Correção da expressão - 30 pontos
3. Propriedade da expressão - 15 pontos

Extensão: de 450 a 600 palavras

A presença do Brasil na Comunidade Internacional tem aumentado muito nos últimos anos. Mostre como se tem desenvolvido este processo, em que campos, e com que conseqüências para o Brasil e a Sociedade Internacional.

B - Resumo

Colocando-se no lugar de um diplomata europeu (sediado em Brasília) que se dirige à sua chancelaria, o candidato deverá, em cerca de 250 palavras, elaborar um resumo do discurso reproduzido em anexo, pronunciado pelo Senhor Presidente da República, em 3 de julho de 1978. Deverá o candidato salientar os pontos que lhe pareçam mais significativos, com vistas ao melhor entendimento do Tratado de Cooperação Amazônica e da posição brasileira em relação ao mesmo.

Valor: 40 pontos

Meus Senhores,

A união de vontades da Bolívia, do Brasil, da Colômbia, do Equador, da Guiana, do Peru, do Suriname e da Venezuela faz hoje nascer para a História uma nova Amazônia, destinada a ser terra do encontro e de colaboração entre povos da América.

Pela primeira vez na existência do Continente, os Chanceleres, cuja significativa presença em Brasília me cabe a honra de saudar e agradecer, em nome do Governo brasileiro, atestam, junto com o Brasil, a unânime decisão dos países amazônicos, no sentido de renovar as bases da convivência internacional nesta Região, por meio de um amplo Tratado de Cooperação.

Setenta anos atrás, o renomado autor de "Os Sertões", Euclides da Cunha, resumia sua experiência da Amazônia no título de uma obra que a descrevia como tendo permanecido "à margem da História". O homem não passava ali de "intruso impertinente", incapaz de deixar traço permanente em meio a uma natureza opulenta e inacabada.

A visão pessimista do passado e talvez a necessidade de ênfase levaram o escritor a dar reduzida significação à riqueza da trama histórica, que, já então, se havia tecido entre a terra e o homem.

Soldados como Francisco de Orellana e Pedro Teixeira, missionários como o Padre Antonio Vieira, sábios como Humboldt, e muitos outros apóstolos e desbravadores já haviam deixado sua marca transformadora.

Marca que também deixaram dezenas de milhares de trabalhadores do Brasil e de nações vizinhas que, com suas vidas, escreveram, no começo do século, a epopéia da borracha, em colaboração anônima com a era do automóvel que se esboçava no mundo industrializado e que tanto viria a caracterizar o século XX.

Se, assim, é exagero ver na Amazônia de ontem apenas o império bruto da natureza antes do homem, talvez o conceito de "terra sem História" se preste melhor a resumir o que foi por muito tempo, a calmaria da vida internacional nessas paragens.

Só três grandes problemas conseguiram, de longe, perturbar a inércia dominante: a integração dos territórios nacionais, a abertura do Amazonas, em meados do século passado, à livre navegação comercial e a resistência comum aos intentos espúrios de "internacionalização".

Esses episódios, contudo, não foram capazes, na época, de imprimir ao quadro regional amazônico uma vivência positiva e duradoura.

O panorama externo e interno da Amazônia, era pois de estagnação da qual só foi arrancada pelas transformações dos últimos anos. De súbito, a abertura de estradas de penetração, os projetos de colonização, a exploração do petróleo e do potencial energético dos rios, do ferro, do alumínio, a implantação da indústria pesada começam a conquista da terra para o homem. Hoje, dez milhões de pessoas e uma economia em expansão já não permitem tratar a região apenas como uma expressão geográfica.

A dinamização da vida social e econômica não podia deixar de contagiar a diplomacia para a Amazônia que se lança, neste momento, a um lance qualitativo, pondo-se à frente do movimento de aceleração do progresso.

Multiplicam-se, em todos os campos, os contatos entre os países da área e a intensificação das relações já não cabe mais dentro do estreito molde tradicional, cordial e amistoso, no plano político, mas de pouca expressão econômica e social.

A necessidade de mudança decorre igualmente de outro fator: a tendência universalmente consagrada de dar tratamento mais amplo e de conjunto, através de acordos de cooperação, aos problemas das grandes regiões geográficas comuns a vários países.

No Prata, dez anos de experiência provaram a validade de uma fórmula que só não se estendeu antes à Amazônia porque nesta era maior a dimensão do desafio e menor, até data recente, a densidade dos contatos.

Por sentir que estavam amadurecidas as condições para alterar essa situação, foi que o Governo brasileiro se decidiu, em março do ano passado, a consultar os demais Governos sobre a conveniência de se reconhecer formalmente, no plano jurídico, a existência de um processo regional de colaboração já de fato em marcha na região.

A receptividade foi geral e pronta. De toda a parte levantaram-se vozes autorizadas e representativas dos Governos e da opinião pública para realçar o valor criativo de uma idéia que vinha aperfeiçoar o instrumental da diplomacia sul-americana e abrir novos e largos campos à cooperação e ao desenvolvimento.

Pouco depois, o Brasil fazia circular, como documento de trabalho, um anteprojeto de Tratado, que mereceu exame ponderado e cuidadoso das Chancelarias convidadas e serviu de base a discussões em duas reuniões preparatórias realizadas em Brasília, em novembro do ano passado e março do corrente.

Em tempo recorde para tema de tamanha complexidade e magnitude, as posições e os interesses dos oito participantes convergiram para um terreno comum, enriquecido por contribuições originais e valiosas de cada uma das Delegações. O espírito harmonioso e construtivo que permitiu tal resultado viu-se ratificado pela decisão de realizar, em Caracas, o encontro onde se aprovou o texto final e se demonstrou em concreto o engajamento unânime, numa iniciativa que, agora, a todos pertence por igual, sem distinção de graus ou de intensidade.

O entusiasmo participante e a constante disposição de harmonizar pontos de vista produziram um texto que, por ser real trabalho coletivo, reúne condições de durabilidade de força.

Visa esse texto, em primeiro lugar, a criar um mecanismo que torne periódicos e freqüentes, entre Governos e setores técnicos da área, os contatos até agora casuais e esporádicos.

Aproximar, em todos os níveis, populações e Governos amazônicos e dar caráter de continuidade a essa aproximação, eis, resumido, o programa que o Tratado se propõe realizar. Cumpridas essas metas, estarão preenchidas as condições para que, em desdobramento natural, se identifiquem projetos e áreas suscetíveis de cooperação.

Não existem, a priori, limitações à colaboração dentro do quadro negociador, a não ser as que as Partes espontaneamente se imponham. A lista de oportunidades de empreendimentos conjuntos é quase inesgotável e qualquer inventário, portanto, é apenas exemplificativo.

Num mundo em que advertências responsáveis sensibilizaram para a perigosa redução dos recursos naturais, a Amazônia apresenta-se com opulência de elementos vitais ao desenvolvimento e à própria sobrevivência.

Água, energia, terra, trindade básica a que se podem acrescentar a madeira e os minérios, representam os dados brutos que falam eloqüentemente da viabilidade da Amazônia como projeto. E, articulando esses elementos uns aos outros e com o oceano, a mais completa das redes de caminhos fluviáveis.

Aperfeiçoar as condições de navegabilidade, construir portos, e armazéns, levar avante estudos hidrológicos e de clima, tais são, pois, as primeiras tarefas a propor à colaboração amazônica.

Ao mesmo tempo, deve-se começar a pensar no planejamento integrado de uma infra-estrutura de transportes e telecomunicações, que selecione e indique os pontos prioritários para as interconexões das redes nacionais, expandindo a escala das facilidades a serviço das populações.

Dado o papel negativo que os problemas de saúde representaram como fator limitativo da ocupação humana e até como origem principal do mito do "Inferno Verde", compreende-se que se atribua, no Tratado, lugar destacado à cooperação para a prevenção e erradicação das enfermidades amazônicas.

Prioridade, ao menos igual, se deverá conceder ao intercâmbio de experiências em matéria de desenvolvimento regional e à conjugação de esforços na pesquisa científica e tecnológica. Diversamente do que ocorre em outras zonas do Continente, ocupadas há muito tempo ou de condições ecológicas conhecidas, a Amazônia é, ainda, uma região por descobrir. Já se escreveu que a solução da problemática amazônica depende do desenvolvimento de uma tecnologia de produção e de saúde adaptada às condições da floresta equatorial. Essa tecnologia, nós é que a teremos de encontrar, pois de nada vale recorrer ao tradicional comodismo, que nos fez, no passado, importadores de tecnologias dispendiosas, nem sempre adequadas às nossas necessidades. Não serão os centros do Norte industrializados, de diversa ecologia, que nos hão de facilitar, pronta e acabada, a chave da civilização nos Trópicos.

Embora cada um desses domínios e projetos encontre em si mesmo as razões específicas de sua validade, todos eles em conjunto servem um objetivo mais alto: o de acentuar que o desenvolvimento e a preservação da Amazônia constituem responsabilidade exclusiva dos países da região.

Não se devem confundir com simples frutos da imaginação as ameaças reais que pesaram e pesam sobre essa exclusividade. Até um passado recente, aparente disparidade entre o gigantesco vácuo demográfico e econômico da região, de um lado, e os escassos recursos dos países que aí são soberanos, do outro, alimentaram desígnios ostensivos ou, disfarçados de penetração ou domínio.

Dirigidos, outrora, diretamente à disputa pela terra, esses desígnios de interferência podem hoje assumir a forma mais sutil de preocupações bem-intencionadas. Com argumentos sem fundamento científico, chega-se a agitar espectros fantasistas, pondo-se em dúvida a capacidade ou a determinação conservacionistas dos Governos locais. Invoca-se, então, uma solidariedade

internacional que, entretanto, é recusada quando se quer lutar contra o subdesenvolvimento.

Sem ignorar a importância ou seriedade dos problemas ambientais, nem lançar dúvidas sobre a sinceridade e boa fé de muitos que os agitam, permito-me afirmar que ninguém mais do que nós possui títulos ou motivos para velar por um equilíbrio de que muito depende nosso próprio futuro.

A responsabilidade exclusiva que a todos nos compete na Amazônia tem, como complemento, um dever que não podemos eludir. Sob pena de frustrar a realização da própria potencialidade, os países desta região não podem voltar as costas para o desafio amazônico e condenar a América do Sul a ser, para sempre, uma periferia sem centro, uma franja de populações ao longo dos oceanos e dos vales, sem linhas de comunicação que vivifiquem o coração vazio do Continente.

A solução daqueles problemas não se encontra no quietismo abstencionista ou na renúncia ao progresso. É através da ação pertinaz e inteligente, aberta em todo o momento à revisão de métodos, quando a realidade o aconselhar, que haveremos de superar nossas dificuldades. A diplomacia brasileira sempre fez questão de assinalar que a preocupação com o habitat amazônico só tem sentido em função do homem que nele vive e que a pior poluição é a da miséria e do subdesenvolvimento. Inspirados por esses princípios, saberemos prosseguir, com firmeza e equilíbrio, no esforço de valorizar para o homem essa Amazônia que alguns gostariam de ver.

Contra os ensaios de internacionalização, sob a forma abrupta do passado ou da interferência sutil do presente, o melhor antídoto é a regionalização da proteção da área. Na Amazônia, repito, compete aos países que a partilham, e a eles só, a responsabilidade exclusiva pelo seu desenvolvimento.

Além de inibir preventivamente os paternalismos, a fórmula ora adotada tem a virtude da objetividade. O meio hábil para o ingresso no Tratado é a condição de amazônico e essa não pode ser outorgada ou retirada por ninguém porque decorre de um fato: a existência soberana dentro da Amazônia.

A soberania que se valoriza e reforça no Tratado não é, contudo, apenas ou principalmente a regional, mas antes dela, a nacional, que constitui sua fonte primária e intocável. A ocupação da Amazônia e a definição da política interna de desenvolvimento permanecerão, como agora, assuntos da exclusiva competência da esfera nacional de cada país.

Continuará, da mesma forma, a existir espaço e razão para iniciativas de dois ou mais países como as que florescem na atualidade, a exemplo do que vem sucedendo no âmbito de outros Tratados regionais.

A regra básica do mecanismo será a unanimidade, projeção da rigorosa igualdade entre os membros e garantia contra o surgimento de hegemônias ou tentativas de proveito unilateral.

Com esses traços, desenha-se, nítido, o contorno do movimento que nasce com a vocação, não de abolir ou suplantiar os demais esboços de integração latino-americana, mas de complementá-los numa região onde, até agora se verificaram ações isoladas, sem qualquer sentido de cooperação. Não existe, assim, razão para temer superposição ou confusão de áreas entre processos que são, não competitivos, mas complementares.

Definido pela índole amazônica e pelo conteúdo inovador, o Tratado insere-se no marco mais amplo do compromisso de todos os países para transformar o atual caráter das relações entre o mundo industrializado e as nações em desenvolvimento. A fim de superar a dependência expressa no eixo vertical Norte-Sul, não basta o esforço para reformar a estrutura do comércio internacional.

Em complemento à ação reformista, impõe-se criar, em sentido horizontal, entre os países em desenvolvimento, vínculos que anulem as distâncias artificialmente criadas pela dependência. A serviço desse objetivo, o Tratado Amazônico será um instrumento eficaz para gerar, no interior do Continente, áreas de convergência e de trabalho conjunto.

Sem pretender explorar todas as possibilidades abertas por esta importante iniciativa, procurei, com minhas palavras, assinalar a distância que separa a meta que objetivamos da realidade que vivemos.

Para ir de uma à outra, o caminho que se nos oferece é o do Tratado de Cooperação Amazônica, que assinamos nesta data.

Caminho, entretanto, subentende marcha. O primeiro passo está dado. Resta, agora, avançar neste processo, que exigirá a confirmação da vontade e do engajamento dos Governos e dos povos.

PROVA DE FRANCÊS

A – Rédaction

Valeur: 60 points

- 1) Plan et développement – 15 points
- 2) Correction grammaticale – 30 points
- 3) Style – 15 points

Nombre de mots: 400 mots au minimum.

Bien qu'accusés de tous les maux, les villes continuent de croître. Essayez d'expliquer ce phénomène paradoxal et envisagez les mesures qu'il serait bon de prendre pour contenir cette croissance dans des limites raisonnables.

B – Thème

Valeur: 40 points

Traduire en français le texte suivant:

O Brasil é um país pacífico. A preocupação dominante da Nação brasileira é com seu desenvolvimento econômico e social, integrado e harmônico. O Brasil é contrário a toda proliferação de armas nucleares, vertical como horizontal, e está disposto a participar de esforços internacionais com o objetivo de reduzir e, no devido tempo, eliminar as armas nucleares, bem como prevenir a sua proliferação. Acreditamos que o verdadeiro sentido da não-proliferação é sustar a disseminação das armas nucleares, e não, impedir a difusão da tecnologia nuclear. O acesso à tecnologia para os usos pacíficos da energia nuclear, atendidos os controles adequados, não deve estar sujeito a restrições discriminatórias.

A decisão brasileira de realizar um importante programa nuclear de finalidades pacíficas fundamenta-se em avaliação cuidadosa das necessidades energéticas do país e das opções possíveis para satisfazê-las. O Brasil está convencido de que a cooperação internacional, apoiada por salvaguardas adequadas, é a melhor forma de assegurar os objetivos do desenvolvimento da utilização da energia para fins pacíficos, sem os riscos da proliferação das armas nucleares. Não é outra, aliás, a diretriz que, sobre o assunto, se elaborou nas próprias Nações Unidas, pois a Agência Internacional de Energia Atômica, cuja larga experiência acumulada ao longo das duas últimas décadas tão útil se tem revelado, foi concebida e instituída precisamente para procurar acelerar e aumentar a contribuição da energia nuclear para a paz, a saúde e a prosperidade no mundo inteiro, assegurando-se de que tal cooperação não seja utilizada de maneira a contribuir para fins militares.

Senhor Presidente,

Confiamos em que a próxima sessão especial da Assembléia-Geral, dedicada ao Desarmamento, será um passo positivo nas negociações multilaterais sobre os problemas desse campo. Tendo presentes os trabalhos preparatórios em curso, confiamos especialmente em que será possível concentrar a atenção da Assembléia-Geral no mais crítico dos aspectos do Desarmamento: a negociação de medidas efetivas de desarmamento nuclear.

Trecho do discurso do Chanceler Azeredo da Silveira, na abertura da XXXII Sessão da Assembléia-Geral da ONU, em Nova York, em 26 de setembro de 1977.

Observação: Diante de dificuldade relativa à tradução precisa de termo ou expressão, o candidato poderá valer-se de sinônimo ou paráfrase, desde que respeite a propriedade contextual, a concisão e, sobretudo, a correspondência conceitual.

PROVA DE INGLÊS

A – Composition

Value: 60 marks

Plan and arrangement of ideas	– 15 marks
Grammatical accuracy	– 30 marks
Suitability of language (Vocabulary and usage)	– 15 marks

Write a composition of approximately 400 words on the following subject:

“Remove advertising, disable a person or firm from preconising its wares and their merits, and the whole of society and the economy is transformed. The enemies of advertising are the enemies of freedom...” (Enoch Powell). Discuss.

B – Translation

Value: 40 marks

Translate the following text into English:

Avaliando Efeitos Comuns em Países Avançados, a Avaliação Tecnológica é agora Implantada no Brasil.

Será possível o impacto de uma tecnologia que esteja em via de ser implantada no Brasil e alertar o Governo para sua inconveniência? Pode-se alertar os órgãos executores de programas tecnológico-industriais ou os encarregados de sua elaboração para que adotem somente tecnologias que se adaptem à realidade brasileira, de forma a evitar os efeitos negativos e selecionar os positivos no âmbito social e econômico? Possível é num e noutro caso – tanto que em quase todos os países desenvolvidos

há grupos de avaliação tecnológica em condições de saber muito bem o que lhes convém, embora essas avaliações nem sempre exerçam influência na tomada de decisão dos governos.

Mas há quem considere os trabalhos de avaliação tecnológica necessários sobretudo nos países em desenvolvimento, onde a perseguição do crescimento econômico a qualquer custo costuma trazer como contrapartida injustiças sociais, desequilíbrios regionais e, principalmente, o caos ambiente que decorre das opções tecnológicas apressadas ou mal feitas. Isto posto, o Brasil aparece como um dos países que mais carecem de um núcleo de avaliação tecnológica.

Mas certamente não foi só por isso que o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) decidiu instalar em Brasília um núcleo de avaliação tecnológica, de caráter interdisciplinar e permanente – o grupo é formado por cinco técnicos das áreas de engenharia, agronomia, economia, sociologia e química. Conforme declarou o vice-presidente do CNPq, José Pelúcio Ferreira, para justificar a decisão do órgão de formar uma comissão com esse fim, “o que mais me impressiona no método de avaliação da tecnologia é a possibilidade de ele abranger muitos ângulos que não são considerados pelo estudo de viabilidade”.

A recomendação do CNPq é no sentido de que o grupo trabalhe somente com vistas a tecnologias novas, uma vez que há uma quase impossibilidade de reverter processos tecnológicos já implantados. E citam um caso: só mediante um exagerado custo econômico e social se poderia reverter, por exemplo, a tecnologia do setor siderúrgico brasileiro. Contudo, há muitas tecnologias que podem e deverão ser reorientadas a partir de um novo ângulo político que não descartasse determinados problemas e tivesse maior preocupação com as repercussões sociais e econômicas.

Visão, 10-7-78

Observação: Diante de dificuldade relativa à tradução precisa de termo ou expressão, o candidato poderá valer-se de sinônimo ou paráfrase, desde que respeite a propriedade contextual, a concisão e, sobretudo, a correspondência conceitual.

PROVA DE HISTÓRIA MUNDIAL E DO BRASIL

Parte A – Dissertação

O Processo de Reconhecimento da Independência do Brasil

Roteiro : 5 pontos
 Desenvolvimento : 35 pontos
 Valor Total : 40 pontos

Parte B – Pequenas dissertações

1. Indique brevemente quais os principais problemas diplomáticos que o Brasil teve com a Grã-Bretanha durante o Segundo Império.
2. Descreva o equilíbrio de forças que se instalou na Europa após a queda de Napoleão Bonaparte.
3. Indique quais as reivindicações do III Reich alemão com respeito ao estatuto criado pelo Tratado de Versalhes.
4. Explique de que modo a 2ª Guerra Mundial atingiu a América Latina, fazendo referência, em especial, ao Tratado do Rio de Janeiro.

Valor de cada questão: 15 pontos.

PROVA DE ECONOMIA

Parte A – Dissertação

Valor: 40 pontos

Estabelece o II Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (1975/1979) que, entre as opções da estratégia econômica do Governo brasileiro, inclui-se “a decisão de promover a melhoria da distribuição da renda e a abertura de oportunidades para todas as classes, realizando-se simultaneamente com a determinação de manter o crescimento acelerado”. A partir dessa definição de política econômica, dissertar sobre a articulação entre distribuição de renda e crescimento econômico.

Parte B – Pequenas dissertações

Valor: 15 pontos cada

1. Segundo Samuelson, são os consumidores que, apoiados nos “votos” (unidades monetárias) de que dispõem, orientam as decisões dos produtores. Por que a chamada “soberania do consumidor” é, hoje, contestada por Galbraith e outros autores?
2. Que alterações possíveis no balanço de pagamento determinam um excesso da demanda sobre a oferta do câmbio?

3. Distinguir entre impostos diretos e indiretos e demonstrar a regressividade dos últimos.
4. Explicar de que modo se pode medir a atividade econômica através do produto, da renda ou da despesa.

PROVA DE DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E PRIVADO

Parte A – Dissertação

Valor: 40 pontos

A Organização das Nações Unidas: estrutura orgânica e repartição interna de competências.

ou

A nacionalidade das pessoas jurídicas de direito privado.

Parte B – Pequenas dissertações

1. Determine a distinção entre a forma *territorial* e a forma *diplomática* do asilo político.
2. Conceitue, no âmbito do direito do mar, a *zona contígua*.
3. Conceitue, no âmbito da responsabilidade internacional, a *proteção diplomática*, e enumere seus pressupostos.
4. Estabeleça breve confronto comparativo entre a *expulsão* e a *deportação* de súditos estrangeiros pelo Brasil.

Valor: 15 pontos cada.

PROVA DE GEOGRAFIA

Parte A – Dissertação

Valor: 40 pontos

O Recenseamento Geral do Brasil de 1970, ao contrário dos censos anteriores, revelou o predomínio da população urbana sobre a rural. Explique esta distribuição espacial da população brasileira.

Parte B – Pequenas dissertações

Valor: 15 pontos cada

1. Quais as condições do meio físico e humano da Índia que dificultam o desenvolvimento daquele país?
2. Relacione a agricultura dos Estados Unidos da América às condições geográficas daquele país.
3. As opções por determinadas fontes de energia variam, no tempo e no espaço. Explique por quê.
4. Descreva e analise o cenário geográfico em que se processou a industrialização no Reino Unido.

*PROVA DE DIREITO CIVIL, DIREITO COMERCIAL E DIREITO CONSTITUCIONAL**Parte A – Dissertação*

Valor: 40 pontos

A Forma Federal do Estado Brasileiro.

ou

Funções não legislativas do Congresso Nacional.

Parte B – Pequenas dissertações

Valor: 15 pontos cada

1. Explicar as distinções doutrinárias entre atos jurídicos inexistentes, nulos e anuláveis.
2. Caracterizar a culpa como elemento necessário para fundamentar a responsabilidade civil contratual.
3. Distinguir a sociedade por quotas de responsabilidade limitada e a sociedade anônima sob o ponto de vista da responsabilidade dos sócios em caso de falência das respectivas sociedades.
4. Descrever o papel preventivo desempenhado pela Comissão de Valores Mobiliários em matéria de sociedades anônimas.

*PROVA DE CIÊNCIA POLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**Parte A – Dissertação*

Valor: 40 pontos

Descrição do sistema da ONU e apreciação sobre sua relevância para a política internacional.

Parte B – Pequenas dissertações

1. O conceito de legitimidade em ciência política.
2. A situação na América Austral e suas implicações para a paz e a segurança internacionais.
3. A América Latina no presente sistema internacional.
4. A questão da não-proliferação das armas nucleares.

Valor: 15 pontos cada.

CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

ANO LETIVO – 1978

Em 1978 o ano letivo estendeu-se de 13 de fevereiro a novembro, para o primeiro ano, e setembro para o segundo ano.

1.º ANO

Corpo docente

Francês: (a cargo da Aliança Francesa)

Inglês: (a cargo da Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa e do Instituto Britânico Independente)

Alemão: (a cargo do Instituto Cultural Brasil-Alemanha)

Espanhol: (a cargo do Instituto de Cultura Hispânica)

Japonês: Prof. Michio Yamaguchi

Russo: Profs. Hugo Hortencio de Aguiar e Roberto Wanderley de Souza
Ferreira

Ciência Política: Prof. J.C. Brandi Aleixo

Direito: Prof. José Francisco Rezek

Economia: Secs. Carlos Eduardo Paes de Carvalho e Luiz Augusto Castro
Neves

Sociologia: Prof. Pedro Henrique Chaves Antero

Expressão e Redação Profissional: Cons. Augusto Estellita Lins

Organização e Métodos de Trabalho do MRE: Min. Sérgio F. G. Bath

Corpo discente

Ana Lucy Gentil Cabral

Antonio de Aguiar Patriota

Appio Cláudio Muniz Acquarone Filho

Aral Antunes Jara

Carlos Alberto Ribeiro Reis

Carlos Roberto Bevilaqua Penna

Carmelito de Melo

Eduardo Ricardo Gradilone Neto

Fernando Said Sallum

Flávio Silva Rodrigues de Oliveira
 Gastão Estellita Lins de Salvo Coimbra
 George Ney de Souza Fernandes
 Henrique da Silveira Sardinha Pinto
 Henrique Luiz Jenné
 Hermano Telles Ribeiro
 João Inácio Oswaldo Padilha
 Lígia Maria Scherer
 Luiz Eduardo Caracciolo Maya Ferreira
 Maria Edileuza Silva Fontenele
 Marcos Vinicius Pinta Gama
 Mariany Bravo Leite
 Mauro Ernesto Schmidt
 Mitzi Gurgel Valente
 Paulo Cesar de Camargo
 Paulo Cordeiro de Andrade Pinto
 Ralph Peter Henderson
 Silvana Dunley de Amorim
 Virgílio Raitzin Távora
 Bolsistas não-brasileiros
 Rosanna Osborne (Barbados)
 Rodolfo Antelo Garridos (Bolívia)
 Patrice Koneby Sery (Costa do Marfim)
 Juan Larrea (Equador)
 Glyn Bernard Zimba (Zâmbia)

2ª ANO

Corpo docente

Francês: (a cargo da Aliança Francesa)
 Inglês: Profa. Sara Walker
 Alemão: (a cargo do Instituto Cultural Brasil-Alemanha)
 Espanhol: (a cargo do Instituto de Cultura Hispânica)
 Japonês: Prof. Michio Yamaguchi
 Economia: Secs. Clodoaldo Hugueney Filho e Carlos Eduardo Paes de Carvalho
 Direito Internacional Público: Prof. José Francisco Rezek
 Direito Internacional Privado: Profa. Ana Maria Villela
 História das Relações Externas do Brasil: Min. Sérgio F. G. Bath
 Promoção de Exportações: Cons. Renato Prado Guimarães
 Relações Consulares: Sec. Flávio Moreira Sapha
 Relações Internacionais: Sec. Luís Felipe de Seixas Correa

Corpo discente:

Agemar de Mendonça Sanctos
 Almerinda Augusta de Freitas Carvalho
 Antenor Américo Mourão Bogéa Filho
 Antônio Carlos Lopes
 Décio Cavalheiro
 Eduardo Gastal Affonso Penna
 Fernando Henrique Oliveira de Macedo
 Francisco Chagas Catunda Resende
 Frederico Salomão Duque Estrada Meyer
 Gláucia Silveira Gauch
 João Solano Carneiro da Cunha
 José Jorge Alcazar Almeida
 Lúcia Maria Maierá
 Maria Laura da Rocha
 Neith Maria de Almeida Prado Costa
 Pedro Fernando Brêtas Bastos
 Pedro Luiz Rodrigues
 Thaís Eleonora Guerra Rego

Bolsistas não-brasileiros:

Archibald Kwesi Arao Andrews	(Gana)
Bernard Tanoh-Boutchoué	(Costa do Marfim)
David Salvador Díaz Arriola	(El Salvador)
Grace Bedoya de Achá	(Bolívia)
Gerald Kiambih Raichenah	(Quênia)
Kwasi Asante	(Gana)
Rita Mirèya Valladares Bourdette	(Honduras)

Fizeram jus ao Prêmio Rio-Branco (1ª e 2ª lugares na classificação final do CPCD): Pedro Fernando Brêtas (medalha de ouro) e Thaís Eleonora Guerra Rego (medalha de prata).

Fizeram jus a prêmios de viagem Thaís Eleonora Guerra Rego, Pedro Fernando Brêtas Bastos e Eduardo Gastal Affonso Penna.

*Atividades extracurriculares**Viagens de estudo*

Em fevereiro, os alunos estrangeiros do Instituto Rio-Branco realizaram viagem de três dias (20, 21, 22) ao Estado de Goiás (Goiânia, Goiás e Anápo-

lis). Na capital foram recebidos pelo Governador do Estado, Senhor Irapuan Costa Júnior, e visitaram as Secretarias de Estado da Agricultura, dos Transportes, de Minas, Energia e Telecomunicações, de Indústria e Comércio, além da Secretaria para Assuntos Extraordinários e da Superintendência de Assuntos Culturais. Na ocasião, os alunos tiveram oportunidade de ter contacto com a realidade industrial e econômica do Estado, com destaque para o setor agrícola, tendo visitado a Estação Zootécnica de Itauçu, em Goiânia, e algumas indústrias do ramo na região de Anápolis. A viagem incluiu passeio turístico pela cidade de Goiás, antiga capital do Estado, onde, além de visitas a museus e igrejas, tiveram encontro com a pintora local Goiandira do Couto e a poetisa goiana Cora Coralina. Em Anápolis, visitaram ainda a Base Aérea.

De 24 a 30 de julho, os alunos do 1º ano, brasileiros e bolsistas estrangeiros, estiveram em viagem de estudos à região amazônica, tendo visitado Manaus, Maués e Itaquiara. Na capital foram recebidos pelo Governador do Estado, Henoch Reis, e em Maués pelo Prefeito da cidade, Sr. Carlos Esteves Filho.

Conferências

Enfocando diversos aspectos de interesse para o curso, os bolsistas estrangeiros do primeiro ano fizeram conferências sobre seus respectivos países, nas seguintes datas:

- 27 de março: Rosanna Osborne (Barbados)
- 10 de abril: Rodolfo Antelo Garrido (Bolívia)
- 15 de maio: Patrice Koneby Sery (Costa do Marfim)
- 29 de maio: Juan Larrea (Equador)
- 12 de junho: Glyn Bernard Zimba (Zâmbia)

Estágios

Os alunos do 2º ano cumpriram estágios em três departamentos do Itamaraty, nos seguintes períodos:

- 1º período: 3 a 4 de março
- 2º período: 8 a 19 de maio
- 3º período: 21 de agosto a 1º de setembro

1978

Setor		1º Ano	2º Ano
Línguas	Básicas	Francês Inglês Português (estrangeiros)	Francês Inglês Português (estrangeiros)
	Compl.	Alemão Espanhol Japonês Russo	Alemão Espanhol Japonês
Básico		Ciência Política Direito Economia Sociologia	Economia Direito Internacional Privado Direito Internacional Público História das Relações Diplomáticas do Brasil
Profissionalizante		Expressão e Redação Profissional Organização e Métodos de Trabalho do MRE Prática Diplomática	Promoção de Exportações Prática Consular Relações Internacionais
Atividades Extracurriculares		Viagem de estudo Conferências	Orientação Profissional Conferências Estágios (MRE)

FORMANDOS DE 1978

Agemar de Mendonça Sanctos

Lower Cambridge Certificate; Certificat du Cours de Français, Université de Lyon II.

Almerinda Augusta de Freitas Carvalho

Museologia, Curso de Museus, UFRJ; Diploma da Università degli Studi di Firenze; Curso de "Storia della Cultura Italiana"; Diploma da Università Inter-

nazionale dell'Arte: Curso "Museologia, Espressione e Comunicazione Visiva", Firenze. Diploma de Língua e Literatura do Instituto Italiano de Cultura, Rio de Janeiro.

Antenor Américo Mourão Bogéa Filho

Curso de Letras Modernas, Universidade do Maranhão; Diploma Superior de Língua e Literatura de Nancy (Nancy III); Master of Arts em Literatura, The American University; Certificado de Michigan (Proficiency); Curso de Ciência Política no West Georgia College, Carrollton, Georgia, USA; Certificado de Estágio Pedagógico, Escola Superior de Língua e Civilização Francesa, Paris.

Antonio Carlos Lopes

Licenciado em Letras (Português-Francês), Universidade de São Paulo; Mestrado em Literatura Francesa; Diploma de Metodologia do Ensino de Francês, Universidade Paul Valéry, Montpellier, França.

Décio Cavalheiro

Licenciado em Ciências Sociais, Universidade de São Paulo.

Eduardo Gastal Affonso Penna

Bacharel em Ciências Jurídicas, PUC, RJ; Certificados de Michigan e Cambridge; Diploma de Nancy I e II.

Francisco Chagas Catunda Resende

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, Universidade do Ceará; Bacharel em Comunicação Social, Universidade do Ceará; Diploma do "Institut des Hautes Etudes de l'Amérique Latine, Université Sorbonne Nouvelle, Paris III em nível de mestrado"; Seminário "Problems of Economic Development, Universidade de Harvard"; Diploma de Nancy I, II e III.

Frederico Salomão Duque Estrada Meyer

Curso de Administração Pública, Fundação Getúlio Vargas; Faculdade de Relações Internacionais (3 anos); Curso de Literatura Contemporânea ABL; Liderança e Chefia, MIS; Liderança Sindical MTPS; Proficiency in English, Universidade de Michigan; Comunicação Social ESPEG.

Gláucia Silveira Gauch

Faculdade de Filosofia de Ciências e Letras de Araraquara, SP; Curso de Inglês na Cultura Inglesa de Ribeirão Preto e na School for International Training de Brattleboro, Vermont.

João Solano Carneiro da Cunha

Faculdade de Economia e Administração, UFRJ (3 anos); Graduação em Música pela Escola de Música da UFRJ; Diploma de Literatura Francesa, Nancy

III; Curso de Língua e Civilização Francesas (5 anos), Aliança Francesa; Literatura Francesa (4 anos), Aliança Francesa.

José Jorge Alcazar Almeida

Bacharel em Relações Internacionais e Economia, Universidade de Georgetown, EUA; Curso de Alemão na Universidade de Salzburgo.

Lucia Maria Maierá

Licenciada em História pela USP.

Maria Laura da Rocha

Direito, UFRJ (3 anos); Francês (5 anos), Aliança Francesa.

Neith Maria de Almeida Prado Costa

Bacharel em Direito, USP; Curso de Especialização em Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas; Lower Certificate in English; Certificate of Proficiency in English, Universidade de Cambridge.

Pedro Fernando Brêtas Bastos

Faculdade de Direito, UFRJ; Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas (4 anos); Certificate of Proficiency in English, Cambridge e Michigan; Diploma Superior de Língua e Literatura Francesa, Nancy III; Curso de Sindicalismo, FGV; Curso de Administração Financeira (2 anos), FGV.

Pedro Luiz Rodrigues

Comunicação, Jornalismo, UNB; II Curso de Política Monetária e Mercado Aberto, ANDIMA, RJ; Curso de Operação de Valores, Bolsa de Valores do RJ.

Thaís Eleonora Guerra Rego

Bacharel em Direito, UFRGS; Certificado de Michigan; Certificates of Conclusion of Educational Psychology, English Composition and Sociology I, Cuyahoga Community College, Cleveland, Ohio; Certificado de Conclusão do 6º ano da Associação Franco Brasileira de Porto Alegre.

PROGRAMAS

1º ANO

CIÊNCIA POLÍTICA

I — Política de Ciência Política

1. Conceitos básicos. Relações com outras ciências.
2. Sistemas políticos; organizações políticas; instituições políticas.

- II – Poder político
 - 3. Poder; autoridade; influência; dominação.
 - 4. Legitimidade, legalidade.
- III – A análise de sistemas políticos
 - 5. Sistema social; sistema político; sistema econômico.
- IV – Instituições políticas
 - 6. Formas; regimes, sistemas; tipos de governo.
- V – A análise de elites políticas
 - 7. Elites políticas
- VI – Envolvimento político
 - 8. O homem político.
 - 9. Partidos políticos; facções políticas.
 - 10. Grupos de pressão; grupos de interesse.
- VII – Mudança política
 - 11. Mudança e conflito político
- VIII – Principais correntes do pensamento político
 - a) Pensamento político greco-romano.
 - b) Pensamento político medieval.
 - c) Pensamento político moderno.
 - d) Pensamento político contemporâneo.
- IX – América Latina
 - 12. Colonização – aspectos e conseqüências políticas.
 - 13. Mudanças e desenvolvimento.
- X – Brasil
 - 14. Origens privativas do poder público brasileiro: coronelismo.
 - 15. Evolução política.

TEORIA GERAL DO DIREITO PÚBLICO

- I – Temas introdutórios
 - 1. Direito público, direito privado e ordem pública.

- 2. Direito público interno e internacional.
 - 3. Divisão do direito público interno.
- II – O Estado Brasileiro
 - 1. Personalidade jurídica do Estado. Soberania nacional.
 - 2. A população brasileira. A nacionalidade e a cidadania.
 - 3. O território brasileiro em sentido estrito. As extensões legais.
 - III – A Organização Nacional
 - 1. O regime republicano, a forma federativa do Estado e o sistema presidencial de governo.
 - 2. A ordem jurídica. A competência da União e dos Estados federados.
 - 3. Os três poderes independentes e harmônicos. Formação e estrutura, controle recíproco. A constitucionalidade das leis e a legalidade dos atos da Administração.
 - 4. O processo legislativo. A iniciativa das leis, o procedimento ordinário e os procedimentos especiais.
 - IV – A Dinâmica do Regime Representativo
 - 1. Os direitos políticos: gozo potencial e exercício.
 - 2. Alistabilidade e elegibilidade.
 - 3. Condição jurídica dos partidos políticos. Disciplina partidária.

ECONOMIA

História Econômica Contemporânea e Pensamento Econômico

A. História Econômica Contemporânea (1790–1970)

- 1. *Revolução Industrial e Livre Concorrência* (1790–1870)
 - a. Liderança e liberalismo inglês.
 - b. Protecionismo no continente.
 - c. Expansão interna da economia americana.
 - d. O mundo penetrado pela Europa.
- 2. *Tensões Econômicas e Concorrência Imperfeita* (1870–1918)
 - a. Depressão e busca de novos mercados.
 - b. Segunda revolução industrial.

- c. Imigração de mão-de-obra e de capitais.
 - d. Crescimento para fora dos países subdesenvolvidos.
3. *A Grande Crise (1918–1945)*
- a. Reparações e problemas monetários.
 - b. Desemprego e liquidação do multilateralismo.
 - c. Soluções autoritárias e neoliberais.
 - d. Crescimento para dentro dos países subdesenvolvidos.
4. *Reconstrução, Desenvolvimento e Formação do Sistema Multinacional (1945–1970)*
- a. Hegemonia norte-americana e o sistema de Bretton Woods.
 - b. Da escassez à crise do dólar.
 - c. Internacionalização do capital.
 - d. Desigualdade das nações.

B. Pensamento Econômico.

1. *A Escola Clássica*
- a. Adam Smith: como enriquecer o Estado?
 - b. Robert Malthus: a dinâmica das populações.
 - c. David Ricardo: renda da terra, salários e vantagens comparativas.
 - d. Stuart Mill: o valor de troca.
2. *Os Dissidentes*
- a. Frederic List: proteção e intervenção.
 - b. Proudhon: “A propriedade é a liberdade”.
 - c. Marx: O modo de produção determina o processo social.
3. *A Escola Neoclássica*
- a. Stanley Jevons: a utilidade das mercadorias.
 - b. Leon Walras: as *harmonias* do equilíbrio geral.
 - c. Alfred Marshall: a consagração do marginalismo.
4. *A Revolução Keynesiana*
- a. A Teoria Geral: automatismos clássicos versus equilíbrio de subemprego.
 - b. Dinamização do modelo keynesiano: tentativas de transposição do modelo para países em desenvolvimento.

Introdução à Análise Econômica e Teoria dos Preços

A. Introdução

- 1 – Sistema produtivo.

- 2 – Unidade de produção.
- 3 – Circulação no sistema produtivo.
- 4 – Repartição do produto no sistema.
- 5 – Setor público.
- 6 – Sistema monetário-financeiro.
- 7 – Relações com o exterior.

B. Teoria dos preços

- 1 – Análise da oferta e da procura
- 2 – Teoria do consumidor
- 3 – Teoria da produção.
- 4 – Fixação de preços em concorrência perfeita.
- 5 – Fixação de preços em regime de monopólio.
- 6 – Oligopólio e concorrência monopolística.
- 7 – Preços dos fatores de produção.

SOCIOLOGIA

I – *Temas Introdutórios*

- 1. Contexto histórico do surgimento da Sociologia. Sociologia e sociedade moderna; caracterização da sociedade industrial.
- 2. A sociologia como ciência. Relações com outras ciências. O conhecimento sociológico: especificidade, objeto, método.
- 3. Características básicas do pensamento sociológico de A. Comte, E. Durkheim e M. Weber.
- 4. Desenvolvimento da teoria sociológica: organicismo positivista; teorias do conflito; formalismo sociológico; behaviorismo social, funcionalismo sociológico.

II – *Conceitos sociológicos e processos sociais básicos*

- 1. Ação e relação sociais.
- 2. Instituição, socialização, estrutura social.
- 3. Comunidade e sociedade.
- 4. Classes sociais e estratificação social
- 5. Integração, mobilidade, mudança, movimentos sociais.

III – *Técnicas de observação sociológica*

- 1. Níveis de observação da realidade social.

2. Observação direta, indireta, participante.
3. Entrevista, técnicas estatísticas, análise de conteúdo.
4. Regras de explicação sociológica.

IV – *Sociologias especiais*

1. Introdução às sociologias especiais.
2. Sociologia da cultura
3. Sociologia do desenvolvimento.

EXPRESSÃO E REDAÇÃO PROFISSIONAL

Parte I

- Introdução à comunicação e Noções de Filologia. Teoria da Comunicação Diplomática.
 1. Noções Gerais
 2. Expressão diplomática
 3. Informações.
 4. Comunicações diplomáticas.

Parte II

- Modelos de Redação Diplomática.
 1. Documentos internos oficiais do Governo brasileiro.
 2. Atos consulares e notariais e seus principais documentos.
 3. Documentos de comunicação oficial com as autoridades estrangeiras.
 4. Atos internacionais bilaterais.
 5. Atos internacionais multilaterais e demais documentos principais da diplomacia parlamentar.
 6. Principais documentos do processo administrativo.
 7. Atos sociais e executivos e seus principais textos.

Parte III

- Documentos e atos não-documentais da literatura diplomática segundo os principais gêneros.
 1. Texto de não-ficção.
 2. Texto de ficção.
 3. Gêneros experimentais e tecnológicos.

ORGANIZAÇÃO E MÉTODOS DE TRABALHO DO MRE

1. O Ministério das Relações Exteriores no quadro da Administração Pública Federal.
 - A Organização administrativa federal e o papel do Itamaraty.

– A Constituição. Reforma Administrativa: Decreto-Lei 200/1967. Dec.-Lei 900/1969 e Dec.-Lei 991/1969.

2. O Ministério das Relações Exteriores.

- A – Organização. Histórico das reformas do MRE. A Secretaria de Estado das Relações Exteriores, as Missões diplomáticas, o Serviço Consular, a representação do Brasil junto aos Organismos Internacionais. A antiga Delegacia do Tesouro em Nova York e o Escritório Financeiro em NY.
 - B – Regulamentação. O Regimento Interno da SERE (RISE). Manual de Serviço (1957) e o Tomo Administrativo do Manual de Serviço (1968). O Manual de Promoção Comercial. Os futuros Manuais preparados sob a coordenação da AESP: Normas e Rotinas.
 - C – Pessoal. O estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União (1952) a sua futura reformulação: Lei nº 6185/74. A Carreira de Diplomata. Os Oficiais de Chancelaria, os Agentes Administrativos, outros funcionários. Os “Auxiliares locais”, Administrativos e Técnicos (I.S. 5/1974). Consulados honorários e privativos. Sistemas de remuneração no Brasil e no exterior.
 - D – Documentos informativos e de Orientação. O Guia de Postos. A Resenha. Obras clássicas sobre a Prática Consular e Prática Diplomática. As publicações do DPR. Lista Diplomática. Outras Listas. Anuário do Pessoal, etc.
3. Método de Trabalho do MRE:
 - Tratamento formal e informal dos assuntos. Tratamento temático e geográfico. Coordenação interdepartamental. Coordenação dentro do Governo. A Imprensa. O Setor Privado. A empresa.
 4. A informação. A representação. A negociação. O papel do Terceiro Secretário na SERE e no exterior: assessoria do Chefe da Missão, a atividade em organismos internacionais, os SECOM, as delegações às Conferências internacionais.

2º ANO

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

Unidade I: As Fontes do Direito Internacional

Introdução: A classificação sumária das fontes no direito positivo (1921, 1945).

1. *O tratado internacional.*

Teoria geral. O direito dos tratados após a Convenção de Viena (1969).

Tratados em sentido estrito. Acordos executivos (estudo de direito comparado).

Tratados bilaterais e multilaterais. Tratados contratuais, normativos e institucionais.

2. *Gênese do tratado internacional.*

Negociação e assinatura. Ratificação; fórmulas variantes. As ratificações imperfeitas.

Adesão, fórmulas variantes. Reservas. Registro e publicidade.

3. *Efeitos do tratado internacional*

A obrigatoriedade do tratado internacional e a hipótese de concorrência de obrigações convencionais. Efeitos entre as partes contratantes. Extensão de efeitos a terceiros.

4. *Extinção do tratado internacional*

A vontade comum (ab-rogação). A vontade unilateral (denúncia). A superveniência do estado de guerra e a alteração radical das circunstâncias (teoria da cláusula "rebus sic stantibus").

5. *O costume internacional*

O elemento objetivo. A *opinio juris*.

6. *Os princípios gerais do direito no ordenamento jurídico internacional.**Unidade II: Condição Jurídica dos Estados e das Organizações Internacionais*

Introdução: A personalidade jurídica de direito internacional.

1. *Elementos constitutivos do Estado*

O território. Delimitação. Competências territoriais. Aquisição e perda do território.

A população e o governo.

2. *Sucessão de Estados.*

Teoria geral. O princípio da continuidade do Estado. Sucessão nos bens públicos. Sucessão na dívida pública.

3. *As organizações internacionais.*

Teoria geral. A personalidade jurídica "derivada". Competência. Estrutura orgânica usual. Espécies de organizações internacionais.

4. *A Sociedade das Nações (1919) e a Organização das Nações Unidas (1945).*

Origens e objetivos. Estrutura jurídica e divisão de competências. Organismos especializados. Apreciação crítica.

5. *O sistema interamericano.*

Precedentes históricos, evolução e estado atual da Organização dos Estados Americanos.

A América Latina: doutrinas regionais em direito internacional público; atualidade e perspectivas do direito comunitário.

Unidade III: Estatuto Jurídico do Mar e do Espaço Aéreo

Introdução: Estado atual dos conceitos de *res communis* e de *res nullius* em direito internacional público.

1. *O alto mar*

Teoria geral. Condição jurídica dos navios em alto mar. Policiamento. Utilização econômica.

2. *Mar territorial; zona contígua; plataforma continental.*3. *Águas internas, canais, estreitos e rios internacionais.*4. *O espaço aéreo.**Unidade IV: A Responsabilidade Internacional*

Introdução: A responsabilidade internacional como relação entre Estados e a configuração da responsabilidade indireta.

1. *Elementos essenciais.*

O ato ilícito. A imputabilidade. O dano.

2. *A proteção diplomática.*

Teoria geral. Condições do endosso. Efeitos do endosso. Renúncia prévia à proteção diplomática (a "cláusula Calvo").

3. *Responsabilidade por atos do poder público.*

Atos administrativos. Atos legislativos. Atos jurisdicionais.

4. *Responsabilidade por atos de particulares.*

Caráter especial e interpretação limitativa. Os deveres estatais de prevenção e repressão. Responsabilidade internacional em caso de guerra civil.

5. *A reparação do dano como efeito da responsabilidade internacional.*

Natureza. Extensão. Formas.

Unidade V: Solução Pacífica dos Conflitos Internacionais

Introdução: Visão panorâmica do chamado "direito de guerra" e justificativa de sua exclusão do programa.

1. *Os meios diplomáticos.*

Entendimento direto. Sistema de conduta. Bons ofícios e fórmulas variantes. Mediação e fórmulas variantes.

2. *A solução política.*

Noções fundamentais. O problema das competências concorrentes. A experiência do Conselho da Sociedade das Nações. O Conselho de Segurança das Nações Unidas. O Conselho da Organização dos Estados Americanos.

3. *A arbitragem*

Síntese histórica. O compromisso *ad hoc* entre as partes. A sentença arbitral: natureza jurídica; efeitos.

4. *A solução judiciária.*

A Corte Permanente de Justiça Internacional e a Corte Internacional de Justiça: estrutura e competências. Atividade atual e perspectivas do judiciário internacional.

*DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO**Unidade I: Apresentação do Direito Internacional Privado (stricto sensu)*

Introdução: O Direito Internacional Privado como auxiliar do juiz na apreciação dos fatos anormais.

1. *Projeção do direito interno no plano internacional*

1. As pessoas.
2. Os bens.
3. Os atos jurídicos.
4. Os fatos jurídicos.

2. *A questão do objeto do Direito Internacional Privado*

1. Os conflitos de lei.
2. Os conflitos de jurisdição.
3. A condição dos estrangeiros.
4. A nacionalidade.

3. *Fontes do Direito Internacional Privado*

1. Fontes internacionais e fontes internas.
2. Importância da Jurisprudência e da Doutrina.

4. *Noções históricas*

1. As principais escolas do Direito Internacional Privado.
2. Suas influências no Direito Contemporâneo.

Unidade II: Método Específico do Direito Internacional Privado

Introdução: A indicação de circunstâncias de conexão.

1. *A nacionalidade como circunstância de conexão*
 1. Aplicação no Direito Internacional Privado Brasileiro.
 2. Aplicação no Direito Estrangeiro.
 3. Aplicação em convenções internacionais.

2. *O domicílio como circunstância de conexão*
 1. Aplicação no Direito Internacional Privado Brasileiro.
 2. Aplicação no Direito Estrangeiro.
 3. Aplicação em convenções internacionais.

3. *A regra "locus regit atum"*
 1. Evolução histórica.
 2. Aplicação à forma e prova dos atos.
 3. Outras aplicações importantes da idéia de localização.

4. *Controvérsia sobre a autonomia da vontade em Direito Internacional Privado*
 1. Origem da questão.
 2. O Direito Brasileiro Antigo.
 3. O Direito Brasileiro Atual.

Unidade III: Casos de Não Aceitação do Direito Aplicável

Introdução: Corretivos à aplicação do Direito indicado.

1. *Defesa da ordem social*
 1. Domínio de intervenção da ordem pública.
 2. O problema da definição de ordem pública.
 3. Caráter evolutivo da noção.

2. *A fraude à lei*
 1. Noção geral.
 2. Utilização voluntária das regras de conflito.
 3. As conexões fraudulentas.
 4. A fraude à lei brasileira.

3. *Aplicação da lei mais favorável*
 1. A proteção aos nacionais no Brasil.
 2. Estado atual do problema.

Unidade IV: Apresentação do Direito Internacional Privado (lato sensu)

Introdução: Os chamados conflitos de jurisdição.

1. *A competência internacional dos tribunais brasileiros*
 1. Princípios reguladores da competência internacional.
 2. A competência exclusiva e a competência concorrente.
 3. A competência direta e a competência indireta.

2. *Peculiaridade do processo contendo elementos estrangeiros*
 1. Competência da lei do foro.
 2. Prova de meios de defesa.
 3. Tramitação de cartas rogatórias.

3. *Homologação de sentenças estrangeiras*
 1. Importância, fundamento e alcance do reconhecimento de sentenças estrangeiras.
 2. Principais obstáculos opostos ao reconhecimento das sentenças estrangeiras.
 3. O sistema brasileiro de homologação das sentenças estrangeiras.

Unidade V: Apresentação do Direito Internacional Privado (lato sensu)

Introdução: Nacionais X Estrangeiros.

1. *A nacionalidade e a ordem internacional*
 1. Fontes internacionais do Direito da nacionalidade.
 2. Conflitos de nacionalidades.

2. *A nacionalidade e o Direito Brasileiro*
 1. Princípios gerais.
 2. Aquisição e perda da nacionalidade brasileira.
 3. Contencioso da nacionalidade.

3. *A condição dos estrangeiros no Brasil*
 1. As pessoas físicas e o gozo e o exercício dos direitos no Brasil.
 2. Direito Público X Direito Privado.
 3. Tratados internacionais e assimilação aos nacionais.
4. *As pessoas jurídicas estrangeiras no Brasil*
 1. As pessoas jurídicas de Direito Público.
 2. As pessoas jurídicas de Direito Privado.
 3. A condição das sociedades estrangeiras no Brasil.
 4. A condição das associações e fundações no Brasil.

ECONOMIA

História Econômica Contemporânea e Pensamento Econômico

A. História Econômica Contemporânea (1790–1970)

1. *Revolução Industrial e Livre Concorrência (1790–1870)*
 - a. Liderança e liberalismo inglês.
 - b. Protecionismo no continente.
 - c. Expansão interna da economia americana.
 - d. O mundo penetrado pela Europa.
2. *Tensões Econômicas e Concorrência Imperfeita (1870–1918)*
 - a. Depressão e busca de novos mercados.
 - b. Segunda revolução industrial.
 - c. Imigração de mão-de-obra e de capitais.
 - d. Crescimento para fora dos países subdesenvolvidos.
3. *A Grande Crise (1918–1945)*
 - a. Reparações e problemas monetários.
 - b. Desemprego e liquidação do multilateralismo.
 - c. Soluções autoritárias e neoliberais.
 - d. Crescimento para dentro dos países subdesenvolvidos.
4. *Reconstrução, Desenvolvimento e Formação do Sistema Multinacional (1945–1970)*
 - a. Hegemonia norte-americana e o sistema de Bretton Woods.
 - b. Da escassez à crise do dólar.
 - c. Internacionalização do capital.
 - d. Desigualdade das nações.

B. Pensamento Econômico.

1. *A Escola Clássica*
 - a. Adam Smith: como enriquecer o Estado?
 - b. Robert Malthus: a dinâmica das populações.
 - c. David Ricardo: renda da terra, salários e vantagens comparativas.
 - d. Stuart Mill: o valor de troca.
2. *Os Dissidentes*
 - a. Frederic List: proteção e intervenção.
 - b. Proudhon: “A propriedade é a liberdade”.
 - c. Marx: O modo de produção determina o processo social.
3. *A Escola Neoclássica*
 - a. Stanley Jevons: a utilidade das mercadorias.
 - b. Leon Walras: as *harmonias* do equilíbrio geral.
 - c. Alfred Marshall: a consagração do marginalismo.
4. *A Revolução Keynesiana*
 - a. A Teoria Geral: automatismos clássicos versus equilíbrio de subemprego.
 - b. Dinamização do modelo keynesiano: tentativas de transposição do modelo para países em desenvolvimento.

Comércio Internacional e Desenvolvimento Econômico

A. Comércio Internacional

1. *Balço de pagamentos*
 - a. Mercado de câmbio e taxa de câmbio.
 - b. Estrutura do balanço de pagamentos.
 - c. Mecanismos de ajustamento.
2. *Teorias do Comércio Internacional*
 - a. Teoria das vantagens comparativas.
 - b. Extensões neoclássicas das vantagens comparativas.
 - c. Relações de troca e o modelo Prebisch-Singer.
3. *Políticas Comerciais*
 - a. Tarifas, controle de câmbio, subsídios, quotas e outras restrições não tarifárias ao comércio.
 - b. Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio.
 - c. Integração econômica.

4. *Sistema monetário Internacional*
 - a. Fundo Monetário Internacional
 - b. Liquidez internacional e o preço da liquidez.
 - c. Reforma do sistema monetário.
5. *Movimento de Capitais*
 - a. Capitais de curto prazo.
 - b. Investimento em carteira.
 - c. Investimentos diretos.

B. Desenvolvimento Econômico

1. *Subdesenvolvimento como atraso*
 - a. Papel das inovações e circuito estacionário.
 - b. Etapas do desenvolvimento econômico.
 - c. Modelos keynesianos de desenvolvimento.
2. *Subdesenvolvimento como produto do desenvolvimento*
 - a. Dinâmica do capitalismo.
 - b. Questões da reprodução ampliada.
 - c. Intercâmbio desigual.
3. *Formação interna de capital*
 - a. Dimensões do mercado e estímulos a investir.
 - b. População e formação de capital.
 - c. Nova teoria do consumo e da poupança.
4. *Fontes externas de capital*
 - a. Mercado de euro-moedas.
 - b. Instituições financeiras internacionais.
 - c. Investimentos multinacionais.
5. *Estratégias de desenvolvimento*
 - a. Modelo do crescimento equilibrado.
 - b. Modelo do crescimento desequilibrado.
 - c. Planejamento e planificação.

HISTÓRIA DAS RELAÇÕES EXTERNAS DO BRASIL

1. O descobrimento do Brasil, e sua colonização, no quadro internacional da época. Interesse francês, holandês e inglês pelo Brasil.
2. A formação das fronteiras do Brasil.
3. A independência e seu reconhecimento.

4. Questões internacionais do Império.
5. A República e sua aceitação internacional.
6. Questões Internacionais durante a República.
7. O Brasil na Primeira Guerra Mundial.
8. O Brasil na Liga das Nações.
9. O Brasil na Segunda Guerra Mundial.
10. História contemporânea do Brasil.

PRÁTICA CONSULAR

I Parte

Conceitos

1. Teoria geral das relações consulares: definição do campo das relações consulares, conceitos centrais e relevância para as relações internacionais.
 - a) Enfoque sistêmico: as relações consulares como subsistema das relações exteriores;
 - b) Enfoque dialético: a evolução da atividade consular;
 - c) Enfoque histórico-jurídico: a história dos institutos consulares.
2. Universo:
 - a) A Convenção de Viena de 1963;
 - b) O Direito Público e o Direito Internacional Privado.
3. O sujeito e o objeto da relação consular e sistemas de valores.

II Parte

Operações

1. O serviço consular brasileiro.
 - a) A evolução histórica do serviço consular brasileiro;
 - b) As condições atuais da estrutura e das funções do serviço consular brasileiro;
 - c) Os desafios e objetivos no quadro da política exterior do Brasil.
2. Atividades Consulares.
 - a) As atividades consulares das repartições no exterior;
 - b) O papel da Secretaria de Estado na atividade consular;
 - c) A coordenação com os órgãos nacionais competentes.

III Parte

Pesquisas

1. A organização dos serviços consulares de outros países, e o papel que desempenham na execução da política exterior desses países.
2. A organização dos serviços consulares de outros países no Brasil e o papel que desempenham nas relações com o Brasil.

PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÕES

Unidade I: O Sistema de Promoção Comercial do Itamaraty

- 1.1 Os conceitos de Diplomacia
- 1.2 Diplomacia e Comércio
- 1.3 A promoção Comercial no Itamaraty
 - 1.3.1 Antecedentes
 - 1.3.2 Quadro legal e posição institucional
 - 1.3.3 Conceito de promoção comercial
 - 1.3.4 A organização da promoção comercial do Itamaraty
 - 1.3.4.1 O planejamento: O Documento de Planejamento (DPL) e o Código Geral de Atividades (CGA)
 - 1.3.4.2 A programação: o Programa de Promoção Comercial no Exterior (PPCE)
 - 1.3.4.3 A avaliação e a regeneração: o Documento de Avaliação (DAV).
- 1.4 O Programa de Promoção Comercial no Exterior (PPCE)
 - 1.4.1 Objetivos
 - 1.4.2 Diretrizes
 - 1.4.3 Atividades
 - 1.4.3.1 O Subprograma de Informação Comercial (SPIC)
 - 1.4.3.2 O Subprograma de Mostras e Turismo (SPMT)
 - 1.4.3.3 O Subprograma de Organização e Modernização (SPOM)
 - 1.4.3.4 O Subprograma de Operações de Promoção Comercial (SPOC)
 - 1.4.3.5 O Subprograma de Estudos e Pesquisas
 - 1.4.4 Orçamento-programa
- 1.5 Os órgãos da promoção comercial do Itamaraty
- 1.6 O entrosamento das atividades do Sistema de Promoção Comercial com as atividades a nível de política econômica e comercial do Itamaraty.

Unidade II: Técnicas de Mercado

- 2.1 Técnicas de mercado. Seu significado para a promoção comercial

- também a nível de Governo. Antecedentes na teoria econômica. Conceitos básicos e alcance. O "marketing".
- 2.2 O "marketing mix" e seus componentes: o mercado, o produto e sua apresentação, o preço, os canais de comercialização, as comunicações, a distribuição física. Peso relativo de cada elemento do "mix". Filosofia do "marketing": ênfase e correntes.
 - 2.3 O mercado. Sua seleção. Informações básicas: a importância da escolha do mercado como condição prévia à concentração dos recursos de promoção.
 - 2.4 O produto. Desenho. Apresentação. Marca. Embalagem. Adaptação ao mercado de consumo.
 - 2.5 O preço. A correlação custos/preços/lucros. Custos fixos e variáveis. Custos de produção, promoção, entrega. Custos marginais. Os diversos determinantes do preço. Política e decisões de preço nas exportações.
 - 2.6 Canais de comercialização. Hábitos de compra. A pesquisa do canal apropriado. Clientes diretos e indiretos: distribuidores, importadores, centrais de compras governamentais, agentes de venda.
 - 2.7 Comunicações em "marketing". Mala direta. Amostras e brindes. Feiras e exposições. Os diversos veículos de propaganda.
 - 2.8 Distribuição física. Armazenagem, transporte. Custos de estocagem e frete: sua participação no custo final.
 - 2.9 Técnicas para o mercado interno e o internacional: semelhanças e distinções.
 - 2.10 A empresa e a exportação. Razões e condições para exportar. Ônus e vantagens da comercialização externa.

Unidade III: Normas e Procedimentos na Exportação

- 3.1 Exportações livres, sujeitas a exame prévio e proibidas.
- 3.2 Fluxograma da exportação.
- 3.3 Registro do Exportador.
- 3.4 Plano de "marketing". Negociações.
- 3.5 Contrato de venda.
- 3.6 Contrato de câmbio.

- 3.7 Financiamento à produção para a exportação, à promoção de exportações. Seguro de crédito na exportação.
- 3.8 Guia de Exportação.
- 3.9 Contratação de frete.
- 3.10 Contratação de seguro de transporte.
- 3.11 Fiscalização para embarque.
- 3.12 Averbação para incentivos. Os incentivos fiscais: Imposto de Renda, Imposto sobre Produtos Industrializados, Imposto sobre Circulação de Mercadorias, Imposto de Importação, Imposto sobre Operações Financeiras. Créditos fiscais. Draw-back. BEFIEX. Conjuntos industriais. Entrepósitos aduaneiros.
- 3.13 Destino da mercadoria.
- 3.14 Destino da documentação.

Unidade IV: Protagonistas da exportação

- 4.1 O empresário
- 4.2 As "trading companies".
- 4.3 As cooperativas.
- 4.4 As entidades de classe.
- 4.5 Os órgãos governamentais.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Unidade I – As Relações Internacionais como campo de estudos.

- 1. Conteúdo e limites do campo de estudos.
- 2. As Relações Internacionais e as Ciências Sociais. Enfoques.
- 3. Afinidades metodológicas e temáticas com a Ciência Política.
- 4. Os diferentes níveis de análise. Implicações substantivas das opções metodológicas.

Unidade II – Teoria das Relações Internacionais.

- 1. Evolução. Prototeorias. Teorias clássicas. Teorias contemporâneas. Novas abordagens. Métodos e técnicas de análise.
- 2. Avaliação crítica. Fragmentação do campo. Relevância.

Unidade III – O Sistema Internacional

- 1. Metáfora ou realidade. Dimensões. Especificidade com relação aos sistemas nacionais.
- 2. Atores. Sistema interestatal ou sistema internacional. Atores transnacionais e supranacionais.

- 3. O Poder internacional. Conceituação de Poder. Relações internacionais como relações de Poder. Modos de organização do sistema internacional. Balança de Poder.
- 4. As macroestruturas internacionais do século XX.
- 5. Os subsistemas político, econômico e militar.

Unidade IV – A Ação e a Interação dos Estados.

- 1. O papel do Estado nas Relações Internacionais. Soberania. Nacionalismo. Interdependência. Sobrevivência ou desaparecimento do Estado como principal ator das Relações Internacionais.
- 2. O Poder nacional. Elementos. Avaliação. Exercício do Poder no plano externo. Pressões. Ameaça ou uso da força.
- 3. Política externa. Fontes. Processo decisório. Planos de abordagem.
- 4. Segurança externa. Interesse nacional.
- 5. Programação. Formulação. Execução.

Unidade V – Organizações Internacionais e os esforços pela Paz.

- 1. Origens.
- 2. A Liga das Nações.
- 3. A Organização das Nações Unidas.
- 4. Os grandes temas multilaterais.
- 5. Outras Organizações.

CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE DIPLOMATAS (CAD)
E CURSO DE ALTOS ESTUDOS (CAE)

I CAD

Inscreveram-se, ainda em 1977, 25 secretários para o I Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, dos quais 11 obtiveram aprovação:

Abílio Machado Cantuária
Armando Vítor Boisson Cardoso
Arthur Vivacqua Correa Meyer
Carlos Alberto Ferreira Guimarães
Fausto Fernando Rocha Cardona
Haroldo Teixeira Valladão Filho
Isnard Penha Brasil Júnior
Mário Ernani Saade
Renate Stille
Ronaldo Edgar Dunlop
Vitória Alice Cleaver

O Curso constou das seguintes matérias: Relações Internacionais, Organismos Internacionais, Administração Pública Federal, Economia Brasileira, Comércio Exterior do Brasil, Sistema Brasileiro de Orçamento e Execução Financeira, e Organização do MRE. Os exames, realizados em Brasília e Roma simultaneamente, nos dias 12, 13 e 14 de setembro, englobaram várias matérias em uma prova, como segue:

1ª PROVA

RELAÇÕES INTERNACIONAIS E ORGANISMOS INTERNACIONAIS

A – *Dissertação principal*: Descreva como o estudo das relações internacionais se desenvolveu mediante sucessivas abordagens, de diferente tipo.

Exemplifique, e mostre as relações entre este campo de estudo e o da ciência política.

- B – *Pequena dissertação*: Descreva o Sistema Econômico Latino-americano (SELA).
- C – *Pequena dissertação*: Dê uma breve notícia sobre a UNIDO.
- D – *Pequena dissertação*: Qual a relação entre a Corte Internacional de Justiça e as Nações Unidas?

2ª PROVA

ECONOMIA BRASILEIRA E COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL

- A – *Dissertação principal*: Mostre o papel da CACEX no sistema brasileiro de comércio exterior, caracterizando aquele órgão e o seu relacionamento com o MRE.
- B – *Pequena dissertação*: Situe cronologicamente o desenvolvimento da economia cafeeira no Brasil.
- C – *Pequena dissertação*: Explique o mecanismo pelo qual a predominância do “Setor de mercado externo”, numa economia primária exportadora, pode inibir o desenvolvimento econômico e social.
- D – *Pequena dissertação*: Exponha brevemente a reação da economia brasileira à crise econômica e financeira internacional iniciada em 1973.

3ª PROVA

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, SISTEMA BRASILEIRO DE ORÇAMENTO E EXECUÇÃO FINANCEIRA E ORGANIZAÇÃO DO MRE

- A – *Dissertação principal*: Fale sobre o Orçamento Plurianual de Investimentos (conceituação, vantagens, relações com o sistema de planejamento, aplicação do OPI no Brasil).
- B – *Pequena dissertação*: Em que consiste o “cronograma de desembolso”, na execução orçamentário-financeira do MRE?
- C – *Pequena dissertação*: Defina, brevemente, os propósitos e o espírito do Decreto-lei 200.

- D – *Pequena dissertação*: Em poucas palavras, dê seu ponto de vista sobre os objetivos e os critérios que devem ter o sistema de colheita e processamento de informações, dentro do Serviço Diplomático do Brasil.

I CAE

Em 1978, o Instituto Rio-Branco recebeu as inscrições dos Diplomatas candidatos ao I CAE, cujos exames finais foram marcados para janeiro e fevereiro de 1979. Entre 11 de agosto e 23 de novembro, os trabalhos dos 17 inscritos foram examinados pela banca examinadora, constituída do Embaixador João Clemente Baena Soares, Ministro Orlando Soares Carbonar, Ministro Marcos Castrioto de Azambuja e Professor Vicente Marotta Rangel.

II CAD e II CAE

Estiveram abertas, de 1^o de agosto a 15 de setembro, as matrículas para o II Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas e para o II Curso de Altos Estudos, a realizar-se em 1979, para Segundos Secretários e Conselheiros, respectivamente.

FORMATURA DA TURMA DE 1977

Realizou-se em 20 de abril a formatura dos alunos que concluíram o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata e dos que ingressaram na Carreira por concurso de provas em 1977, em cerimônia presidida por sua Excelência o Senhor Presidente da República, na presença do Vice-Presidente da República, do Ministro de Estado das Relações Exteriores, do Secretário-Geral das Relações Exteriores e do Diretor do Instituto Rio-Branco.

O Presidente da República fez entrega do diploma e da medalha de vermeil (Prêmio Rio-Branco) ao primeiro colocado da turma do CPCD e ao primeiro colocado no concurso de provas de 1977; em seguida o Diretor do Instituto procedeu à chamada de todos os formados, brasileiros e estrangeiros. Foram os seguintes os formados em 1977:

José Roberto de Almeida Pinto
Paulo Joppert Crissiuma
Katia Godinho Gilaberte
Pedro Henrique Lopes Borio
Leda Lúcia Martins Camargo
Maria de Lourdes Vieira Nogueira
João Batista da Costa
Fernando Jablonski
Pedro Scalisse Neto
Flávio Helmond Macieira
Paulo Cesar Meira de Vasconcellos
Vera Lúcia dos Santos Caminha
Alcides Gastão Rostand Prates
Everton Vieira Vargas
Marcela Maria Nicodemos
Maria-Thereza Lázaro
Vergniaud Elyseu Filho
Cesar de Paula Cidade
Renato Soares Menezes
Ricardo Alonso Bastos
Ana Elisa de Magalhães Padilha Pupo Netto
Luiz Antonio Dubeux Fonseca

Paulo Sérgio Traballi Bozzi
 Michael Francis de Maya Monteiro Gepp
 Milton de Freitas Almeida Neto
 Orlando Celso Timponi
 Eliana de Sampaio Ferraz
 Paulo Wangner de Miranda
 José Amir da Costa Dornelles
 Sidney Pinto Fernandes
 Antonio Carlos do Nascimento Pedro
 Rolemberg Estevão de Souza
 Gladys Ann Garry Facó

Foram os seguintes os diplomatas que ingressaram na Carreira diplomática pelo concurso de provas de 1977:

Georges Lamazière
 Paulo Roberto de Almeida
 Eduardo Botelho Barbosa
 José Soares Júnior
 Ana Maria Sampaio Fernandes
 Alcir Carvalho Rebello
 Mônica Renata Salski
 Eduardo Lobo Botelho Gualazzi
 Fernando Paulo de Mello Barreto Filho
 Sérgio Frederico Dantas da Cunha
 Ana Lélia Benicá Beltrame
 João de Mendonça Lima Neto
 Sérgio Maurício da Costa Palazzo

Receberam o Prêmio Rio-Branco José Roberto de Almeida Pinto e Georges Lamazière (medalha de vermeil, 1º lugar na turma do CPCD de 1977 e no concurso de provas, respectivamente) e Paulo Joppert Crissiuma e Paulo Roberto de Almeida (medalha de prata, 2º lugar, na turma do CPCD e no concurso de provas, respectivamente).

Foram os seguintes os agraciados com o prêmio Lafayette de Carvalho e Silva (1º e 2º lugares no vestibular de sua turma): (*)

José Roberto de Almeida Pinto (medalha de prata)
 Paulo Joppert Crissiuma (medalha de bronze)

Com a turma de 1977, formaram-se os primeiros diplomatas estrangeiros, a saber:

(*) Vestibular realizado entre novembro de 1975 e março de 1976, para o ano letivo de 1976.

Gonzalo Salvador Holguín (Equador)
 Narcisse Kouadio Konan (Costa do Marfim)
 Richolo Zouingnan (Costa do Marfim)

Na ocasião, o Ministro de Estado das Relações Exteriores, pronunciou o seguinte discurso:

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Mais uma vez o Itamaraty é honrado com a visita de Vossa Excelência num 20 de abril. Como diplomata de Carreira e como Chefe eventual desta Casa, quero, antes de mais nada, expressar-lhe, Senhor Presidente, o reconhecimento do Ministério das Relações Exteriores e de seus funcionários pelo apoio constante e eficaz que Vossa Excelência tem dado a esta instituição, de que tanto nos orgulhamos.

Senhor Presidente,

Desejaria iniciar minhas palavras com uma saudação aos jovens diplomatas que acabam de integrar-se nos quadros desta Casa e que se encontram presentes a esta solenidade. São 46 novos diplomatas oriundos de uma turma regular do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata e de um Concurso de Provas realizado pelo Instituto Rio-Branco, em 1977. Assim, os dois modos de acesso à Carreira de Diplomata estão devidamente representados, simbolizando, de maneira muito direta, a flexibilidade que desejamos manter no recrutamento de pessoal para esta Casa.

De forma sistemática, o Itamaraty vai procurar na juventude brasileira aqueles que autenticamente desejam devotar-se aos labores da profissão de diplomata. Não acenamos com promessas, mas com uma Carreira dinâmica e que se renova. Uma Carreira em que pesados sacrifícios são exigidos, mas que, sem dúvida, abre oportunidades profissionais e pessoais e em que sérias responsabilidades são cometidas ao funcionário, desde o seu primeiro dia de trabalho. Nos últimos anos, o processo de incorporação de novos elementos ao Itamaraty se acelerou de forma notável, graças às diretrizes que, para tanto, adotamos. De 1974 até hoje, ingressaram na Carreira 122 diplomatas, o que corresponde a 18% dos quadros até então autorizados. Com a aquiescência de Vossa Excelência, os requisitos para a lotação desses diplomatas no exterior foram agilizados, de modo a reduzir seus estágios iniciais na Secretaria de Estado. Assim, passou o Itamaraty a atrair candidatos que anteriormente hesitavam em optar pela carreira diplomática devido ao longo tempo — 4 anos de estudos e 3 de estágio — que mediava entre sua decisão de prestar concurso e a possibilidade, no caso de aprovação, de sua remoção para o exterior.

Senhor Presidente,

A oportunidade da presença de Vossa Excelência nas comemorações do Dia do Diplomata convida a um balanço de realizações no campo da organização e dos trabalhos do Serviço Diplomático brasileiro. Quero referir-

me, principalmente, ao funcionamento do Itamaraty, como instituição. Creio que há a registrar — graças à compreensão de Vossa Excelência — um importante acervo de esforços e de conquistas. Em primeiro lugar, ajustamos nossos mecanismos de atuação — na Secretaria de Estado e no exterior — ao alargamento dos parâmetros da ação externa do Brasil e à aceleração das operações diplomáticas dela decorrentes. Em segundo, tomamos consciência de que tal ajustamento exigiria, de cada um de nós, trabalho e sacrifício adicionais, inclusive para que pudéssemos mobilizar, com toda presteza, homens e recursos materiais para enfrentar as novas tarefas. Em terceiro, e em decorrência dos dois anteriores, foi preciso que o Itamaraty se voltasse para Vossa Excelência para, na medida justa das possibilidades da Administração Pública, obter os meios adicionais de que necessitava.

No que se refere ao pessoal diplomático, foi Vossa Excelência sensível à notória carência de funcionários de carreira, provocada pelo congelamento numérico verificado desde 1966.

Naquele ano, data do último aumento líquido do quadro — o Brasil mantinha no exterior 67 Missões diplomáticas, contra as 127 atuais, das quais 89 singulares e 38 cumulativas, além de 43 Repartições consulares. O preenchimento de todos os novos postos do exterior e o atendimento dos necessários desdobramentos dos Departamentos, Divisões e Serviços da Secretaria de Estado, com o mesmo efetivo de diplomatas, vinha sendo, assim, tarefa das mais difíceis, assegurada somente à custa de mais trabalho e de maior dedicação de um mesmo número, constante, de funcionários. Em breve, porém, graças ao aumento de quadros aprovado pelo Congresso Nacional e que Vossa Excelência sanciona na data de hoje, será possível ao Itamaraty superar esse obstáculo relevante, manter-se à altura da realidade brasileira e estar atento aonde quer que se projete o interesse nacional, político ou econômico. Essa presença exige mais atividade, mais negociações, mais serviços, em função do crescimento do Brasil e da intensificação do seu relacionamento com os 150 Estados que hoje integram a comunidade internacional.

Tal adequação da carreira diplomática teria, porém, efeitos limitados, não fosse acompanhada de um ajustamento dos quadros administrativos, notadamente no dos Oficiais de Chancelaria, que, costume dizer, constituem indispensável apoio à Carreira diplomática. Mediante a realização de concursos públicos, pudemos incorporar aos quadros do Itamaraty novos Oficiais de Chancelaria, que, inspirados no zelo, competência e entusiasmo dignos de registro de seus colegas mais antigos, realizam tarefas específicas do serviço exterior, como, por exemplo, o manuseio e operação dos meios de comunicação da Secretaria de Estado e de nossas Repartições no Exterior.

A expansão geográfica dos nossos serviços e a intensificação das atividades nos postos preexistentes têm requerido também a ampliação e melhoria de instalações das representações brasileiras. Nesse, como em todos os demais setores de atividade administrativa do Itamaraty, realizamos grande esforço

no sentido de compatibilizar nossas necessidades de instalações eficientes e condignas com os meios orçamentários disponíveis. Definiu-se e se implementou criterioso e seletivo programa patrimonial, pautado no princípio de evitar o suntuário e o supérfluo, em benefício do correto e do funcional. Muito resta, naturalmente, por fazer no campo patrimonial, mas posso assegurar a Vossa Excelência que, dentro das naturais limitações existentes, em termos de custos e de recursos disponíveis, o Brasil tem seu serviço diplomático instalado de forma digna nos diferentes países do mundo.

Prosseguem, por outro lado, em ritmo acelerado as obras de construção do prédio anexo ao Palácio do Itamaraty, o qual abrigará vários setores da Secretaria de Estado, inclusive o Departamento de Comunicações e Documentação. Uma vez concluído esse prédio serão trazidos para Brasília, atendendo a uma anseio geral da Casa e em obediência de determinações de Vossa Excelência, a Biblioteca, a Mapoteca e o Arquivo Histórico do Itamaraty, que ainda têm sede no Rio de Janeiro.

Um esforço institucional digno de nota vem sendo realizado pelo Itamaraty, em suas múltiplas áreas de atividade, tais como a de documentação e comunicações; a da cooperação cultural, científica e tecnológica; e a dos assuntos econômicos e de promoção comercial. Com base em sua própria estrutura e evitando duplicações estereis e onerosas, o Ministério tem procurado maximizar o rendimento de seus recursos e aproveitar, com as necessárias adaptações, as técnicas avançadas de trabalho, atualmente utilizadas tanto pelo setor público, quanto pela empresa privada. Ao fazê-lo, não pretende o Itamaraty se substituir nas tarefas que incumbem a quaisquer outros órgãos. Deseja, apenas, desempenhar com eficiência as funções que lhe são deferidas, no plano externo, por força da lei.

Essa apreciação sumária das atividades-meio do Ministério ficaria, porém, incompleta se omitisse referência, ainda que breve, ao seu embasamento orçamentário. Com efeito, procurei, desde os primeiros dias de minha gestão à frente desta Pasta, e em consonância com diretriz específica de Vossa Excelência para o conjunto da Administração Federal, aperfeiçoar os mecanismos de preparação e de execução do orçamento do Ministério, com vistas a que suas atividades, por atípicas que pudessem ser, fossem objeto de planejamento e de orçamentação prévias, evitando-se, assim, tropeços operacionais por carência de recursos financeiros. Esse objetivo julgo haver sido plenamente alcançado, pelo que desejaria agradecer o apoio recebido dos órgãos da Administração Federal aos quais está afeta a matéria orçamentária.

Senhor Presidente,

A atividade diplomática, no mundo de hoje, ganha a cada dia contornos de maior complexidade. No seu cotidiano, o diplomata mantém contac-

to não só com o exterior, mas também com todos os setores da sociedade brasileira. Sua tarefa, por ser eminentemente política, não é a de buscar simplificações, mas, sim, de utilizar o maior número possível dos fatores em jogo para projetar no exterior os interesses nacionais. Daí a necessidade, que já em 1946, soubemos antecipar, com visão histórica, de estar dotado o país de uma diplomacia profissionalizada, de formação acadêmica, organizada e hierarquizada em bases modelares.

No Governo de Vossa Excelência, a formação e o aperfeiçoamento dos diplomatas brasileiros vêm recebendo impulso particularmente inovador, em benefício de sua organização e qualidade. Iniciamos e concluímos a transferência do Instituto Rio-Branco para a Capital da República, fazendo assim cessar uma situação anômala, que ameaçava tornar-se permanente, de distanciamento entre o Instituto e o restante da Secretaria de Estado. Estamos implementando uma sistemática reforma da organização do ensino e dos métodos de trabalho do Instituto, reforma essa que deverá culminar, no próximo ano, com a transferência do Instituto para sua sede definitiva. Entre as reformas já em andamento figuram a adoção de métodos modernos, em convênio com instituições especializadas, para o ensino, não só de línguas correntes — cujo domínio é instrumento básico para o trabalho diplomático, em geral — mas também das línguas menos conhecidas, que são, contudo, de utilidade para os funcionários e suas famílias designados para servir em postos remotos.

Nossa academia diplomática abriu suas portas, pela primeira vez, a alunos estrangeiros, procedentes de países em desenvolvimento da América Latina e da África, havendo três deles já concluído seus estudos, e regressado à Costa do Marfim e ao Equador, onde passaram a integrar o Serviço Diplomático daqueles países. No momento, há doze outros bolsistas estrangeiros no Instituto Rio-Branco; sete deverão retornar a seus países antes do fim do presente ano. Esta é uma experiência pioneira e que traduz, em termos práticos, a nossa disposição de cooperar, na medida de nossas possibilidades, com os países amigos.

Há exatamente um ano Vossa Excelência assinava o Decreto de criação do Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas e do Curso de Altos Estudos. Concretizaram-se, assim, aspirações muito antigas desta Casa, no sentido de que fossem oferecidas a todos os diplomatas oportunidades de treinamento no correr de sua vida profissional. Somaram-se, dessa forma, novas responsabilidades às já cometidas ao Instituto Rio-Branco. A formação do pessoal diplomático não mais se limitará ao estágio que antecede sua entrada na Carreira, mas se estenderá até o nível de Conselheiro, facilitando o processo de reciclagem, tão importante para quem está sujeito, por dever profissional, a longos períodos de afastamento do país. Com os novos Cursos, tanto ganhará a instituição, quanto ganharão, individualmente, seus membros. Por outro lado, estaremos respondendo de forma construtiva ao desafio que o Ministro

da Educação e Cultura nos havia apresentado ao promover o reconhecimento do nível superior da Carreira de Diplomata. Não ficamos inativos, nestes últimos doze meses, no esforço para implementar os Decretos de Vossa Excelência: estruturamos os Cursos; com a cooperação da Seplan, pudemos preparar os textos básicos para os estudos das primeiras turmas; e posso anunciar que as mesmas já estão constituídas, devendo o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas contar com 25 e o Curso de Altos Estudos com 28 diplomatas.

Estas e outras realizações representam um investimento institucional na formação de pessoal, cujos frutos aparecerão plenamente nos anos vindouros. Esse investimento confirma a visão histórica, de longo prazo, que sempre foi um dos grandes patrimônios da Chancelaria brasileira. A atenção com que devem ser tratados os problemas imediatos não pode prejudicar a abordagem oportuna dos problemas que se desenharam para o futuro.

Essa mesma visão tem caracterizado a nossa política externa de forma a amoldá-la a um Brasil que se transforma e ao dinamismo de uma realidade internacional que não cessa de evoluir. A agilidade dessa renovação tem impedido que os problemas se acumulem em nossa agenda diplomática. Posso afirmar, mesmo, que o Governo de Vossa Excelência tem-se distinguido pela disposição com que enfrenta, de forma criativa, as novas situações internacionais e pela sua capacidade de implementar modelos operativos para a ação diplomática.

Não vou buscar o passado para ilustrar essa capacidade. Lembrarei, apenas, a iniciativa, ora em curso, com vistas à negociação de um Pacto Amazônico como uma instância em que estamos procurando conciliar, de forma equilibrada e amistosa, as aspirações do Brasil com as de seus vizinhos da Amazônia. Buscamos renovar a atividade diplomática naquela região, estimulando o aparecimento de formas modernas de convivência, em benefício de todos os países interessados.

Embora extremamente importante, este é apenas um exemplo do muito que se pode fazer para intensificar o diálogo que o Brasil mantém com os países amigos. Outras possibilidades têm sido abertas pelas visitas oficiais que Vossa Excelência tem realizado ou que temos aqui recebido. Não me parece ser o caso individualizá-las nesta solenidade, mas não devo deixar de assinalar que é revelador o simples fato de as mesmas se terem realizado e se estarem realizando, em tão grande número e por desejo espontâneo dos que aqui nos visitam ou dos que convidam Vossa Excelência. Revelador porque indica haver o Brasil galgado um novo patamar diplomático, que lhe permite dialogar de modo livre e desimpedido no cenário internacional. Revelador porque esta nova situação só foi alcançada devido aos acertos, nos anos anteriores, da política externa conduzida por Vossa Excelência, acertos que nos deram credibilidade e nos granjearam respeito no exterior. Todos sabem que o Brasil é

um parceiro confiável, que tem a coragem de defender seus interesses. Todos sabem que o Brasil preza sua independência, da mesma forma que preza a independência dos demais países. Todos sabem que o Brasil tem amigos aquém e além-mar e que essas amizades foram conquistadas com lealdade e espírito de equidade.

ATIVIDADES DO INSTITUTO RIO-BRANCO EM 1979

Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata
Curso de Preparação à Carreira de Diplomata
Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas
Curso de Altos Estudos
Formatura da Turma de 1978

EXAME VESTIBULAR AO CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA
DE DIPLOMATA

Primeira Fase

As inscrições estiveram abertas de 20 de abril a 11 de maio em Brasília e nos mesmos centros regionais do ano anterior, para onde o Instituto designou os seguintes diplomatas para a divulgação do concurso:

Belo Horizonte: Min. Augusto Estellita Lins
Curitiba: Cons. Francisco Hermógenes de Paula
Fortaleza: Sec. João Zicardi Navajas
Porto Alegre: Sec. Appio Claudio Acquarone
Recife: Min. Oswaldo Biato
Salvador e São Paulo: Min. Sérgio Fernando Guarischi Bath

As provas iniciais realizaram-se nessas cidades, em junho, nos dias 22 (Português), 23 (Francês) e 24 (Inglês), para as quais foi constituída a seguinte banca:

Português: Min. Augusto Estellita Lins e Prof. Antônio Salles Filho
Francês: Profs. Michel Hospital e Clarisse F. da Silva
Inglês: Profs. Sara Burkitt Walker e Anthony Twistleton

As provas realizadas fora de Brasília foram aplicadas pelos seguintes diplomatas:

Belém: Sec. Ana Maria Sampaio Fernandes
Belo Horizonte: Sec. Lucia Maria Maierá
Curitiba: Sec. Antonio Carlos Lopes
Fortaleza: Cons. Francisco Hermógenes de Paula
Manaus: Sec. Maria Edileuza Silva Fontenelle
Porto Alegre: Sec. Virgílio Távora
Rio de Janeiro: Cons. Maria da Natividade Ribeiro Petit
Salvador: Sec. João Carlos Souza Gomes
São Paulo: Secs. Mônica Salski e João Zicardi Navajas

Movimento:

Desistentes	453
Compareceram	521
Aprovados	66

Segunda Fase

Os candidatos aprovados na primeira fase dos exames vestibulares submeteram-se, em Brasília, aos exames de sanidade e capacidade física e psíquica e à investigação de costumes e conceito corrente e a entrevistas de avaliação de aptidão profissional de acordo com o Artigo 7º do Regulamento do Instituto Rio-Branco. Os exames de sanidade e capacidade física estiveram a cargo de banca supervisionada pelo Chefe do Serviço Médico do Itamaraty e os exames psicológicos a cargo do Instituto de Psicologia, Seleção e Orientação (IPSO), liderados por seu Diretor, Doutor Geraldo Servo.

Para as entrevistas de aptidão vocacional, foram designados os Ministros Adolpho Correa de Sá e Benevides, João Augusto de Médicis, Sebastião do Rego Barros Neto, Guilherme Belford Roxo Leite Ribeiro e o Conselheiro Maria da Natividade Ribeiro Petit.

Movimento:

Convocados	66
Desistentes	2
Habilitados	43

Terceira Fase:

As provas vestibulares finais realizaram-se em julho, nos seguintes dias:

- 16 – História do Brasil
- 19 – Geografia
- 24 – História Mundial
- 27 – Direito

Compuseram a banca nesta fase:

- História do Brasil: Prof. José Sales Tiné
- Geografia: Prof. Aziz Ab'Saber
- História Mundial: Prof. Amado Luiz Cervo
- Direito: Prof. Augusto Cançado Trindade.

Movimento geral:

Convocados	33
Aprovados	33

Foi a seguinte a classificação final:

Bruno de Risios Bath
 José Roberto Procopiak
 Francisco Mauro Brasil de Holanda
 Arthur Henrique Villanova Nogueira
 Afonso Alvaro de Siqueira Carbonar
 Hélio Vítor Ramos Filho
 Marco Antônio Felix de Souza Neto
 Sérgio França Danese
 Elda Maria Gaspar Alvarez
 Hadil Fontes da Rocha Vianna
 Paulo de Mello Vidal
 Alexandre Affonso da Motta Barbosa
 Alfredo Cesar Leoni
 João Batista Lanari Bó
 Antonio Luis Espinola Salgado
 Francisco Moacyr Fontenelle Filho
 Maria Tereza Mesquita Pessoa
 Paulo Roberto Caminha de Castilhos França
 Edelcio José An Sarah
 Claudio Frederico de Matos Arruda
 Elza Moreira Marcelino
 Oswaldo Biato Junior
 Marco Farani
 Débora Vainer Barenboim Salles Vanni
 Hindemburgo Bueno dos Santos
 Carmen Lucia Gillet Lomonaco
 Sérgio Eugênio de Risios Bath
 Paulo Luiz Medeiros de Souza
 Marcel Fortuna Biato
 Jorge Karl de Sá Earp
 Maria Elisa Teófilo de Lima Henderson
 Francisco Carlos Ramalho de Carvalho Chagas
 Maria Silvia Barbin Laurindo

CARACTERÍSTICAS E PROGRAMAS:

Iguais aos das provas vestibulares de 1978.

PROVAS DOS EXAMES VESTIBULARES 1979

PROVA DE PORTUGUÊS

A – Redação

Guia de avaliação:

1. Estrutura e desenvolvimento: 15 pontos
2. Correção da expressão: 30 pontos
3. Propriedade da expressão: 15 pontos

Valor: 60 pontos

Dificuldades e obstáculos que se antepõem a um país caracterizado como potência emergente: benefícios e riscos de se tornar grande potência.

B – *Resumo*

Transferência de Tecnologia

José Walter Bautista Vidal

Este é um tema bastante complexo para ser tratado em artigo desta natureza. Sendo, entretanto, assunto de muita atualidade, dado o interesse que desperta em todas as categorias profissionais, políticas e mesmo sociais, ocasionando suposições destituídas de qualquer base real, acreditamos que se deva fazer um esforço, em todas as oportunidades, de tentar conceituar o seu significado para o desenvolvimento brasileiro, à luz da realidade vivida pela nossa sociedade.

Antes de falarmos de transferência de tecnologia, entendemos que deva ser melhor examinado o real sentido da tecnologia. A falta de conhecimento de causa já começa neste nível, o que era de se esperar, posto que as teorias econômicas, até hoje, ainda não a conceituam no seu real papel no processo de desenvolvimento. Após Schumpeter ter abordado o assunto, embora superficialmente, surgiram alguns trabalhos de Denison e outros, na última década, que apresentaram alguns dados, demonstrando a extraordinária influência da tecnologia no desenvolvimento dos países estudados.

É bem verdade que estes trabalhos se restringiam à análise do papel da tecnologia na economia, sem considerar sua importância nos aspectos humanos, sociais, estratégicos e políticos. Alguns historiadores e filósofos, entretanto, não têm o mesmo enfoque que os economistas. São exemplos, entre eles, Ortega y Gasset e Arnold Toynbee; sendo que este último chega a considerar que a maior revolução ocorrida nos vários milhões de anos de existência do "Homo Sapiens" sobre a face da terra, ocorreu precisamente devido à ação da técnica, quando o homem, ao dominar os primeiros conhecimentos de uma tecnologia agrícola, aplicou-os no vale da Mesopotâmia, observando a maior transformação ocorrida na história da humanidade, qual seja, a do surgimento da primeira civilização, a civilização suméria.

A experiência histórica brasileira, desde a primeira forja catalã instalada no século XVI até os nossos dias, dá muito mais razão, numa visão conceitual, aos historiadores e filósofos do que aos economistas.

Um outro aspecto a ser considerado, para melhor compreensão do papel da tecnologia na experiência brasileira, é o do seu significado como um grande agregado de milhares de itens científicos e tecnológicos, experimentais ou não, culturais, empíricos etc., ainda pouco entendido no Brasil, onde se confunde, primariamente, tecnologia com pesquisa e centro de produção tecnológica com universidade. Inicialmente, é necessário esclarecer que, em muitos casos, a pesquisa pode ser uma parcela importante do processo de formação do agregado tecnológico. Entretanto, sua contribuição é limitada e incompleta. Este agregado tecnológico, que se costuma chamar de "pacote tecnológico", ou de "caixa preta", se se trata de "pacote" fechado, é igualmente considerado na linguagem corrente do Brasil como transferência de tecnologia.

O que a experiência mundial mostra, e no Brasil também começa a ser evidente, é que a tecnologia está intrinsecamente vinculada ao parque produtivo do país onde se desenvolve, o qual, naturalmente, situa-se dentro de um contexto político, cultural, econômico, social e humano que orienta e caracteriza a sua maneira própria de produzir. É certo, porém, que todos os países que conseguiram, por uma ou outra razão, algum destaque nos últimos oito séculos, têm dado uma importância central a esta magnífica criação da época medieval que é a Universidade. É claro também que o espírito inventivo desenvolvido dentro das Universidades, através da pesquisa, dá à sociedade a que servem um sentido de criatividade, com reflexo em todas as atividades humanas, inclusive ao seu setor produtivo. Ultimamente, nos países ricos, este sentido de criatividade, para o bem ou para o mal, tem sido enfática e exageradamente orientado para a atividade econômica industrial. Nos Estados Unidos esta orientação foi levada a níveis extremados, por exemplo, no período imediatamente posterior ao lançamento do primeiro satélite artificial pelos russos.

Portanto, não confundamos desenvolvimento tecnológico — produtivo — com atividade de pesquisa. Esta última pode existir e ser de boa qualidade e não ocasionar, entretanto, qualquer consequência, positiva ou negativa, no parque manufatureiro do país em que se realiza. De uma certa maneira, é o caso brasileiro. Como é do conhecimento geral, o nosso parque industrial abastece-se de tecnologia produzida no contexto de outras sociedades e os nossos cientistas, de cuja qualificação nos orgulhamos, produzem "papers" que são publicados nas melhores revistas científicas do mundo. De certa maneira, estamos pagando duas vezes, uma, ao importarmos a "tecnologia" que não é transferida e outra ao financiarmos a produção científica que é utilizada pela estrutura produtiva tecnológica dos países ricos. Porém, dizer que os nossos industriais são incompetentes por não utilizarem os resultados dos nossos cientistas é tão estúpido como dizer que os nossos cientistas são antipatriotas ao produzirem somente o que é utilizável pelas sociedades já industrializadas e ricas.

Como já foi dito anteriormente, não existe transferência de tecnologia na forma de "pacotes", abertos ou fechados, que tem sido a sistemática usada

pela estrutura político-produtiva nacional. Somente haveria transferência de tecnologia se esta fosse absorvida, dominada em todos os seus aspectos, o que não tem sistematicamente ocorrido, salvo honrosas exceções. Existe uma única maneira de dominar uma tecnologia: fazê-la; e, fazendo-a, estaremos começando a nos capacitar para absorver tecnologia externa e até para estabelecer uma sistemática de real transferência de tecnologia. Isto é o que tem sido feito, com muito sucesso, pelo Japão, e todos os países industrializados o fazem, constantemente, utilizando com sabedoria a criatividade dos outros povos em benefício do seu próprio parque produtivo, após ajustá-la aos fatores de produção locais. Ganham, assim, em capacidade de competição e criam uma estrutura produtiva tecnológica própria, cujo bem final é o que se chama de Tecnologia, o bem produtivo mais nobre e de maior valor agregado do mercado mundial, não somente pelo seu peso econômico, mas pelo que representa em domínio da estratégia de desenvolvimento nos seus aspectos humanos, sociais e políticos, e de controle da própria equação de desenvolvimento.

Finalmente, concluindo esta breve análise de tão complexo problema, vale ressaltar que a capacitação de produção tecnológica exige maiores investimentos que aqueles requeridos, por exemplo, pela indústria básica, além de ter um período de maturação ainda mais longo do que o deste setor de produção. Quem hoje põe em dúvida, em nosso país, a indispensabilidade desta indústria, mesmo conhecendo os grandes investimentos necessários e os seus longos períodos de maturação, como no caso do ciclo que começou com Volta Redonda? Foi a existência do mercado brasileiro que justificou todo o esforço de implantação industrial e garantiu a evolução desse setor fundamental da produção.

Da mesma forma, na análise da problemática produtiva tecnológica, surge como base de qualquer conjectura de real transferência de tecnologia, a situação do mercado tecnológico brasileiro. Este é avaliado, atualmente, em mais de dois bilhões de dólares considerando-se a tecnologia explícita — remetida para o exterior ou reinvestida no país — e a tecnologia implícita, embutida nos equipamentos e componentes importados. A dimensão desse mercado e a sua enorme potencialidade nos permite iniciar, no campo tecnológico, o mesmo ciclo que na indústria básica começou com Volta Redonda.

In: Revista de Finanças Públicas - Ano XXXIX — Março de 1979

PROVA DE FRANCÊS

A — Rédaction

Valeur:

1) Plan et développement: 15 points

2) Correction grammaticale: 30 points
3) Style 15 points
Total: 60 points

Un état mondial est-il souhaitable? Analysez en particulier l'influence qu'il pourrait avoir sur la vie économique et culturelle du globe.
(environ 300 mots)

B — Thème

Valeur: 40 points

Propaganda

Prêmios para uma linguagem brasileira

Jamais Monteiro Lobato poderia supor que o seu famoso personagem Jeca Tatu, retratado em seu livro *Urupês*, se transformaria no mais brasileiro dos modelos de propaganda. E, mais ainda, passados cerca de cinquenta anos de sua criação, permaneceria tão vivo e incorporado à cultura nacional, a ponto de se tornar o símbolo da linguagem brasileira na propaganda.

Muito se discutiu, ou ainda se discute, sobre a existência de uma linguagem publicitária tupiniquim. Afinal, não é de espantar tal discussão, pois a propaganda brasileira floresceu sob a influência de modelos alienígenas, principalmente do norte-americano. O brasileiro, porém, com o seu tradicional jeitinho, vem criando o seu próprio modelo, cujo reconhecimento, através de inúmeras premiações internacionais, atesta sua existência e eficiência. Para acelerar e estimular ainda mais este processo, foi instituído o Prêmio Jeca Tatu, que anualmente premia os responsáveis pela criação da melhor peça publicitária que incorpore símbolos e valores brasileiros e ao mesmo tempo contribua, notoriamente, para a valorização da cultura, através da propaganda.

in
Isto É (124), 9/5/1979

PROVA DE INGLÊS

A — Composition

Value: 60 marks
Grammatical accuracy : 30
Structure and development: 15
Suitability of language: 15

Write a composition of 300 – 400 words on the following subject:
The energy crisis and its effects on Brazil.

B – *Translation*

Value: 40 marks

Translate the following passage into English:

As Rodovias e a Integração

O desenvolvimento econômico do Brasil, no decorrer de nossa História em seus diversos estágios, tem acompanhado a evolução de nosso sistema de transportes. A colonização desenvolveu-se, inicialmente, numa estreita faixa, ao longo do litoral, em núcleos populacionais distantes entre si, ligados apenas pela navegação costeira. A economia brasileira dependia essencialmente do comércio exterior. Predominava a via marítima.

Lentamente, foram-se abrindo vias de transporte terrestre com o interior em busca de riquezas minerais e de novas pastagens. Começou assim a ocupação do território nacional e a exploração de seus recursos naturais, seguindo essas linhas de penetração. Tal situação perdurou até a segunda metade do século XIX, quando começaram a surgir as primeiras ferrovias.

Essa modalidade de transporte superou rapidamente as rodovias carroçáveis de tração animal, trazendo um apreciável surto de progresso, escoando fluxos de produção primária do interior para o litoral e trazendo de volta mercadorias importadas. Seu cunho regional acentuou o isolamento das ilhas geoeconômicas constituídas desde os primórdios da colonização.

Este sistema ferrovia-porto-navegação era incompatível com o surto industrial impulsionado fortemente pela I Guerra Mundial, pela Grande Depressão e pela II Guerra Mundial. Acelerou-se rapidamente esse surto industrial no início da década dos 50, com o esgotamento das reservas de divisas acumuladas durante a guerra. Concentradas essas indústrias predominantemente no eixo Rio de Janeiro—São Paulo, sua produção buscava o mercado nacional. Tornava-se indispensável e urgente um sistema de transporte de integração nacional.

Urgia trazer do interior matérias-primas para as indústrias. As populações urbanas crescentes careciam de maior suprimento de alimentos. Impunha-se o deslocamento da fronteira agrícola. Novas áreas deviam ser exploradas com a agricultura, com a criação de gado e na busca de minerais.

Nessas condições, era natural que à rodovia coubesse a tarefa imediata da integração nacional. Ela possibilitou a ocupação efetiva de novas áreas no território nacional. Com ela, unificou-se a economia nacional, desaparecendo as ilhas geoeconômicas existentes desde os primórdios de nossa colonização. Graças a elas deslocou-se a fronteira agrícola.

Veja, 25/10/78

PROVA DE HISTÓRIA DO BRASIL

A – *Dissertação*

Conseqüências da Crise de 1929.

Valor: 40 pontos.

B – *Pequenas Dissertações*

- 1 – A questão religiosa no Segundo Reinado.
- 2 – O Constitucionalismo português e a Independência do Brasil.
- 3 – A diplomacia brasileira e a fixação da fronteira no Amapá.

Valor: 20 pontos cada uma.

PROVA DE GEOGRAFIA

A – *Dissertação*

Valor: 40 pontos

Diferenciação regional no Brasil: Ocupação dos espaços e estrutura das economias regionais.

B – *Pequenas Dissertações*

Valor: 20 pontos cada uma

1. Mudanças nas formas tradicionais de uso do solo no cerrado.
2. Componentes principais da geografia física dos países platinos.
3. Enumere sucintamente as diferenças geográficas básicas entre a África e o Brasil.

PROVA DE HISTÓRIA MUNDIAL

A – *Dissertação*

Valor: 40 pontos

O Recuo do Liberalismo na Década de 1930.

B – Pequenas Dissertações

Valor: 20 pontos cada uma

1. A Europa do Congresso de Viena.
2. A guerra da Coréia.
3. Monroe e a América Latina.

PROVA DE DIREITO

A – Dissertação

Valor: 40 pontos

Conceituação da Personalidade Jurídica das Organizações Internacionais.

B – Pequenas Dissertações

Valor: 20 pontos cada uma

1. Evolução do conceito de mar territorial.
2. Os três poderes e o sistema de controle recíproco.
3. O processo arbitral como modalidade de solução pacífica dos conflitos internacionais.

CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

ANO LETIVO – 1979

Em 1979 o ano letivo estendeu-se de 29 de janeiro a 30 de novembro, com recesso no mês de junho, para o primeiro ano e, para o segundo ano, de 29 de janeiro a 31 de outubro, com recesso de 2 a 16 de julho.

19 ANO

Corpo docente

Francês: (a cargo da Associação de Cultura Franco-Brasileira)
 Inglês: (a cargo da Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa)
 Alemão: (a cargo do Instituto Cultural Brasil-Alemanha)
 Árabe: Prof. Issa Bonduki
 Espanhol: (a cargo do Instituto de Cultura Hispânica)
 Italiano: Profa. Yvonne de Cristofaro Toscano
 Japonês: Prof. Michio Yamaguchi
 Russo: Prof. Hugo Hortêncio de Aguiar
 Ciência Política: Prof. José Carlos Brandi Aleixo
 Direito: Prof. José Francisco Rezek
 Economia: Emb. Miguel Álvaro Ozório de Almeida
 Sociologia: Prof. Pedro Henrique Chaves Antero
 Expressão e Redação Profissional: Min. Augusto Estellita Lins
 Organização e Métodos de Trabalho do MRE: Min. Sérgio Fernando Guarischi Bath

Corpo discente:

Ana Cândida Perez
 Ana Cristina Campello Torres
 Ana Maria Pinto Morales
 Arnaldo Caiche D'Oliveira
 Carlos Alberto de Oliveira Pessôa
 Carlos Alberto Lamback

Carmen Lídia Richter Ribeiro Moura
 Cícero Martins Garcia
 Denis Fontes de Souza Pinto
 Douglas Wanderley de Vasconcellos
 Durval Carvalho de Barros
 Eduardo Carvalho
 Eduardo de Mattos Hosannah
 Ellen Osthoff Ferreira de Barros
 Evandro de Sampaio Didonet
 Fernando Simas Magalhães
 Flávia Raquel Ribeiro da Luz
 George Monteiro Prata
 Hélio Póvoas Junior
 José Borges dos Santos Junior
 José Fernando Valim
 José Fiuza Neto
 José Mauro da Fonseca Costa Couto
 José Vicente da Silva Lessa
 José Wilson Moreira
 Louis Carlos Mello
 Luís Fernando Panelli César
 Luís Henrique Sobreira Lopes
 Luiz Alberto Figueiredo Machado
 Luiz Carlos Galindo de Medeiros
 Luiza Maria Guerra Campelo
 Manoel Carlos Lourenço Gualda
 Manuel Innocencio de Lacerda Santos Junior
 Marcos Bezerra Abbott Galvão
 Maria Juliana Dutra Martins
 Marisa Baranski
 Matias Antonio Senra de Vilhena
 Miguel Júnior França Chaves de Magalhães
 Mônica de Menezes Campos
 Paulo Cesar Capelli Nogueira
 Paulo Roberto Campos Tarrisse da Fontoura
 Paulo Roberto da Costa Pacheco
 Paulo Roberto Palm
 Pedro Henrique Eduardo Magalhães
 Renato Sergio de Assumpção Faria
 Ricardo Neiva Tavares
 Rujiza Mara Andreyevich
 Sérgio Taam
 Sheila Maria de Oliveira
 Vitor Hugo de Souza Irigaray

Bolsistas estrangeiros:

Flavio Mendez Altamirano (Panamá)
 Gerardo Thielen Graterol (Venezuela)
 Luiz Antonio Valadares Dupret (Cabo Verde)
 Macario Marques Pedigão (Guiné Bissau)
 Manuel Amante Rosa (Cabo Verde)
 Marco Vinicio Vargas Pereira (Costa Rica)
 Oswaldo Guillermo Krutzfeld Pereira (Bolívia)
 Pablo Chistian Sheppard (Uruguai)

20. ANO

Corpo docente

Francês: (a cargo da Aliança Francesa)
 Inglês: (a cargo da Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa)
 Alemão: (a cargo do Instituto Cultural Brasil-Alemanha)
 Espanhol: (a cargo do Instituto de Cultura Hispânica)
 Japonês: Prof. Michio Yamaguchi
 Russo: Prof. Roberto Wanderley de Souza Ferreira
 Economia: Sec. Luiz Augusto de Castro Neves
 Direito Internacional Público: Prof. Antonio Augusto Cançado Trindade
 Direito Internacional Privado: Profa. Ana Maria Villela
 História das Relações Externas do Brasil: Min. Sérgio F. Guarischi Bath
 Prática Diplomática: Min. Oswaldo Biato
 Prática Consular: Cons. Flávio Sapha
 Relações Internacionais: Secs. Luiz Felipe de Seixas Corrêa e Gelson
 Fonseca Júnior
 Promoção de Exportações: Cons. Renato Prado Guimarães
 Sistemas de Informação: Cons. Marcio Paulo de Oliveira Dias

Corpo discente:

Ana Lucy Gentil Cabral
 Antonio de Aguiar Patriota
 Aral Antunes Jara
 Carlos Alberto Ribeiro Reis
 Carlos Roberto Bevilaqua Penna
 Carmelito de Melo
 Eduardo Ricardo Gradilone Neto
 Fernando Said Sallum
 Flávio Silva Rodrigues de Oliveira
 Gastão Estellita Lins de Salvo Coimbra
 Henrique da Silveira Sardinha Pinto

Henrique Luiz Jenné
 Hermano Telles Ribeiro
 João Inácio Oswald Padilha
 Lígia Maria Scherer
 Luiz Eduardo Caracciolo Maya Ferreira
 Marcos Vinicius Pinta Gama
 Maryani Bravo Leite
 Paulo Cesar de Camargo
 Paulo Cordeiro de Andrade Pinto
 Ralph Peter Henderson
 Silvana Dunley de Amorim

Bolsistas estrangeiros:

Rosanna Osborne (Barbados)
 Rodolfo Antelo Garrido (Bolívia)
 Patrice Koneby Sery (Costa do Marfim)
 Juan Larrea (Equador)

Fizeram jus ao prêmio Rio-Branco (1º e 2º lugares na classificação final do CPCD) os alunos Antônio de Aguiar Patriota (medalha de ouro) e Eduardo Gradilone Neto (medalha de prata). O prêmio de viagem coube a Eduardo Ricardo Gradilone Neto e a Carlos Roberto Bevilaqua Penna.

Atividades extracurriculares

Em 1979, no quadro de visitas de estudos do Instituto Rio-Branco, os alunos do 1º ano visitaram, em julho, o CINDACTA e a Base Aérea de Anápolis. Os alunos do 2º ano fizeram visita às obras de Itaipu, em outubro.

Cada aluno estrangeiro do 1º ano proferiu uma conferência sobre seu país nas seguintes datas:

23 de fevereiro: Oswaldo Guillermo Krutzfeld Pereira (Bolívia)
 9 de março: Manuel Amante Rosa (Cabo Verde)
 23 de março: Marco Vinicio Vargas Pereira (Costa Rica)
 6 de abril: Macário Marques Pedigão (Guiné Bissau)
 27 de abril: Flavio Mendez Altamirano (Panamá)
 11 de maio: Pablo Chistian Sheppard (Uruguai)
 25 de maio: Gerardo Thielen Graterol (Venezuela)

Estágios

Os estágios nos Departamentos da Secretaria de Estado realizaram-se nos seguintes períodos:

1º período: 29 de janeiro a 9 de fevereiro
 2º período: 15 de fevereiro a 16 de março
 3º período: 23 de julho a 3 de agosto

1979

Setor	1º Ano	2º Ano	
Línguas	Básicas	Francês Inglês Português (estrangeiros)	Francês Inglês Português (estrangeiros)
	Complem.	Alemão Italiano Arabe Japonês Espanhol Russo	Alemão Espanhol Japonês Russo
Básico	Ciência Política Direito Economia Sociologia	Economia Direito Internacional Público Direito Internacional Privado História das Relações Diplomáticas do Brasil	
Profissionalizante	Expressão e Redação Profissional Organização e Métodos de Trabalho do MRE	Prática Diplomática Prática Consular Relações Internacionais Promoção de Exportações	
Atividades extracurriculares	Viagem de estudo Conferências	Orientação Profissional Conferências Estágios (MRE)	

FORMANDOS DE 1979

Ana Lucy Gentil Cabral

Bacharel em Jornalismo, PUC, Rio de Janeiro; Diploma de Francês, Aliança Francesa; Diploma de Francês, Centre Européen de Langues et Civilisations, Suíça; Diploma de Inglês, IBEU, Rio de Janeiro.

Antonio de Aguiar Patriota

Certificate of Proficiency in English: Upper Cambridge, Universidade de Cambridge; primeira série de provas de Licenciatura em Letras, Universidade de Genebra.

Aral Antunes Jara

Direito, Faculdade Cândido Mendes (3º ano); Certificado de Proficiência em inglês falado, Trinity College London, Londres; certificados de conclusão de cursos de Liderança, Marketing, e Relações Públicas do Centro de Socialização, Rio de Janeiro.

Carlos Alberto Ribeiro Reis

Licenciado em Letras, Inglês-Português, Faculdade de Filosofia Nossa Senhora Medianeira; Diploma de Especialização em Inglês, PUC/SP; Michigan Certificate of Proficiency in English.

Carlos Roberto Bevilaqua Penna

Engenharia Elétrica (4º ano), PUC.

Carmelito de Melo

Licenciatura em Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Arapongas; Curso de Aperfeiçoamento para Docentes de 1º e 2º graus, CETEPAR, Curitiba.

Eduardo Ricardo Gradilone Neto

Bacharel em Jornalismo, Faculdade de Comunicações da Fundação Armando Álvares Penteado; Curso de Especialização em Direito de Empresas, PUC/SP; Curso de Instituições Políticas Brasileiras, Departamento de Direito do Estado da Faculdade de Direito da USP; Curso e Simpósio sobre Direito e Legislação em Telecomunicações, Faculdades Integradas Estácio de Sá, Rio de Janeiro; Direito Político, Administrativo e Internacional, USP/SP.

Fernando Said Sallum

Licenciatura em Língua Inglesa, Universidade Católica do Paraná; Certificate of Proficiency in English, Michigan University; Lower Certificate of Proficiency in English, Cambridge; Diplôme de Langue et Civilisation Française; Diplôme de Langue et Littérature Française; Diplôme Supérieur de Langue

et Littérature Française, Université de Nancy; Certificate of Proficiency in English, Cambridge University.

Flávio Silva Rodrigues de Oliveira

Ciências Jurídicas e Sociais (3 anos), UFRGS; Certificado Cambridge Proficiency in English, University of Cambridge; Curso Básico de Língua Alemã, Goethe Institut.

Gastão Estelita Lins de Salvo Coimbra

História (3 semestres), UnB; Línguas e Comunicação (1 ano), Faculdade de Filosofia de Belo Horizonte.

Henrique Luiz Jenné

Direito (3 anos), Faculdade Paulista de Direito, PUC; Cambridge Lower Certificate in English, Certificado de Preparação aos Exames da Universidade de Paris, Cairo.

Henrique da Silveira Sardinha Pinto

Direito (3 anos), UFMG; Administração de Empresas (1 ano), Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas e Contábeis da FUMEC; Certificat Pratique de Langue Française (1^{er} degré), Université de Nancy II; Certificate of Operational English, Southern Illinois University; Certificat d'Études Pratiques de l'Alliance Française (CEPAL); Certificat d'études du 4^{ème} degré, Alliance Française du Brésil.

Hermano Telles Ribeiro

Direito (3 anos), UERJ.

João Inácio Oswald Padilha

Filosofia (5º semestre), PUC/RJ.

Lígia Maria Scherer

Licenciatura em Letras, Inglês-Português, Universidade Federal do Paraná; Certificate of Proficiency in English, University of Cambridge; Certificate of Proficiency in English, University of Michigan; Diplôme de Langue et Civilisation Française, Sorbonne.

Luiz Eduardo Caracciolo Maya Ferreira

Ciências Econômicas (4 anos), Faculdade de Economia e Administração, UFRJ.

Marcos Vinicius Pinta Gama

Direito (3 anos), Faculdade Nacional de Direito, UFRJ.

Maryani Bravo Leite

Turismo, Faculdade Católica de Petrópolis.

Paulo Cesar de Camargo

Bacharel em Direito, Universidade de Campinas; Certificado de exame de CEPAL.

Paulo Cordeiro de Andrade Pinto

História (3 anos), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA; Engenharia Elétrica (2 anos), UFBA; Curso de Infantaria NPOR/19BC, 6º RM; Certificate of Proficiency in English, University of Michigan.

Ralph Peter Henderson

Licenciatura em História, PUC.

Silvana Dunley de Amorim

História (4 anos), UERJ; Cambridge Certificate of Proficiency in English; Certificado de Cours de Langue et Civilisation Française, Université de Paris.

PROGRAMAS

1ª ANO

Os programas de *Ciência Política, Teoria Geral do Direito Público, Sociologia, Expressão e Redação Profissional e Organização e Métodos de Trabalho do MRE* foram iguais aos de 1978, sendo modificado apenas o de *Economia*.

ECONOMIA

Microeconomia

I – Teoria do Consumidor e da Demanda

1. Teoria da utilidade
2. Teoria do comportamento do consumidor.
3. Características da demanda.

II – Teoria da Produção e do Custo

1. Produção com um insumo variável.
2. Produção e proporção ótima de insumos.
3. Teoria do custo.

III – Teoria da Firma e Organização do Mercado

1. Teoria do preço em condições de competição pura.

2. Teoria do preço em condições de monopólio puro.
3. Teoria do preço em condições de competição monopolística.
4. Teoria do preço em mercados oligopolísticos.

IV – Teoria da distribuição

1. Teoria da produtividade marginal em mercados competitivos.
2. Teoria do emprego em mercados em competição imperfeita.

V – Teoria do Equilíbrio Geral e do Bem-Estar

1. Teoria do equilíbrio.
2. Teoria do bem-estar.

Macroeconomia

I – As Medidas da Atividade Econômica

1. Macroeconomia e o problema econômico.
2. As contas nacionais.
3. O Produto Nacional Bruto.
4. As contas setoriais do PNB.

II – O Consumo, a Renda e o Investimento

1. A determinação do consumo. Função do consumo.
2. A determinação de renda e o multiplicador.
3. Fatores que afetam o nível de consumo agregado.
4. Política fiscal e determinação da renda.
5. O investimento. A decisão de investir.

III – A Moeda e os Bens e os seus Mercados

1. Juros, Demanda e Oferta de Moeda.
2. O Mercado de Bens.
3. O Mercado Monetário.
4. A interação dos dois mercados.
5. O modelo keynesiano completo.

IV – As Relações com Outras Economias

1. Macroeconomia e economia internacional.

V – As Flutuações Econômicas

1. Crescimento econômico.
2. Modelos de crescimento.
3. Crescimento demográfico.
4. Inflação.
5. O controle da atividade econômica. Política Fiscal. Política Monetária.

29 ANO

Os programas de *Direito Internacional Privado*, *História das Relações Exteriores do Brasil*, *Prática Consular* e *Promoção de Exportações* foram os mesmos de 1978. Em 1979, mudaram os programas de *Direito Internacional Público*, *Economia e Relações Internacionais*, e foi acrescentada a matéria *Prática Diplomática*.

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

Unidade I: Fontes do Direito Internacional Público

- I. O Costume Internacional.
 1. Elementos constitutivos: o material ou objetivo, e o subjetivo ou "opinio juris".
 2. Características e prova do costume.
 3. A prática dos Estados elementos para apreciação.
 4. A questão da aplicação do direito internacional consuetudinário aos novos Estados.
- II. Os Tratados Internacionais.
 1. Natureza jurídica e classificação.
 2. A capacidade dos Estados de concluir tratados.
 3. Fases do processo de conclusão (negociação, assinatura, ratificação, promulgação, registro, publicação, adesão; reservas).
 4. Interpretação: os dispositivos da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados (1969).
 5. Efeitos (entre as partes contratantes e *vis-à-vis* Estados Terceiros).
 6. Suspensão e terminação, e suas consequências; revisão.
- III. Os Princípios Gerais do Direito e o Elemento de Equidade.
- IV. Valor da Jurisprudência Internacional (decisões arbitrais e judiciais) e da Doutrina.
- V. A Questão dos Atos Jurídicos Unilaterais.
 1. Modalidades de atos unilaterais.
 2. Influência na formação do costume.
- VI. A Questão das Resoluções das Organizações Internacionais:
 1. Modalidades de resoluções.

2. Influência na cristalização de novos princípios de direito internacional.
- VII. Avaliação da Enumeração de Fontes no Artigo 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça, e Relação das Várias Fontes Entre Si.

Unidade II: Os Estados como Pessoas de Direito Internacional Público

- I. Observações Quanto à Personalidade em Direito Internacional.
- II. Direitos e Deveres dos Estados.
 1. Princípios da independência e igualdade soberana dos Estados.
 2. Tentativas de sistematização da matéria.
- III. Órgãos dos Estados nas Relações Internacionais.
- IV. Reconhecimento de Estados e Governos.
 1. Observações sobre o princípio de efetividade no direito internacional.
 2. Natureza jurídica do reconhecimento.
 3. Formas ou tipos (reconhecimento *de jure* ou *de facto*; reconhecimento expresso e tácito ou implícito).
 4. As teses declaratórias e constitutiva: dificuldades e insuficiências teóricas.
 5. O reconhecimento na prática dos Estados: exemplos históricos.
 6. Efeitos do reconhecimento.
 7. O princípio do não-reconhecimento (de situações ilícitas geradas pela força).
- V. Jurisdição do Estado e Imunidades.
- VI. Sucessão de Estados.

Unidade III: A Responsabilidade Internacional dos Estados

- I. Noção de Responsabilidade Internacional.
- II. Origem da Responsabilidade Internacional dos Estados.

- III. Elementos Essenciais da Responsabilidade.
 1. Ato ou omissão em violação de uma obrigação internacional.
 2. Imputabilidade ao Estado como pessoa jurídica.
 3. Dano resultante do ato ou omissão internacional ilícito.
- IV. A Determinação do Surgimento da Responsabilidade Internacional (no tempo).
- V. Configuração da Responsabilidade Internacional do Estado.
 1. Por atos ou omissões de seus órgãos (executivos, legislativos, judiciários).
 2. Por atos de particulares.
- VI. A Reparação de Danos.
 1. Jurisprudência internacional.
 2. Natureza e extensão.
 3. Formas de reparação.
- VII. Implementação da Responsabilidade Internacional, ou Exercício da Proteção Diplomática: Condições.
 1. A regra do prévio esgotamento dos recursos de direito interno.
 2. A regra da nacionalidade das reclamações.
 3. O requisito de "clean hands".
 4. A Cláusula Calvo de renúncia prévia ao exercício de proteção diplomática.
 5. A noção de denegação de justiça.
 - a) Teoria e prática européias.
 - b) Teoria e prática latino-americanas.
- VIII. Os Princípios da Responsabilidade Internacional e as Organizações Internacionais.

Unidade IV: Os Regimes do Mar e do Espaço Aéreo no Direito Internacional Público

- I. Tentativas de Sistematização das Normas de Direito do Mar.
 1. A Conferência de Haia de 1930.
 2. Primeira e Segunda Conferência da ONU sobre Direito do Mar (1958 e 1960, respectivamente).
 3. Tendências, conceitos e soluções emergentes da Terceira Conferência da ONU sobre Direito do Mar (Sessões de Caracas, 1974; Genebra, 1975; Nova York, 1976; Nova York, 1977).
 4. As reivindicações latino-americanas.

- II. O Espaço Aéreo.
 1. Natureza jurídica.
 2. Regulamentação convencional.

Unidade V: A Condição das Organizações Internacionais do Direito Internacional Público

- I. Enfoques Distintos da Matéria; Tentativas de Sistematização pelas Próprias Organizações Internacionais: os Repertórios Internacionais e Documentos Classificados.
- II. Criação e Evolução das Organizações Internacionais.
 1. Antecedentes históricos.
 - a) Concerto da Europa.
 - b) Sistema de Haia.
 - c) Uniões públicas internacionais.
 2. A Liga das Nações (e seus órgãos).
 3. A Organização das Nações Unidas (e seus órgãos) e agências especializadas (OIT, FAO, OMS, UNESCO, OMM, UIT, UPU, OACI, IMCO, FMI, BIRD, AIEA).
 4. As organizações regionais.
 - a) Políticas.
 - b) De integração econômica.
 - c) De defesa coletiva.
- III. Personalidade Jurídica das Organizações Internacionais (debate acadêmico e jurisprudência internacional) e Interpretação dos Poderes Atribuídos às Organizações Internacionais (métodos de interpretação e jurisprudência internacional).
- IV. Estrutura e Funcionamento das Organizações Internacionais.
 1. Composição (admissão, suspensão e expulsão de membros; órgãos componentes).
 2. Privilégios e imunidades.
 3. Orçamento e finanças.
 4. Especificidade do direito interno ou próprio das organizações internacionais (relação interna entre os órgãos da organização).
 5. Mecanismos internos de controle nas organizações internacionais.

- a) Relatórios periódicos.
 - b) Procedimentos para interpretação de acordos internacionais.
 - c) Reclamações (modalidades; jurisprudência dos tribunais administrativos internacionais).
6. Processo decisório das organizações internacionais.
- a) A regra da unanimidade.
 - b) As maiorias simples e especial.
 - c) O veto.
 - d) O voto proporcional.
 - e) A técnica do consenso e suas aplicações.
- V. Capacidade das Organizações Internacionais para Concluir Acordos.
1. "Treaty-making power" explícito e implícito.
 2. Relação entre a personalidade internacional e o "treaty-making power".
 3. Extensão funcional do "treaty-making power".
- VI. Delimitação de Competências (nas Relações entre Organizações Internacionais e Estados Membros).
1. As jurisdições internacionais.
 2. O domínio reservado dos Estados.
 - a) Na prática dos órgãos políticos das organizações internacionais.
 - b) Na prática dos órgãos judiciais das organizações internacionais.
 3. Atos das organizações internacionais.
 - a) Natureza jurídica.
 - b) Conteúdo e classificação das resoluções.
 - c) Efeitos das resoluções.
 4. Observações quanto às relações entre organizações internacionais e Estados não-membros.

Unidade VI: A Condição dos Particulares no Direito Internacional Público

- I. Condição dos Particulares no Direito Internacional Consuetudinário.
- II. Capacidade Processual dos Particulares no Plano Internacional.
- III. Experimentos Internacionais Outorgando Statuts Processual aos Particulares.

1. Anteriores à Primeira Guerra Mundial.
 2. No período de entre-guerras.
 3. Posteriores à Segunda Guerra Mundial.
- IV. Uma Situação Específica: a Condição dos Funcionários de Organizações Internacionais.

Unidade VII: A Regulamentação do Uso da Força e a Solução Pacífica dos Conflitos Internacionais

- I. O Uso da Força no Plano Internacional.
 1. Represálias; intervenção humanitária.
 2. Legítima defesa.
 3. Coerção econômica.
 4. Demais modalidades de meios coercitivos.
 5. Sanções ou medidas de coerção aplicadas pelos órgãos competentes das organizações internacionais.
 6. A questão do desarmamento e controle de armamentos.
 7. Referências ao chamado "direito da guerra" e ao chamado "direito humanitário" (Convenções de Genebra de 1949 e modificações recentes).
- II. Evolução da Regulamentação do Uso da Força pelos Estados no Direito Internacional.
 1. Do Congresso de Viena à Conferência de Paz de Versalhes.
 2. Da Conferência de Versalhes ao Pacto Briand-Kellogg.
 3. Do Pacto de Paris à Conferência de San Francisco.
 4. Empregos da força excepcionalmente permitidos pela Carta e prática da ONU.
 - a) Cláusulas relativas aos antigos Estados inimigos.
 - b) Legítima defesa.
 - c) Aplicação do direito de autodeterminação dos povos.
 - d) Medidas coercitivas recomendadas pelos órgãos competentes.
 5. O Estatuto Internacional da Agressão (definição da ONU de 1974).
 - a) "Travaux préparatoires".
 - b) Conteúdo da definição.
 - c) Implicações.
 6. Organizações regionais de defesa coletiva.
 7. Referência à Doutrina Drago, e outras manifestações relativas ao princípio do dever de não-intervenção.

- III. Solução Pacífica dos Conflitos Internacionais.
1. Observações quanto à distinção entre conflitos “políticos” e “jurídicos”.
 2. Procedimentos diplomáticos.
 - a) Negociações diretas.
 - b) Sistema consultivo, congressos e conferências.
 - c) Bons ofícios.
 - d) Mediação.
 3. A Solução arbitral.
 - a) Origem e evolução histórica.
 - b) O processo arbitral.
 - c) Sentença arbitral: natureza jurídica, efeitos, nulidade, avaliação.
 4. A solução judiciária.
 - a) Evolução histórica.
 - b) Estrutura e funcionamento da Corte Internacional (Corte Permanente de Justiça Internacional e Corte Internacional de Justiça).
 - c) Problemas de competência.
 - d) Tramitação do processo: iniciação, fases escrita e oral.
 - e) Demais questões processuais.
 - f) Julgamentos: natureza jurídica, efeitos, implementação.
 - g) Pareceres.
 - h) Visão panorâmica da jurisprudência de Corte Internacional (CPJI e CIJ).
 - i) Avaliação.
 5. Demais procedimentos jurídicos.
 - a) “Fact-finding”, comissões de inquérito e conciliação.
 - b) Comissões mistas.
 6. Procedimentos de organizações internacionais (órgãos políticos).

Unidade VIII: Codificação e Sistematização do Direito Internacional Público

- I. Os Primeiros Esforços de Codificação, até a Conferência de Haia de 1930.
 1. Temas tratados.
 2. Resultados.
- II. A Obra da Comissão de Direito Internacional da ONU.

- III. A Obra da Comissão Jurídica Interamericana.
- IV. Demais Esforços de Sistematização do Direito Internacional.
 1. Repertórios nacionais da prática dos Estados.
 2. Repertórios da prática das organizações internacionais.
- V. Perspectivas.

ECONOMIA

Macroeconomia

- I – *As Medidas da Atividade Econômica*
 1. Macroeconomia e o problema econômico.
 2. As contas nacionais.
 3. O Produto Nacional Bruto.
 4. As contas setoriais do PNB.
- II – *O Consumo, a Renda e o investimento*
 1. A determinação do consumo. A função do consumo.
 2. A determinação de renda e o multiplicador.
 3. Fatores que afetam o nível de consumo agregado.
 4. Política Fiscal e determinação de renda.
 5. O Investimento. A decisão de investir.
- III – *A Moeda e os Bens e os seus Mercados*
 1. Juros. Demanda e Oferta de Moeda.
 2. O Mercado de Bens.
 3. O Mercado Monetário.
 4. A interação dos dois mercados.
 5. O Investimento. A decisão de investir.
- IV – *As Relações com outras economias*
 1. Macroeconomia e economia internacional.
- V – *As Flutuações Econômicas*
 1. Crescimento econômico.
 2. Modelos de crescimento econômico.
 3. Crescimento demográfico.
 4. Inflação.
 5. O controle da atividade econômica. Política Fiscal. Política Monetária.

*Comércio Internacional e Finanças Internacionais**I – Teoria do Comércio Internacional*

1. A teoria pura do comércio internacional: oferta.
2. A teoria pura do comércio internacional: demanda.
3. Crescimento econômico e comércio.
4. Comércio e distribuição da renda.

II – Política Comercial

1. A análise da tarifa.
2. Barreiras não-tarifárias.
3. Integração econômica.
4. Cartéis internacionais.
5. Política comercial e países em desenvolvimento.

III – Processo de Ajuste de Pagamentos

1. O mercado cambial.
2. O balanço de pagamentos.
3. O preço da divisa e o ajuste internacional.
4. A renda e o ajuste internacional.
5. A moeda e o processo de ajuste.

IV – Políticas para Ajuste de Pagamentos

1. Equilíbrio interno e externo com taxas de câmbio fixas.
2. O equilíbrio interno e as taxas de câmbio flutuantes.
3. Arranjos monetários internacionais.

V – Movimentos de Fatores

1. Movimento internacional do trabalho.
2. Capital a longo prazo.
3. A teoria do investimento direto.
4. Políticas em relação ao investimento direto.

*RELAÇÕES INTERNACIONAIS**Unidade I – Teoria das Relações Internacionais*

1. As Relações Internacionais como campo de estudos.
2. Teorias clássicas.
3. Teorias contemporâneas
4. Novas abordagens.

Unidade II – Ação e Interação dos Estados

1. O papel do Estado nas Relações Internacionais.
2. O poder nacional. Elementos – avaliação. Exercício do Poder no plano externo.
3. Política externa. Fontes. Processo decisório. Planos de abordagem.
4. Segurança externa. Interesse nacional.
5. Programação. Formulação. Execução.

Unidade III – O Sistema Internacional

As macroestruturas internacionais do Século XX.

Unidade IV – Organização Internacional

1. Origens
2. A Liga das Nações.
3. A ONU

Unidade V – Grandes questões internacionais da atualidade.

1. Desarmamento.
2. Direito do mar.
3. Meio ambiente.
4. Ciência e Tecnologia.
5. Comércio e desenvolvimento.
6. Espaço Exterior.
7. África Meridional.
8. Oriente Médio.

*PRÁTICA DIPLOMÁTICA**I – Política Exterior e Diplomacia*

- 1.1 – Evolução do conceito de diplomacia.
- 1.2 – Definição e objeto da diplomacia.
- 1.3 – Prática diplomática atual.
- 1.4 – Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, 1961.

II – Agente Diplomático

- 2.1 – Chefe de Estado e Chefe de Governo.
- 2.2 – Ministro das Relações Exteriores
- 2.3 – O agente diplomático propriamente dito: evolução; classificação dos agentes diplomáticos; hierarquia de funções.
- 2.4 – Encarregado de Negócios: *ad hoc* e *ad interim*.

III – *A Ação Diplomática*

- 3.1 – Direito de legação (ativo e passivo).
- 3.2 – Início da Missão.
- 3.3 – Deveres e atribuições do agente diplomático.
- 3.4 – Qualidades ideais do agente.
- 3.5. – Relações com o governo local.
- 3.6 – Relações com o corpo diplomático.
- 3.7 – Correspondência e idioma usado.
- 3.8 – Termo da Missão.

IV – *Usos e Costumes Diplomáticos*

- 4.1 – Algumas normas gerais.
- 4.2 – Uso da bandeira e do escudo nacionais.
- 4.3 – Vida Social e representativa.
- 4.4 – Condecorações e medalhas
- 4.5 – A mulher do diplomata.

V – *Regras Gerais de Precedência*

- 5.1 – Precedência oficial no Brasil.
- 5.2 – Precedência entre chefes de Missão.
- 5.3 – Precedência entre membros de uma Missão.
- 5.4 – Lista Diplomática.
- 5.5 – Precedências especiais.

VI – *Prerrogativas e Imunidades*

- 6.1 – Evolução, aplicação atual.
- 6.2 – Inviolabilidade do agente.
- 6.3 – Imunidade de jurisdição. Renúncia.
- 6.4 – Isenção de impostos.
- 6.5 – Extensão dos privilégios diplomáticos.

VII – *Organização Diplomática*

- 7.1 – Órgão central; evolução e organização atual.
- 7.2 – Missões no exterior.
- 7.3 – Exemplo de organização em alguns países.

VIII – *Organismos internacionais*

- 8.1 – O sistema das Nações Unidas.
- 8.2 – Outros organismos internacionais.

IX – *Órgãos coletivos de Deliberação Diplomática: Congressos, Conferências, Assembléias, etc.*

- 9.1 – Organização e regras de procedimento.
- 9.2 – Idiomas oficiais e idiomas de trabalho.
- 9.3 – Diplomacia parlamentar.

X – *Processualística dos Atos Internacionais*

- 10.1 – Conceitos básicos. Classificação dos Atos internacionais. Convenção de Viena de 1969.
- 10.2 – Negociação e conclusão.
- 10.3 – Competência do Executivo e do Legislativo. Plenos Poderes.
- 10.4 – Elaboração do instrumento.
- 10.5 – Assinatura. Reservas.
- 10.6 – Ratificação (ou adesão) e vigência.
- 10.7 – Publicação e Registro. Efeitos dos atos internacionais.
- 10.8 – Terminação dos atos internacionais.

CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE DIPLOMATAS (CAD) E
CURSO DE ALTOS ESTUDOS (CAE)

II CAD

O II CAD – que inscreveu, ainda em 1978, 20 Secretários – teve a mesma estrutura, organização e programas do Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas do ano anterior, com provas realizadas em Brasília e Roma, simultaneamente, nos dias 11, 12, e 13 de setembro, tendo aprovado os seguintes diplomatas:

Sérgio Augusto de Abreu e Lima Florêncio Sobrinho
Paulo Sérgio Pontes da Silva Mafra
Alexandre Rubem Milito Gueiros
Cesário Melantônio Neto
Flávio Roberto Bonzanini
Manuel Antônio Fonseca Couto Gomes Pereira
Sarkis Karmirian

Foram as seguintes as provas de 1979: (*)

1ª PROVA:

RELAÇÕES INTERNACIONAIS E ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Problema: Descreva a composição do Conselho de Segurança e do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas e alinhe as vantagens e desvantagens, de todo tipo, que poderia implicar para o Brasil a participação em um e outro organismo. Analise as peculiaridades de uma hipotética candidatura simultânea do Brasil a participar do ECOSOC e do Conselho de Segurança e proponha um roteiro de ações diplomáticas, a ser executado durante um ano, para levar adiante tal candidatura.

(*) A partir do II CAD foi adotado novo formato para as provas, que passaram a ser constituídas de problemas, em lugar de dissertações.

*2ª PROVA**ECONOMIA BRASILEIRA E COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL.*

Problemas: A) Tendo em vista a importância histórica da produção e da exportação de café no Brasil, faça uma avaliação do provável significado futuro desse produto, cobrindo os seguintes aspectos: 1) possibilidade, probabilidade e conveniência de substituí-lo, em termos de receita cambial; 2) possíveis efeitos econômicos e sociais internos da alteração prevista na importância relativa do café na produção e na exportação do Brasil.

B) Idealize sistemas de importação mais livre e mais controlado, respectivamente com menor e maior ingerência governamental, relacionando as vantagens e desvantagens de cada um. Seriam alternativas hipotéticas ao atual sistema brasileiro.

*3ª PROVA:**ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, SISTEMA BRASILEIRO DE ORÇAMENTO E EXECUÇÃO FINANCEIRA E ORGANIZAÇÃO DO MRE*

Problemas: A) Situe as responsabilidades do MRE, dentro da Administração Pública Federal, no que se refere ao setor de desenvolvimento científico e tecnológico. Em seguida, projete, em linhas gerais, a organização de um hipotético Departamento de Ciência e Tecnologia, no Ministério das Relações Exteriores, indicando suas conexões formais e operacionais dentro e fora do Itamaraty.

B) Analise as vantagens e desvantagens de um sistema plurianual de orçamento, que complemente o orçamento anual, do ponto de vista do MRE. Em que medida o sistema orçamentário atualmente existente no Brasil poderia, na sua opinião, ser aperfeiçoado?

I CAE

Dando prosseguimento ao I CAE, cujas inscrições e exames dos trabalhos escritos ocorreram em 1978, a Banca Examinadora procedeu à arguição oral, entre 29 de janeiro e 3 de fevereiro. Foram considerados habilitados os seguintes Diplomatas:

Min. Antonio Amaral de Sampaio
 Min. Italo Miguel Alexandre Mastrogiovanni
 Cons. Arnaldo Carrilho
 Cons. Gilberto Ferreira Martins
 Cons. Adriano Benayon do Amaral
 Cons. Marcelo Didier
 Sec. Raphael Valentino Sobrinho

Sec. Livieto Justino de Souza
 Sec. José Ferreira Lopes
 Sec. Luciano Ozorio Rosa
 Sec. José Guilherme Merquior

II CAE

Em 1979, o Instituto Rio-Branco recebeu os trabalhos dos cinco inscritos no II CAE. A Banca Examinadora, encarregada do exame das teses e da arguição oral dos candidatos, programados para o primeiro trimestre de 1980, foi formada pelo Embaixador Luiz Paulo Lindenberg Sette e pelos Ministros Alvaro da Costa Franco Filho e Marcos Castrioto de Azambuja e pelo Professor José Vicente Marotta Rangel.

III CAD e III CAE

Estiveram abertas, de 1º de junho a 13 de julho, as matrículas para o III Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas e para o III Curso de Altos Estudos.

No III CAD inscreveram-se 22 Secretários e no III CAE sete Conselheiros.

FORMATURA DA TURMA DE 1978

Realizou-se, em 20 de abril, a formatura dos diplomatas que concluíram o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata em 1978 e dos aprovados no Concurso de Provas para Ingresso Direto na Carreira de Diplomata, de 1978. Em cerimônia presidida pelo Presidente da República, com a presença do Vice-Presidente da República, do Ministro de Estado das Relações Exteriores e do Diretor do Instituto Rio-Branco, foram entregues medalhas de ouro (Prêmio Rio-Branco) ao primeiro classificado da turma e ao primeiro colocado no concurso e chamados os formandos, por ordem de classificação.

Turma de 1978:

Pedro Fernando Brêtas Bastos
Thaís Eleonora Guerra Rego
Antenor Américo Mourão Bogéa Filho
João Solano Carneiro da Cunha
Eduardo Gastal Affonso Penna
Neith Maria de Almeida Prado Costa
Francisco Chagas Catunda Resende
Cláucia Silveira Gauch
Almerinda Augusta de Freitas Carvalho
Maria Laura da Rocha
José Jorge Alcazar Almeida
Lucia Maria Maierá
Agemar de Mendonça Santos
Pedro Luiz Rodrigues
Antonio Carlos Lopes
Frederico Salomão Duque Estrada Meyer

Diplomatas nomeados pelo Concurso Direto:

João Frederico Abbott Galvão Junior
Leonilda Beatriz Campos Gonçalves
George Ney de Souza Fernandes
Mitzi Gurgel Valente
Maria Auxiliadora Figueiredo
Oswaldo Henrique Teixeira de Macedo

Roberto Jaguaribe Gomes de Mattos
Virgílio Raitzin Távora
Maria Edileuza Silva Fontenele
Appio Cláudio Muniz Acquarone Filho

Receberam o Prêmio Rio-Branco: medalha de ouro: Pedro Fernando Brêtas Bastos (primeiro colocado da turma do CPCD) e João Frederico Abbott Galvão Junior (primeiro colocado no Concurso de Provas); medalha de prata: Thaís Eleonora Guerra Rego (segunda colocada na turma do CPCD) e Leonilda Beatriz Campos Gonçalves (segunda colocada no Concurso de Provas).

Receberam o prêmio Lafayette de Carvalho e Silva (primeiro e segundo lugares nos exames vestibulares ao CPCD): Pedro Fernando Brêtas Bastos (medalha de prata) e Thaís Eleonora Guerra Rego (medalha de bronze).

Na ocasião, o Ministro de Estado das Relações Exteriores pronunciou o seguinte discurso:

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
Minhas Senhoras, meus Senhores,
Meus novos colegas.

Celebramos hoje, 20 de abril, o aniversário de nascimento do Barão do Rio-Branco, patrono da diplomacia brasileira, por sua grande obra e por uma vida caracterizada pelo desprendimento, pela inteligência e cultura e, sobretudo, pela dedicação na defesa dos interesses da pátria.

O Itamaraty é a Casa do Barão do Rio-Branco. É o depositário fiel e orgulhoso das tradições de nossa política externa: a preservação da dignidade, a convivência pacífica com todos os povos, em especial aqueles que lutam pelo desenvolvimento e pela superação das desigualdades entre as nações.

Honramo-nos todos, mais do que saberia dizer, com que as cerimônias de hoje sejam presididas pelo Chefe do Estado. Meus jovens colegas têm assim, profundamente marcada, a relevância dos compromissos permanentes que assumem com a nação, na defesa de seus interesses e objetivos.

Principiantes na carreira, têm desde cedo responsabilidade de assessoramento e, muitas vezes, de chefia interina, em matérias de substância. Devem pesquisar e pensar como se do que digam ou escrevam possam vir a depender as decisões, de nível superior, que devem, entretanto, ser aceitas com estrita disciplina. É esta dedicação à tarefa, seja ela particularmente interessante, seja ocasionalmente rotineira, que lhes permitirá enfrentar as mudanças das condições de vida entre postos muito diversificados, que lhes dará versatilidade para cuidar, conforme as necessidades do momento, de matéria política, jurídica, econômica, cultural e administrativa, e para atender às atividades de representação. Serão mais eficientes, como é natural, em certos setores do que em outros, mas não refugarão nenhum, nem fracassarão em qualquer deles.

Nem sequer a vida privada será irrelevante para o cumprimento de seus deveres, mas se inserirá de várias formas na especial função pública que abraçaram e que, no cotidiano, não desaparece com o encerramento do expediente, nem no espírito, nem na ação dos que a exercem.

Se assim não fosse, os que hoje se iniciam, e cujas carreiras ultrapassarão este século, estariam comprometendo sua dignidade e sua felicidade, pois não conseguiriam crescer harmonicamente com as responsabilidades que o Brasil terá de assumir em sua evolução internacional cada vez mais complexa, mais exigente.

Já vai superada a época em que éramos um país de horizontes apenas regionais. Hoje, a ampliação do comércio, a intensificação dos fluxos financeiros e de investimentos e a diversidade das relações políticas e culturais do Brasil romperam horizontes e estenderam nossas vistas e interesses a todos os quadrantes. Hoje, nada ocorre no plano internacional que não nos interesse, que não nos afete ou, pelo menos, que não exija nossa cuidada atenção. A forma, a gradação, a oportunidade das reações a estímulos e solicitações externas, tanto quanto das iniciativas que nos convierem refletirão o que é o Brasil, uma nação autêntica, de personalidade marcante. A política externa deve manter estreita sintonia com os anseios permanentes do país — anseios de paz, de desenvolvimento, de fraternidade — ao mesmo tempo em que, pela participação franca no cenário internacional, resguarda os interesses brasileiros. Temos de estar preparados, com segurança para conduzir um diálogo permanente e simultâneo, em diferentes níveis, com países em variadas situações. Aí estará talvez o maior desafio da política externa de um país-ponte, sob muitos aspectos intermédio, como é o Brasil. Servir com lucidez à especificidade brasileira no mundo será o grande desafio dos funcionários desta Casa.

O caráter multifacetado de cada tema de nossas relações internacionais, as interconexões entre esses temas e suas repercussões internas e externas indicam a necessidade que temos, cada um de nós, de manter uma atitude alerta e de reflexão ponderada e minuciosa em nossa atividade diária no Itamaraty. Todos nós, antigos e novos colegas, Chefes e Secretários, estamos comprometidos com a política externa.

O panorama internacional se caracteriza por modificações tópicas frequentes, que requerem avaliação rápida, mas segura e serena para que não se perca a clareza da visão a longo prazo. Na esfera propriamente política, as Superpotências se confrontam nas áreas periféricas e procuram o diálogo e o entendimento, nas áreas essenciais. Os países industrializados no Ocidente, estimulados pelo êxito do seu processo de crescimento econômico, reivindicam um papel internacional mais ativo.

No mundo em desenvolvimento, a importância política dos diversos atores cresceu, em parte devido às variadas disputas para englobar novas regiões e áreas de influência, em parte devido ao novo papel dos países produtores de petróleo e, por toda parte, como resultado de processos naturais de afirmação nacional.

Na esfera econômica, a inflação e o desemprego estimulam os países desenvolvidos a exportar dificuldades, impor barreiras protecionistas ao comércio e procurar novos esquemas que controlem ou limitem o jogo da livre concorrência em setores em que suas economias não são as mais eficientes, embora continuem a aconselhar políticas liberais.

Por outro lado, as questões econômicas ficaram definitivamente contagiadas pela política, como se pode verificar diariamente, quando se vê a importância do relacionamento político para a conclusão de grandes transações comerciais e financeiras.

Meus jovens colegas,

Neste panorama internacional, sobra pouco espaço à percepção dos interesses comuns de longo prazo que poderiam ser os inspiradores de soluções equitativas e de objetivos que aliciassem a confiança dos povos. Prevalence, ao contrário, a preocupação pequena de estabelecer esquemas de restrição do acesso aos mercados, à tecnologia e ao processo de decisão política.

O Brasil, porém, não esmorece. Procura participar de modo sereno, firme e amistoso, na busca de soluções construtivas para os conflitos e controvérsias e para a defesa de propostas que permitam reduzir o grau de insegurança política e econômica internacionais, de modo a garantir a todos os países, sem distinção, melhores condições de sobrevivência, independência e cooperação.

Internamente, vive nosso país momento de profunda significação em que a Sociedade e o Estado, sob a liderança do Senhor Presidente da República, se unem para a construção de um futuro mais democrático, em que os frutos do desenvolvimento propiciem uma gama de oportunidades mais ricas para o aprimoramento de cada brasileiro como homem e como cidadão.

Meus novos colegas,

É para atuar neste momento tão crucial que os convoco: todos devem contribuir com o seu esforço profissional para que se criem condições favoráveis e permanentes para o desenvolvimento da nação brasileira.

Em tarefa de tal magnitude, na execução da política externa, formulada pelo Senhor Presidente da República, os novos diplomatas contarão com a orientação amigável dos Chefes, com a colaboração dos colegas mais antigos — no Brasil e em qualquer parte do mundo — e com o exemplo daquele cujo aniversário comemoramos hoje, que deu seu nome à exemplar instituição de ensino que os formou, que dedicou sua vida à defesa dos interesses internacionais do Brasil e cujo moto sintetiza a essência do espírito do bom diplomata: “ubique patriae memor”.

Muito obrigado.

ATIVIDADES DO INSTITUTO RIO-BRANCO EM 1980

**Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata
Curso de Preparação à Carreira de Diplomata
Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas
Curso de Altos Estudos
Formatura da Turma de 1979**

EXAME VESTIBULAR AO CURSO DE PREPARAÇÃO
À CARREIRA DE DIPLOMATA

Primeira Fase

Estiveram abertas as inscrições de 7 de abril a 9 de maio em Brasília e nos centros regionais.

As provas iniciais realizaram-se, nos mesmos locais, em maio nos dias 27 (Português), 28 (Francês) e 29 (Inglês).

Foi designada pelo Diretor do Instituto Rio-Branco a seguinte banca:

Português: Min. Augusto Estellita Lins e Prof. Antônio Salles Filho

Francês: Profs. Michel Hospital e Clarisse F. da Silva

Inglês: Profs. Sara Burkitt Walker e John Stanley Trzeciak

As provas realizadas fora de Brasília foram aplicadas pelos seguintes diplomatas:

Belém: Sec. Vera Lúcia dos Santos Caminha

Belo Horizonte: Sec. Henrique Sardinha Pinto

Curitiba: Sec. J. Frederico Abbott Galvão Jr.

Fortaleza: Cons. Francisco Hermógenes de Paula

Manaus: Sec. Aral Antunes Jara

Porto Alegre: Sec. Thaís E. Guerra Rego

Recife: Sec. Lúcia Maria Maierà

Rio de Janeiro: Cons. Maria da Natividade Ribeiro Petit

Salvador: Sec. João I. Oswaldo Padilha

São Paulo: Secs. Luiz Jenné e Cesário Melantônio Neto

Movimento

Inscritos	918
Desistentes	529
Compareceram	389
Aprovados	56

Segunda Fase

Os candidatos habilitados na primeira fase dos exames vestibulares submeteram-se, em Brasília, a partir do dia 7 de julho, aos exames de sanidade e

capacidade física e psíquica e à investigação de costumes e conceito corrente e a entrevistas de avaliação de aptidão profissional de acordo com o Artigo 7º do Regulamento do Instituto Rio-Branco. Os exames de capacidade física realizaram-se no Hospital Presidente Médici, coordenados pelo Chefe do Serviço de Assistência Médica e Social (SAMS) do Ministério das Relações Exteriores. Os exames de capacidade psíquica estiveram a cargo do Instituto de Psicologia, Seleção e Orientação (IPSO), conduzidos por seu Diretor, Dr. Geraldo Servo. Para as entrevistas e exames de aptidão profissional, foram designados os seguintes diplomatas: Ministro Adolpho Correa de Sá e Benevides; Ministro Sergio Martins Thompson Flores; Ministro Oswaldo Biato; Ministro Guilherme Luiz Belford Roxo Leite Ribeiro; e Ministro Luiz Felipe de La Torre Benitez Teixeira Soares.

Movimento

Convocados	56
Desistentes	2
Inabilitados	15
Habilitados	39

Terceira Fase:

As provas vestibulares finais realizaram-se nas seguintes datas:

- História do Brasil — 18 de julho
- História Mundial — 22 de julho
- Geografia do Brasil — 25 de julho
- Geografia Geral — 29 de julho
- Noções de Direito — 30 de julho
- Noções de Economia — 31 de julho

Foi a seguinte a banca nomeada para esta fase:

- História do Brasil: Prof. José Sales Tiné
- História Mundial: Prof. Amado Luiz Cervo
- Geografia do Brasil: Prof. Aziz Ab'Saber
- Geografia Geral: Profa. Ignez Costa Barbosa Ferreira
- Noções de Direito: Prof. José Francisco Rezek
- Noções de Economia: Prof. Lívio William Reis de Carvalho

Movimento Geral:

Convocados	39
Reprovados	3
Aprovados	36

Foi a seguinte a classificação final:

José Carlos da Fonseca Junior

Ánuar Nahes
 Reinaldo Storani
 Susan Kleebank
 Fernando José Marroni de Abreu
 Vilmar Rogeiro Coutinho Júnior
 Antonio José Ferreira Simões
 Lineu Pupo de Paula
 Virginia Bernardes de Souza
 Rudá Gonzales Seferin
 Edgard Antonio Casciano
 Roberto Colin
 Mariangela Rebuá de Andrade
 Maria Nazareth Farani
 Andréia Cristina Rigueira Bueno dos Santos
 Zenik Krawttschuk
 Cecília de Meira Penna
 Luís Ivaldo Villafañe Gomes Santos
 João Carlos Parkinson de Castro
 Júlio Victor do Espírito Santo
 Eliana Zugaib
 Silvana Polich
 Luis Antonio Borda de Carvalho Silos
 César de Paiva Leite Filho
 Procópio Alves Costa de Abreu
 Regina Maria Cordeiro
 Nilo Barroso Neto
 Cláudio José de Campos
 Maria Clara Duclos Carisio
 João Luiz de Barros Pereira Pinto
 Aparecida Carmen Tescarolo
 Igor Kipman
 Jorge José Frantz Ramos
 José Luiz Machado e Costa
 Maria de Lujan Caputo
 Julio Boaventura Santos Matos

CARACTERÍSTICAS E PROGRAMAS:

O exame vestibular ao CPCD em 1980 manteve as mesmas características e programas de 1979, tendo apenas a prova de Geografia se desdobrado em duas: Geografia do Brasil e Geografia Geral, com o mesmo programa do ano anterior, e a prova de Direito passado a denominar-se Noções de Direito, também com o mesmo programa de 1979. Foi acrescentada, em 1980, prova classificatória de Economia, com o seguinte programa:

NOÇÕES DE ECONOMIA

1. Princípios Gerais de Economia.
Agentes econômicos. Atividades econômicas. Bens e serviços. Fatores de produção. Bens de consumo e bens de produção. O processo econômico. A produção e distribuição da riqueza.
2. Princípios gerais de Demografia.
A população: estrutura por sexo, por idade; taxas de natalidade e de mortalidade; força de trabalho; especialização do trabalho, povoamento, movimentos demográficos.
3. A economia da empresa – Noções gerais.
A empresa como unidade de produção. Noções gerais de concorrência perfeita, monopolística e oligopolística.
4. A renda nacional – Noções gerais.
Produto nacional bruto. Produto nacional líquido. Renda Nacional. A formação e a repartição da renda nacional.
5. Noções gerais de conjuntura econômica.
Estática e dinâmica econômica. Estrutura e conjuntura econômica. Ciclo econômico. Teorias do crescimento da renda.
6. Princípios de economia monetária.
Noções de valor, de preço e de mercado. Oferta e procura. Moeda e crédito. A taxa de juros. Noções gerais sobre inflação e deflação.
7. Noções gerais de comércio internacional.
Balanço de comércio e de pagamentos. Taxa de câmbio. Taxas aduaneiras e controle do intercâmbio. Relação de trocas. Princípios da teoria do comércio internacional.
8. Noções gerais de finanças.
Finanças públicas e privadas. Tributação. Orçamento público. Títulos públicos. Dívida pública.
9. Principais escolas econômicas.
Linhas gerais das principais escolas: Mercantilista. Fisiocrática. Clássica. Neoclássica. Keynesiana, etc.

PROVAS DOS EXAMES VESTIBULARES 1980

PROVA DE PORTUGUÊS

A – Redação

Extensão mínima: 450 palavras

Guia de avaliação

- | | |
|---------------------------------|-----------|
| 1. Estrutura e desenvolvimento: | 15 pontos |
| 2. Correção da expressão: | 30 pontos |
| 3. Propriedade da expressão: | 15 pontos |

Valor total: 60 pontos

Perspectivas de Solução do Problema Energético do Brasil

B – Resumo

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, por ocasião da abertura da Primeira Sessão do Fórum das Américas, no Parque Anhembi de São Paulo, em 11 de junho de 1979.

Senhoras e Senhores,

Com grande prazer aceitei o convite do Fórum das Américas para vir hoje falar-lhes. Era natural que o fizesse. Há vários meses, as Embaixadas e Consulados brasileiros nas Américas vinham dando apoio aos organizadores do encontro. O Ministério das Relações Exteriores sempre compreendeu o interesse de que esta reunião alcançasse dimensão e âmbito verdadeiramente americanos.

A iniciativa de organizar este Fórum repousa na consciência de que os povos das Américas estão unidos por valores e aspirações que se traduzem no apreço que todos têm pela liberdade, pela independência e pelo desenvolvimento.

Nossas próprias raízes nos indicam que essa comunidade de sentimentos pode e deve inspirar novos e mais eficazes empreendimentos cooperativos para o benefício comum. Todos reconhecemos que nem sempre a grandeza e a permanência de nossos sentimentos têm-se refletido no plano das realizações concretas. Não fiquemos, porém, presos a essa visão retrospectiva. Dedicemo-nos a ações confiantes, que correspondam à nossa percepção de que a cooperação regional é indispensável e pode ser cada vez mais proveitosa.

Prova de ânimo do Brasil nesse sentido é a ênfase que atribuímos ao aperfeiçoamento dos mecanismos da ALALC, com vistas à consecução de seus elevados objetivos. Permanecem válidos, sem dúvida, os objetivos que inspiraram o Tratado de Montevideu e os propósitos comuns de propiciar a integração continental de forma gradual e progressiva; impossível, no entanto, deixar de admitir que os procedimentos multilaterais de desgravação tarifária do Tratado já não mais se ajustam nem às realidades nem às necessidades dos países da região. Está, pois, o Brasil disposto a empenhar seus melhores esforços no processo, já previsto, de reestruturação da ALALC, do qual resultarão, estou certo, mecanismos novos, que haverão de acelerar o processo de integração econômica latino-americana.

Na América Latina, a evolução havida nas estruturas de nossas nações deu origem a esperanças revigoradas. Surgem novas complementaridades. Mesmo em áreas onde pareceria sermos concorrentes, identificam-se oportunidades de cooperação. Vamos elevando o intercâmbio a graus de maior sofisticação. Trocamos serviços, participamos de esquemas novos de transporte. Muitos de nossos países — e é o caso do Brasil — já figuram como fornecedores e recipientes de tecnologia concebida na própria América Latina. Há situações nas quais, para tirar partido de potenciais comuns, nossos países congregam esforços, em base de igualdade e mútuo respeito, para a realização de projetos de forte e positiva repercussão na sociedade regional. Permito-me lembrar dois exemplos que mais de perto tocam o Brasil: a grande obra de Itaipu e as potencialidades de mútua cooperação que encerra o Tratado de Cooperação Amazônica.

Em outro plano, não podemos deixar de constatar, nas relações interamericanas, a intersecção dos vínculos horizontais, entre os países latino-americanos, com o relacionamento assimétrico entre estes e as nações altamente industrializadas da América do Norte. É verdade que as dificuldades nos laços Norte-Sul se fazem sentir em termos muito amplos, em escala mundial. Não deixam, entretanto, de ser particularmente penosas tais dificuldades quando ocorrem no quadro específico de um Continente que se quer, há século e meio, solidário. São tanto mais fortes as frustrações, quanto mais altas as expectativas. E estas foram cultivadas com especial ênfase no âmbito de um convívio, como disse antes, marcado pela comunhão de ideais e esperanças.

Inspirado pela essência do nosso convívio e pela fundamental reciprocidade de nossos interesses, o Brasil acredita que a vontade política e o esforço criativo de nossos países devem levar, no campo da cooperação para o desenvolvimento, a uma ação adequada às circunstâncias e necessidades específicas da América Latina e, por isso mesmo, capaz de contribuir para a prosperidade de todo o Continente.

As relações francas e amistosas entre nossos países nos propiciam oportunidades permanentes de diálogo. Em nossa própria Organização dos Estados Americanos temos um foro de ainda muito potencial.

Senhores,

Se o mundo já passou por crise econômica mais grave, não há como negar que a situação atual assume configuração inédita, pela amplitude dos campos em que se desdobra e pela complexidade da interação de fatores conjunturais e causas de grande profundidade.

Não caberia, nesta ocasião, entrarmos a discutir as dificuldades que ora enfrenta a comunidade internacional, em questões específicas como comércio, inflação, energia, instabilidade cambial. Desejo ressaltar, entretanto, uma característica da situação que ora vivemos. Ela é qualitativamente nova em um aspecto essencial: o mundo em desenvolvimento está, como nunca antes, colocado no âmago da vida econômica internacional.

Como provedores de recursos cada vez mais escassos, como tomadores de capital, como receptores de investimentos privados e importadores de tecnologia, e também como produtores crescentemente eficientes em várias áreas industriais, os países em desenvolvimento vêm aportando contribuição significativa à prosperidade global. Os países em desenvolvimento são, em suma, cada vez mais relevantes para o mundo industrializado. Basta verificar, por exemplo, que, a partir de 1960, mais de 30% do acréscimo nas exportações realizadas pelos países desenvolvidos teve por destino os mercados de nações em desenvolvimento. Estas, segundo assinala o Banco Mundial, surgiram, nas últimas duas décadas, como importante mercado para produtos manufaturados absorvendo atualmente mais de 25% do total das vendas efetuadas nesse setor pelos países altamente industrializados.

Tendo em vista tal fato, a questão que se coloca é saber se, dada a nova situação da economia mundial, o sistema econômico internacional pode funcionar com aceitável eficiência, sem modificações que integrem os países em desenvolvimento a seus processos decisórios, e que propiciem tratamento adequado a seus problemas e necessidades.

A interdependência de nossos dias torna obsoletas as soluções exclusivistas. Se a interdependência — ironicamente — torna mais complexos e difíceis os problemas, as soluções não estarão no recuo para posições solitárias e simplistas. Muito pelo contrário, o que se faz necessário é elevar as relações entre os povos a níveis mais altos, e dar-lhes sentido mais equilibrado. No mundo de hoje, maior equidade entre as nações é fator de eficiência, e portanto condição para a prosperidade global.

Senhores,

Dias atrás, perante os membros da Junta de Governadores do Brasilinvest, uma das entidades patrocinadoras deste encontro, salientei que não nos anima, no diálogo que buscamos estabelecer com os países desenvolvidos, qualquer vontade de confrontação. O que nos impaciente é a necessidade premente de entendimento. Neste Continente, em que tantos projetos e promessas ficaram nisso — em projetos e promessas — a impaciência é maior diante de posturas negativas, passos malogrados, demoras e dilações. Impaciência, porém, que não significa reivindicação gratuita, mas sim expressa atitude construtiva, inabalável decisão de progredir e confiança em consegui-lo.

Não se veja no que precede o desejo de que dos países desenvolvidos venha a solução para nossos problemas. O Presidente Figueiredo assinalou, em seu discurso de posse, e reiterou depois, ao saudar o Chanceler Helmut Schmidt, da República Federal da Alemanha, que, embora parte de um mundo interdependente, estamos conscientes de que incumbe a nós próprios a responsabilidade primordial por nosso desenvolvimento. Achamos todavia essencial que caminhemos juntos, ajudando e sendo ajudados — essencial, igualmente, que não se acrescente a nossas dificuldades, antes se facilite nossa marcha para níveis de bem-estar que nossas populações, como quaisquer outras, também de pleno direito merecem.

Para tanto, é preciso, de qualquer modo, que a comunidade internacional evolua para a superação de toda uma série de atitudes protecionistas, que afetam o acesso dos países em desenvolvimento às duas áreas onde se concentra a essência mesma da vida econômica atual: o comércio e a tecnologia. Pois todos os fluxos econômicos entre as nações se reduzem, em última análise, às trocas de bens e serviços. É preciso não esquecer que, a longo prazo, o comércio é gerado por comércio, não podendo ser ele sustentado indefinidamente pela simples repetição cumulativa da intermediação financeira, desacompanhada de expansão sustentada dos fluxos reais de mercadorias. Quanto à tecnologia, pode-se dizer que é hoje a fonte última de riqueza. Assim, se o encaminhamento das soluções para os problemas econômicos da atualidade não pode prescindir do concurso das nações em desenvolvimento, é igualmente inegável a necessidade de que se removam os obstáculos à expansão comercial e ao desenvolvimento tecnológico dessas nações.

É preciso, de outra parte, que se evite o surgimento de novas e mais sutis formas de protecionismo, já agora na própria área dos fluxos de investimento privado. Preocupações legítimas com os problemas do desemprego no mundo desenvolvido não devem servir de motivo para tentativas de cercear a ação dinâmica dos empresários e o conseqüente movimento internacional de investimentos, ou limitar a capacidade de atuação, nessas áreas, de países que são estruturalmente importadores de capital. Tais tentativas, ademais de injustificáveis, resultariam prejudiciais aos próprios interesses — comerciais além de financeiros — dos países altamente industrializados exportadores de capital.

O Brasil, se está empenhado em ter acesso crescente ao comércio internacional, em ampliar sua capacidade tecnológica e diversificar sua estrutura produtiva, não o faz apenas pelo interesse muito natural e legítimo, por seu próprio desenvolvimento. Seu compromisso com uma crescente integração à economia internacional reflete, também, a vocação brasileira pela cooperação amistosa com outros povos, e nossa consciência do muito que temos a oferecer à prosperidade regional e global.

Senhores,

A contribuição dos homens de negócio ao progresso de nosso Continente não se limita à mobilização de recursos produtivos. Talvez mais significativo seja o aporte que oferecem ao entendimento e à aproximação entre

nossos países, graças à vivência que têm das realidades e aspirações de variados povos. Congratulo-me, portanto com os Senhores pela realização deste Fórum das Américas, a cujos trabalhos desejo pleno êxito.

PROVA DE FRANCÊS

A — Rédaction

Valeur:

- | | |
|-----------------------------|-----------|
| 1) Plan et développement: | 15 points |
| 2) Correction grammaticale: | 30 points |
| 3) Style: | 15 points |
| Total: | 60 points |

Les Préoccupations Morales Ont-elles Une Influence sur la Politique Internationale?

B — Thème

Valeur: 40 points

Traduire en français le texte suivant:

Leilão

1 Milhão pelos Autos da Devassa
e a Corrida aos Tesouros da História Vai Continuar

“Uma esplêndida compra, a primeira de uma nova política que estamos inaugurando hoje para recuperar as peças da memória nacional que estão no estrangeiro”, disse em Londres, na terça-feira passada, o diretor do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Aloísio Magalhães, eufórico depois de ter arrematado por 10 mil libras (cerca de 1 milhão de cruzeiros), num leilão da Sotheby's, as transcrições originais dos *Autos da Devassa* que faltavam à coleção brasileira do Arquivo Nacional.

Eram 11 horas em ponto quando começou o leilão de manuscritos, no qual os do processo contra Tiradentes e seus companheiros eram o número quarenta e oito. Além do diretor do IPHAN, lá estavam o gerente do Banco do Brasil, vários funcionários da embaixada brasileira e um velho conhecedor do mercado de antiguidades e freqüentador de leilões, Walter Geyerhann, a quem Aloísio Magalhães incumbiu de fazer os lances.

A ordem era discrição, para evitar que a manifestação de um interesse exagerado elevasse a cotação dos *Autos da Devassa*... mas, se os ultra-bem-informados negociantes de antiguidades, que arrematam a maior parte das coisas na Sotheby's diariamente, ainda não suspeitavam do interesse fora do

comum pelo lote 48, as luzes da TV Globo se encarregaram de quebrar o sigilo...

... A câmera da TV Globo, colocada num ângulo desfavorável pelos organizadores do leilão, tentava registrar a ansiedade na expressão dos brasileiros, quando o pregoeiro anunciou os documentos da Inconfidência, partindo de 5 mil libras. Walter Geyermann, em nome do IPHAN e com o gerente do Banco do Brasil ao lado praticamente com um cheque em branco no bolso, subiu as primeiras quinhentas libras com um gesto de mão...

Contra apenas um concorrente, que registrara seus lances antecipadamente com o pregoeiro..., o Brasil acabou levando a documentação toda por dez mil libras.

Fernando Pacheco Jordão, Isto É 7/5/1980

Vocabulaire

Leilão, n.m. Enchère, encan, vente publique aux enchères. // pôr em leilão, mettre aux enchères. // Fazer leilão de alguma coisa, mettre quelque chose à l'encan. // Vender em leilão, vendre à la criée.

Leiloeiro, n.m. Celui qui organise une vente aux enchères; crieur public (aux enchères).

Dicionário Português Francês – Domingos de Azevedo.

Encan (à l') En vente aux enchères publiques. Mettre, vendre à l'encan. "Il valait mieux que l'épée du colonel eût été criée à l'encan, vendue au fripier" (Hugo). Fig. Comme objet de trafic livré au plus offrant. La justice était à l'encan.

Enchère. 1º Offre d'une somme supérieure à la mise à prix ou aux offres précédentes, au cours d'une adjudication. Ventes aux enchères. V. Criée, Encan (à l'), Licitacion. Faire, porter une enchère. Pousser les enchères. Couvrir une enchère, mettre une enchère supérieure à celle qui vient d'être faite. "Les enchères étaient vives. Un volume isolé parvint jusqu'à 600 francs" (Nerval). Folle enchère, celle d'un dernier enchérisseur qui ne veut ou ne peut satisfaire aux conditions de l'adjudication (notamment en payer le prix).

Le Petit Robert, Dictionnaire alphabétique et analogique de la Langue française.

PROVA DE INGLÊS

A – Composition

VALUE: 60 marks

- 1) Grammatical accuracy: 30 marks
- 2) Structure and development: 15 marks
- 3) Suitability of language: 15 marks

Write a composition of 300–400 words on the following subject:
The role and responsibilities of the Brazilian Diplomat in the 1980's.

B – Translation

Value: 40 marks

Translate the following text into English:

Vem aí bom tempo

Técnicas modernas de controlar o clima já podem ser usadas no Brasil, evitando problemas de secas e enchentes periódicas. O CTA criou as condições para entrar em ação a curto prazo.

Fazer chover onde há seca é uma prática já conhecida. Reduzir as chuvas onde há enchentes também não tem mistério. Produzir nuvens é um pouco mais complexo, mas existe igualmente uma técnica para isso. No entanto, o Brasil, que enfrenta ciclicamente o problema de secas e enchentes, atrasou-se na utilização desses processos. E deixou de evitar crises periódicas de perda de safras por falta ou excesso de chuvas, além de enchentes nas áreas urbanas, o que tem acontecido mais por motivos burocráticos do que por falta de conhecimentos técnicos.

O Centro Tecnológico de Aeronáutica (CTA), de São José dos Campos, tem possibilidade de provocar chuvas, de modificar o local onde as nuvens precipitam a chuva e de criar nuvens que depois irão beneficiar zonas atingidas pelas secas. Em 1971, foi implantado um projeto de Meteorologia e Climatologia, que, embora ainda em desenvolvimento, já introduziu importantes modificações no sistema de previsão meteorológica (aumentando a exatidão e ampliando o período a que se refere), ao mesmo tempo que permite a próxima concretização de dois subprojetos do IAE – Instituto de Atividades Espaciais do CTA – visando à modificação do tempo e do clima.

Ao iniciar o seu ambicioso projeto, o CTA verificou a inexistência no Brasil de um Atlas Climatológico, alicerce de qualquer Meteorologia. Foi decidido então pegar todos os dados que o Ministério da Aeronáutica coletou desde a sua criação até hoje (cerca de 30 toneladas de formulários) e que, como se encontram, não têm qualquer utilidade. Esses milhões de dados estão sendo passados para fita magnética, a fim de serem processados no computador.

Segundo o major Carloman Tatagiba de Azevedo, chefe da Divisão de Ciências Atmosféricas do IAE, "brevemente, esses dados poderão ser de grande utilidade para qualquer usuário nos setores da Indústria, Medicina, Engenharia, Turismo etc... até agora obviamente impossibilitados de manipular 16 milhões de cartões". E continua: "No Projeto Métodos de Previsão, procura-

mos estabelecer métodos mais confiáveis do que os que se conhecem por aí. Queremos estabelecer métodos de maior crédito, para aplicar nos órgãos que fazem previsão, como os ministérios da Aeronáutica, da Agricultura e da Marinha”.

in Visão de 17 de março de 1980.

PROVA DE HISTÓRIA DO BRASIL

A – Dissertação

Valor: 40 pontos

Mauá e o desenvolvimento econômico do Império

B – Pequenas dissertações

- 1 – Os Atos Adicionais de 1834 e 1961 na evolução das instituições políticas brasileiras.
- 2 – O Positivismo e a República.
- 3 – Comente alguns aspectos da história da participação do Brasil na Organização das Nações Unidas.

Valor de cada questão: 20 pontos.

PROVA DE HISTÓRIA MUNDIAL

A – Dissertação

Valor: 40 pontos

A revolta afro-asiática contra a hegemonia européia, no século XX

B – Pequenas dissertações

- 1 – A Revolução Francesa e os direitos humanos.
- 2 – O isolacionismo dos Estados Unidos entre as duas guerras mundiais.
- 3 – Origens e desenvolvimento do Pan-americanismo.

Valor de cada questão: 20 pontos.

PROVA DE GEOGRAFIA DO BRASIL

A – Dissertação

Valor: 40 pontos

Urbanização e Industrialização do Sudeste do Brasil

B – Pequenas Dissertações

- 1 – O ferro e o manganês no Brasil.
- 2 – Principais hidrelétricas em construção no Brasil: importância regional e extra-regional.
- 3 – Regiões produtoras de soja no Brasil.

Valor de cada questão: 20 pontos.

PROVA DE GEOGRAFIA GERAL

A – Dissertação

Valor: 40 pontos

O Determinismo e o possibilismo na Explicação Geográfica

B – Pequenas Dissertações

- 1 – Aspectos gerais do meio natural dos países andinos e sua importância para a ocupação humana.
- 2 – Repartição geográfica da indústria na Europa ocidental: seu condicionamento físico e demográfico.
- 3 – Estados Unidos da América: papel desempenhado pelos diferentes meios de transporte no processo de ocupação do seu espaço.

Valor de cada questão: 20 pontos.

PROVA DE NOÇÕES DE DIREITO

A – Dissertação

Valor: 40 pontos

- A. A Autonomia dos Estados-Membros no Modelo Federal (ou)
B. Características do Sistema Presidencial de Governo.

Observação: O candidato deverá escolher *um* dos dois temas propostos para dissertação.

B – *Pequenas Dissertações*

- 1 – Quais os pontos diferenciais entre a *arbitragem* e a *solução judiciária* dos litígios internacionais.
- 2 – Qual a participação do Congresso brasileiro na conclusão de tratados internacionais.
- 3 – Quais são, no Brasil, as principais características do Poder Judiciário, comparado ao Legislativo e ao Executivo.

Valor de cada questão: 20 pontos.

Nota: Nenhuma consulta a texto é permitida.

PROVA DE NOÇÕES DE ECONOMIA

A – *Dissertação*

Valor: 40 pontos

Indique as funções da moeda, comparando seu papel em duas economias, respectivamente com taxas de inflação reduzida e elevada. Quais são os tipos de moeda existentes numa economia moderna? Haverá uma relação entre quantidade de moeda (meios de pagamento) e taxa de inflação?

B – *Pequenas Dissertações*

- 1 – Mostre que conseqüências pode ter um déficit e um superávit no Balanço de Pagamentos sobre a dívida de um país para com o exterior.
- 2 – Comente a seguinte proposição:
“Concorrência monopolística e oligopólio se referem a uma mesma situação de mercado. Na verdade as duas expressões são sinônimas”.
- 3 – Descreva os traços fundamentais do pensamento econômico fisiocrático.

Valor de cada questão: 20 pontos

CURSO DE PREPARAÇÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA

ANO LETIVO – 1980

Em 1980, o ano letivo do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata estendeu-se de 21 de janeiro a 28 de novembro, para o 1º ano, e de 14 de janeiro a 15 de agosto para o 2º ano.

1º ANO

Corpo docente:

Francês: (a cargo da Associação de Cultura Franco-Brasileira)
Inglês: (a cargo da Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa)
Alemão: (a cargo do Instituto Cultural Brasil-Alemanha)
Espanhol: (a cargo do Instituto de Cultura Hispânica)
Russo: Prof. Roberto Wanderley de Souza Ferreira
Ciência Política: Prof. José Carlos B. Aleixo
Direito I: Prof. Torquato Lorena Jardim e Min. Luiz Villarinho Pedroso
Direito II: Prof. José Francisco Rezek
Economia: Cons. José Ferreira Lopes
Sociologia: Prof. José Rosa Abreu Vale
Organização e Métodos de Trabalho do MRE: Min. Sergio da Veiga Watson
Expressão e Redação Profissional: Min. Jaime Villa Lobos

Corpo discente:

Afonso Álvaro de Siqueira Carbonar
Alexandre Affonso da Motta Barboza
Alfredo Cesar Leoni
Antonio Luiz Espinola Salgado
Arthur Henrique Villanova Nogueira
Bruno de Risios Bath
Carmen Lucia Gillet Lomonaco
Claudio Frederico de Matos Arruda
Débora Vainer Barenboim
Edelcio José Ansarah
Elda Maria Gaspar Alvarez
Elza Moreira Marcelino
Francisco Carlos Ramalho de Carvalho Chagas
Francisco Mauro Brasil de Holanda
Francisco Moacyr Fontenelle Filho
Hadil Fontes da Rocha Viana
Hélio Vitor Ramos Filho

Hindemburgo Bueno dos Santos
 João Batista Lanari Bó
 Jorge Karl de Sá Earp
 José Roberto Procopiak
 Marcel Fortuna Biato
 Marco Antônio Felix de Souza Neto
 Marco Farani
 Maria Elisa Teófilo de Luna
 Maria Silvia Barbin Laurindo
 Maria Teresa Mesquita Pessoa
 Oswaldo Biato Junior
 Paulo Luiz Medeiros de Souza
 Paulo de Mello Vidal
 Paulo Roberto Caminha de Castilhos França
 Sérgio Eugênio de Risios Bath
 Sérgio França Danese

Bolsistas estrangeiros:

Jorge Daniel Spencer Lima (Cabo Verde)
 Tiago Manuel Brito (Cabo Verde)
 Fidèle N'Guembi Moussavou (Gabão)
 June Persaud (Guiana)
 Macário Marques Perdigão Jr. (Guiné Bissau)
 Helena Maria de Almeida Cabral Coutinho (Guiné Bissau)
 Jean-Baptiste Reynold Leroy (Haiti)
 Luiz Antonio Aguilar Frenzel (Honduras)
 Ata-Kokou Boyo Fiagã (Togo)

2ª ANO

Corpo docente

Francês – (a cargo da Associação de Cultura Franco-Brasileira)
 Inglês – (a cargo da Casa Thomas Jefferson)
 Alemão – (a cargo do Instituto Cultural Brasil-Alemanha)
 Árabe – (a cargo do Instituto de Cultura Árabe-Brasileira)
 Espanhol – (a cargo do Instituto de Cultura Hispânica)
 Italiano – Profa. Yvonne de Cristofaro Toscano
 Japonês – Prof. Michio Yamaguchi
 Russo – Prof. Hugo Hortêncio de Aguiar
 Economia – Prof. Cristovam Ricardo Cavalcanti
 Direito Internacional Público – Prof. Antonio Augusto Cançado Trindade

Direito Internacional Privado – Profa. Anna Maria Villela
 História das Relações Diplomáticas do Brasil – Min. Rubens Ricúpero
 Prática Diplomática – Min. Oswaldo Biato
 Prática Consular – Cons. Flávio Sapha
 Promoção de Exportações – Cons. Ruy Pinheiro de Vasconcelos
 Relações Internacionais – Sec. Gelson Fonseca Junior

Corpo discente

Ana Cândida Perez
 Ana Cristina Campello Torres
 Ana Maria Pinto Morales
 Arnaldo Caiche d'Oliveira
 Carlos Alberto de Oliveira Pessoa
 Carlos Alberto Lamback
 Carmen Lídia Richter Ribeiro Moura
 Cícero Martins Garcia
 Denis Fontes de Souza Pinto
 Douglas Wanderley de Vasconcelos
 Durval Carvalho de Barros
 Eduardo Carvalho
 Eduardo de Mattos Hosannah
 Ellen Osthoff Ferreira de Barros
 Evandro de Sampaio Didonet
 Fernando Simas Magalhães
 Flávia Raquel Ribeiro da Luz
 George Monteiro Prata
 Hélio Póvoas Junior
 José Borges dos Santos Junior
 José Fernando Valim
 José Fiuza Neto
 José Mauro da Fonseca Costa Couto
 José Vicente da Silva Lessa
 José Wilson Moreira
 Luís Fernando Panelli César
 Luís Henrique Sobreira Lopes
 Luiz Alberto Figueiredo Machado
 Luiz Carlos Galindo de Medeiros
 Luiza Maria Guerra Campelo
 Manoel Carlos Lourenço Gualda
 Manuel Innocencio de Lacerda Santos Junior
 Marcos Bezerra Abbott Galvão
 Maria Juliana Dutra Martins
 Marisa Baranski

Matias Antonio Senra de Vilhena
 Miguel Júnior França Chaves de Magalhães
 Mônica de Menezes Campos
 Paulo Cesar Capelli Nogueira
 Paulo Roberto Campos Tarrise da Fontoura
 Paulo Roberto da Costa Pacheco
 Paulo Roberto Palm
 Pedro Henrique Eduardo Magalhães
 Renato Sergio de Assumpção Faria
 Ricardo Neiva Tavares
 Rujiza Mara Andreyevich
 Sérgio Taam
 Sheila Maria de Oliveira
 Vitor Hugo de Souza Irigaray

Alunos estrangeiros:

Flávio Mendez Altamirano (Panamá)
 Gerardo Thielen Graterol (Venezuela)
 Luiz Antonio Valadares Dupret (Cabo Verde)
 Manuel Amante Rosa (Cabo Verde)
 Marco Vinicio Vargas Pereira (Costa Rica)
 Oswaldo Guillermo Krutzfeld Pereira (Bolívia)

Fizeram jus ao Prêmio Rio-Branco, atribuído ao 1º e 2º colocados na classificação final do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata:

Marcos Bezerra Abbott Galvão (medalha de ouro)
 Luís Fernando Panelli César (medalha de prata)

O Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva, conferido ao 1º e 2º colocados na classificação final dos Exames Vestibulares, foi atribuído aos seguintes integrantes da turma:

Leonilda Beatriz Campos Gonçalves (medalha de prata)(*)
 Marcos Bezerra Abbott Galvão (medalha de brônze)

O Prêmio Itamaraty (viagem pelo Brasil), concedido, a partir de 1980, ao bolsista estrangeiro colocado em primeiro lugar, coube a Luiz Antonio Valadares Dupret (de Cabo Verde).

Atividades extracurriculares

(*) Leonilda Beatriz Campos Gonçalves foi nomeada Terceiro Secretário antes de seus colegas de Vestibular, em virtude de aprovação em concurso de provas, em 1978.

Em 1980, os alunos do 1º ano realizaram viagem de estudos ao Rio de Janeiro, onde visitaram o Escritório Regional do Ministério das Relações Exteriores e os do 2º ano estiveram em São José dos Campos, onde visitaram as fábricas da EMBRAER e da ENGESA.

Ainda no quadro das atividades extracurriculares, os alunos estrangeiros foram solicitados a pronunciar conferência sobre seus respectivos países.

Os estágios nos Departamentos do Itamaraty realizaram-se nos seguintes períodos:

1º período: 14 a 25 de janeiro

2º período: 19 a 30 de maio

1980

Setor		1º Ano	2º Ano
Línguas	Básicas	Francês Inglês	Francês Inglês Português (estrangeiros)
	Compl.	Alemão Espanhol Russo	Alemão Árabe Espanhol Italiano Japonês Russo
Básico		Ciência Política Direito Constitucional Direito Internacional Público Economia Sociologia	Economia Direito Internacional Público Direito Internacional Privado.
Profissionalizante		Expressão e Redação Profissional Organização e Métodos de Trabalho do MRE	Prática Diplomática Prática Consular Promoção de Exportações Relações Internacionais História das Relações Internacionais do Brasil
Atividades Extracurriculares		Viagem de estudo Conferências	Orientação Profissional Conferências Estágios (MRE)

*FORMANDOS DE 1980**Ana Cândida Perez*

Licenciatura em Letras (Português/Literatura), PUC, RJ; Certificate of Proficiency in English, University of Cambridge.

Ana Cristina Campello Torres

Bacharel em Direito, PUC, RJ.

Ana Maria Pinto Morales

Graduação em Piano, UFRS.

Arnaldo Caiche D'Oliveira

Bacharel em Geografia, Faculdade de Filosofia e Letras e Ciências Humanas da USP; Curso de Propaganda da Escola Superior de Propaganda e Marketing de São Paulo.

Carlos Alberto de Oliveira Pessôa

Bacharel em Direito, UnB.

Carmen Lídia Richter Ribeiro Moura

Deutsch als Fremdsprache, Goethe Institut; Kleines Deutsches Sprachdiplom, Universidade de Munique; Grosses Deutsches Sprachdiplom, Universidade de Munique; Lower Cambridge Certificate of English, Universidade de Cambridge; Proficiency in English, Universidade de Cambridge; Licenciatura em Letras (Anglo-Germânicas), USP.

Cícero Martins Garcia

Certificado de Habilitação (nº 3.289) no Exame da Ordem dos Advogados do Brasil (seção de SP); Certificat d'Etudes Pratiques de l'Alliance Française, Certificat Pratique de Langue Française (1^{er} degré); Certificate of Proficiency in English, Universidade de Michigan.

Denis Fontes de Souza Pinto

Bacharel em Direito. Universidade de Pernambuco; Certificat Pratique de la Langue Française, Universidade de Nancy; Certificat d'Etudes de la Langue Française, Alliance Française; Certificate of Proficiency in English, Universidade de Michigan; Certificate in English, Royal Society of Arts, Londres.

Douglas Wanderley de Vasconcelos

Relações Internacionais, UnB (6º semestre)

Durval Carvalho de Barros

Bacharel em Letras (Português/Francês), UFRJ; Lower Certificate of English, Universidade de Cambridge.

Eduardo Carvalho

Relações Internacionais, UnB (7º semestre); Casa Thomas Jefferson (5º ano), Política Externa Contemporânea, FUB; Imunidade dos Agentes Estrangeiros à Jurisdição Local, FUB.

Eduardo de Mattos Hosannah

Administração Pública, Fundação Getúlio Vargas (7º semestre); First Certificate in English, Universidade de Cambridge.

Evandro de Sampaio Didonet

Faculdade de Direito da UFRS (3º semestre); Certificado de Conclusão do Curso Yagizi; Certificate of Proficiency in English, Universidade de Michigan.

Fernando Simas Magalhães

Ciclo Básico de Engenharia Elétrica (Centro Técnico Científico), PUC; Independent British Institute (3º estágio); Lower Certificate in English.

Flávia Raquel Ribeiro da Luz Guimarães

Turismo, Faculdade Ibero Americana de Letras e Ciências Humanas.

George Monteiro Prata

Jornalismo, UnB (6º semestre).

Ellen Osthoff Ferreira de Barros

Ciências Econômicas da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (5º período); Baccalauréat A, Académie de Poitiers, França; Cours de Langue intensif, CEFMCE, Université de la Sorbonne Nouvelle, França.

Hélio Póvoas Júnior

Faculdade de Letras, UFRJ

José Borges dos Santos Junior

Direito, UnB (7º semestre); Curso Avançado de Inglês, Casa Thomas Jefferson; Certificado de Conclusão, Curso Capelle de Francês, Aliança Francesa. Certificado de Michigan.

José Fernando Valim

Administração, UFRS (5º ano).

José Fiuza Neto

Ciências Jurídicas e Sociais, UFRJ.

José Mauro da Fonseca Costa Couto

Direito, Universidade Cândido Mendes (3º semestre); Certificate of Proficiency in English, Universidade de Michigan.

José Vicente da Silva Lessa
Ciências Sociais, UFB.

José Wilson Moreira
Bacharel em Direito; Curso Est. Língua Francesa, Nancy II, Natal; Curso Regular de Língua Inglesa, Soc. Cult. Brasil-EUA, Recife.

Luís Fernando Panelli César
Direito, FDSP; Licenciado em Letras (Português), UMSP; Bacharel em Letras (Inglês), UMSP.

Luís Henrique Sobreira Lopes
Ciências Econômicas, UnB (3º semestre).

Luiz Alberto Figueiredo Machado
Bacharel em Direito, UERJ.

Luiz Carlos Galindo de Medeiros
Bacharel em Direito, UFPE; Curso de Inglês, George Washington University; Curso de Francês, Aliança Francesa.

Luiza Maria Guerra Campelo
Jornalismo, Faculdade de Jornalismo Cásper Líbero, PUC.

Manoel Carlos Lourenço Gualda
Licenciado em Letras (Português/Francês), USP.

Manuel Innocencio de Lacerda Santos Junior
Direito, CEUB (3º semestre).

Marcos Ferreira Abbott Galvão
Ciências Econômicas, UnB (3º semestre).

Maria Juliana Dutra Martins
Bacharel em Direito, UFF.

Marisa Baranski Lamback
Bacharel em Direito, UFPR; Curso de Língua Alemã, Goethe Institut, Alemanha.

Matias Antonio Senra de Vilhena
Administração, Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG; Certificate of Proficiency in English, Universidade de Cambridge; Certificat Pratique de Langue Française (1er. degré), Universidade de Nancy.

Miguel Jr. França Chaves de Magalhães
Direito, Faculdade de Direito, CEUB (8º semestre); Certificate of Proficiency in English, Universidade de Michigan; Curso de Inglês do IBEU; Curso de Psicologia; Curso Relações Humanas; Curso Relações Públicas; Teacher's Training Course, IBEU.

Mônica de Menezes Campos
Letras (Língua e Literatura Portuguesa/Brasileira), (4º semestre); First Certificate in English, Universidade de Cambridge; Certificat d'Etudes du 5ème. degré, Alliance Française du Brésil.

Paulo Cesar Cappelli Nogueira
Direito, UFRJ (9º período); Inglês: Michigan: Lower e Proficiency; Francês: CEPAL.

Paulo Roberto Campos Tarrisse da Fontoura
Ciências Econômicas, Faculdade de Economia e Administração da UFRJ (3º semestre).

Paulo Roberto da Costa Pacheco
Letras, Faculdade de Filosofia e Letras da UEG (Português/Inglês); Lower Certificate of Cambridge; Certificat de Nancy I. Curso de Gerência em Importação e Exportação, PUC-RJ.

Paulo Roberto Palm
Língua e Literatura, Faculdade Anchieta, SP; Certificate of Proficiency in English, Michigan; Operational Competence in English, Universidade da Califórnia, Los Angeles.

Pedro Henrique Eduardo Magalhães
Arquitetura, FAU-UFRJ.

Ricardo Neiva Tavares
Direito, UnB (5º semestre); Nancy II; Royal Society of Arts I.

Rujiza Mara Andreyevich
Letras, USP (7º semestre).

Sergio Taam
Direito, UFRJ (5º ano); Certificate of Proficiency in English, Michigan; Certificado de Conclusão do 4º ano da Aliança Francesa.

Sheila Maria de Oliveira
Licenciada em Letras, Faculdade Porto Alegre de Educação, Ciências e Letras.

Vitor Hugo de Souza Irigaray

Bacharel em Direito, Faculdade de Direito do Vale do Paraíba, São José dos Campos.

PROGRAMAS

1º ANO

Permaneceram iguais aos de 1979 os programas de *Ciência Política, Economia, Sociologia, Expressão e Redação Profissional, e Organização e Métodos de Trabalho do MRE*. A matéria *Teoria Geral do Direito Público* foi substituída por *Direito Constitucional* e foi incluída a disciplina *Direito Internacional Público*.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Unidade Introdutória

I – O Direito Constitucional

1. Objeto e significado do D.C.
2. História do D.C.
3. Constituição a D.C.
4. Definição e características do D.C. geral.
5. Origens e caracteres do moderno constitucionalismo.

II – O Estado

6. Conceito e aspectos fundamentais do Estado.
 - § 1º Generalidades.
 - § 2º O Estado como ordenação jurídica.
 - § 3º O Estado como pessoa jurídica.
 - § 4º A soberania do Estado.
 - § 5º A definição do Estado.
7. O Estado de Direito.
 - § 1º A opinião de Afonso Arinos.
 - § 2º A opinião de Gustav Radbruch.
8. Conceito e formas de governo.

III – A Constituição

9. Teoria da Constituição. Introdução.
10. O conceito e o fim da Constituição.
11. Os controles da Constituição.
12. Documentos com força constitucional e constituições.
13. As Constituições do Brasil.

Unidade I: O Estado Brasileiro

I – Introdução

14. A evolução constitucional do Brasil: do Império à República contemporânea.

II – A personalidade jurídica do Estado

15. Personalidade jurídica de direito público interno: a União, os Estados federados e os Municípios. A autonomia das unidades federadas.
16. A ação estatal por via de pessoas jurídicas de direito privado. Os entes autárquicos.
17. Os partidos políticos.
18. Personalidade de direito internacional ou de direito público externo. A exclusividade da União.
19. A “questão federal” em direito internacional.

III – O domínio público

20. A enumeração constitucional não limitativa dos bens da União e dos Estados.
21. Terras e águas públicas. Jazidas e domínio florestal. Patrimônio histórico e artístico.

Unidade II: A Organização Nacional

I – Introdução

22. Conceito e formas de ordem constitucional. Estudo de direito comparado.

II – O regime republicano

23. Confronto analítico entre a república e as formas históricas e atuais do regime monárquico.
24. República e amplitude do sufrágio. A origem do poder. O conceito de regime representativo.

III – A forma federativa do Estado

25. Origens da idéia federal. A federação em confronto com a descentralização administrativa no Estado unitário.
26. Os poderes da União no quadro federal brasileiro. Competência dos Estados federados. Autonomia municipal.
27. O primado da Constituição federal.

IV – O sistema presidencial de governo

28. Presidencialismo e parlamentarismo.
29. Chefia do Estado e Chefia do Governo no sistema presidencial.

Unidade III: A Dinâmica das Instituições

I – Introdução

30. A teoria dos três poderes: crítica e réplica.

II – A formação dos três poderes

31. O Executivo: sufrágio, carreira e recrutamento discricionário.
32. O Legislativo: exclusividade do sufrágio.
33. O Judiciário: carreira e recrutamento discricionário.

III – A estrutura dos três poderes

34. O Executivo: condutores políticos e servidores públicos. A ordem hierárquica inerente à administração.
35. O Legislativo: competência legislativa e suposta ordem hierárquica.
36. O Judiciário: autonomia decisória do magistrado e ascensão do feito pelas vias recursais.

IV – Os três poderes e o sistema de controle recíproco

37. O Executivo sob o controle do Congresso. Formas de controle *a priori* e *a posteriori*.
38. O Congresso sob o controle do Judiciário. A constitucionalidade das leis: arguição incidental e arguição em tese da inconstitucionalidade.
39. O Executivo sob o controle do Judiciário. A legalidade dos atos da administração. O mandado de segurança e o *habeas corpus*.

V – O processo legislativo

40. Iniciativa das leis. Procedimento ordinário e procedimentos especiais.

VI – O sistema eleitoral

41. Cidadania e exercício dos direitos políticos
42. Alistabilidade e elegibilidade.
43. Condição jurídica dos partidos políticos. Disciplina partidária.

Unidade IV – Liberdade e Garantias Individuais

I – História dos direitos humanos

44. Origens e antecedentes: Idade Média e Sec. XVII.
45. A tese do Sec. XVIII.
46. A antítese do Sec. XIX.
47. A síntese do Sec. XX.

II – Constituições e direitos humanos

48. Os países democrático-libertários.
49. Os países socialistas e comunistas.
50. O Terceiro Mundo.

III – Tolerância política e liberdade de associação

51. Tolerância política.
52. Liberdade de associação.
53. A proteção dos regimes de liberdade.

IV – Liberdade de crença

54. Tolerância religiosa.

V – Direitos do réu.

55. Direitos do réu *versus* proteção da sociedade.

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO I

Unidade I: A Expressão do Direito Internacional

Introdução – O debate doutrinário em torno da propriedade do termo “fontes”. O direito internacional no estatuto das Cortes (1920, 1945).

1. *O tratado internacional.*

- a) Teoria geral. O direito dos tratados como direito costumeiro e a Convenção de Viena de 1969.
b) Delimitação do conceito de tratado internacional. O problema da terminologia. O acordo executivo. O “gentlemen’s agreement” e figuras análogas.
c) Tratados bilaterais e multilaterais. Tratados contratuais, normativos e institucionais.

2. *Gênese do tratado internacional.*

- a) Negociação e assinatura. O trato diplomático bilateral e as conferências internacionais. A estrutura formal do tratado.
b) Ratificação e fórmulas variantes. O direito interno e o mecanismo de consulta ao parlamento. As ratificações imperfeitas.
c) Adesão e fórmulas variantes. As várias espécies de abertura do tratado à adesão. O caso particular da adesão aos tratados institucionais.
d) Reservas ao tratado: espécies, alcance, viabilidade. A posição dos demais Estados contratantes: aceitação e objeção.

- e) Entrada em vigor do tratado. Mecanismos internos de promulgação e publicidade.
 - f) Registro e publicidade no âmbito internacional. A sanção da diplomacia secreta na Carta das Nações Unidas.
 - g) Emendas ao tratado. A aceitação pelas partes contratantes. A perspectiva de duplo regime jurídico.
3. *Efeitos do tratado internacional.*
- a) A obrigatoriedade do tratado e a hipótese de concorrência de obrigações internacionais.
 - b) O conflito entre o tratado e a regra de direito interno. Sistemas de solução.
 - c) Efeitos entre as partes contratantes.
 - d) Efeitos sobre terceiros. A criação de situação jurídica objetiva. A estipulação em favor de terceiro. A cláusula da nação mais favorecida. A teoria do “conjunto suficientemente representativo dos interesses gerais”.
4. *Extinção do tratado internacional.*
- a) A vontade comum (ab-rogação).
 - b) A vontade unilateral (denúncia).
 - c) A superveniência do estado de guerra e a alteração radical das circunstâncias (teoria da cláusula “rebus sic stantibus”).
5. *O costume internacional.*
- a) Variedade de alcance: a possibilidade da formação do direito costumeiro regional.
 - b) Elemento objetivo: a repetição, no tempo, da conduta ativa ou passiva.
 - c) Elemento subjetivo: a “opinio juris”.
6. *Os princípios gerais do direito.*
- a) A pretensa assimilação dos princípios gerais do direito ao direito natural, ao costume ou à equidade.
 - b) Princípios gerais comuns ao direito internacional e ao direito interno.
 - c) Princípios gerais peculiares ao direito internacional.
7. *Os atos unilaterais.*
- a) Formas passíveis de repercussão no plano do direito internacional: a criação de situação jurídica objetiva; a estipulação em favor de outrem.
 - b) O requisito da licitude internacional.

8. *As decisões das organizações internacionais.*
- a) Limites da analogia entre tratado internacional e decisão de organização internacional.
 - b) Sistemas de tomada de decisões. Limites de obrigatoriedade entre os Estados membros da organização.
9. *Métodos de interpretação e de compensação.*
- a) o recurso à jurisprudência e à doutrina para a interpretação da norma de direito internacional.
 - b) O recurso à analogia e à equidade, quando insuficiente ou inexistente a norma internacional.

Unidade II: Condição Jurídica e Jurisdição do Estado

Introdução – Soberania e personalidade jurídica de direito internacional.

1. *Elementos constitutivos do Estado: o território e suas extensões.*
- a) Delimitação do território. Limites naturais e artificiais. Competências territoriais.
 - b) Aquisição e perda do território. Descoberta e ocupação. “Conquista”. Cessão onerosa e “cessão gratuita”.
 - c) Águas internas, mar territorial e plataforma continental.
 - d) Espaço aéreo atmosférico. O princípio da liberdade de navegação aérea e o problema da segurança do Estado. O mecanismo normativo da Organização da Aviação Civil Internacional.
 - e) Regime jurídico dos canais, estreitos e rios internacionais.
2. *Elementos constitutivos do Estado: a população.*
- a) Nacionalidade: as regras mínimas do direito internacional e o domínio do direito interno. O princípio da efetividade do vínculo. O caso dos binacionais e dos apátridas.
 - b) Aquisição e perda da nacionalidade: o modelo brasileiro; o quadro comparativo.
 - c) Condição jurídica dos estrangeiros. Garantias elementares no plano dos direitos civis.
 - d) Extradicação, expulsão e deportação de estrangeiros. Deveres do Estado patrial.
 - e) Asilo político territorial. Asilo diplomático.
 - f) Proteção internacional dos direitos humanos.
3. *Elementos constitutivos do Estado: o governo.*
- a) Legitimidade e efetividade: a questão do reconhecimento de governos.
 - b) Soberania e autonomia: os Estados federais frente ao direito internacional.

- c) Soberania e insuficiência: os Estados exíguos frente ao direito internacional. O caso especial da Santa Sé.
4. *Imunidade à jurisdição estatal.*
- A imunidade do Estado estrangeiro à jurisdição local.
 - As convenções de Viena sobre relações diplomáticas e consulares. Imunidade e inviolabilidade. Aspectos civis e penais.
5. *Espaços estranhos ao âmbito da soberania estatal.*
- O alto mar. Policiamento. Utilização econômica. Regime jurídico dos navios em alto mar.
 - O espaço aéreo extra-atmosférico.
 - O continente antártico.
6. *Sucessão de Estados.*
- Teoria geral. A sucessão e o princípio da continuidade. Formas.
 - Sucessão nos bens públicos e na dívida pública.
 - Sucessão e nacionalidade.
 - Sucessão e tratados internacionais.

Unidade III: Solução Pacífica dos Litígios Internacionais

Introdução – Visão panorâmica do chamado “direito de guerra” e justificativa de sua exclusão do programa. O direito de Haia. O direito de Genebra.

- Os meios diplomáticos.*
 - Entendimento direto. Sistema de consulta.
 - Bons ofícios e fórmulas variantes.
 - Mediação e fórmulas variantes. Natureza do relatório e das proposições do mediador.
- A solução política.*
 - Noções fundamentais. O problema das competências concorrentes.
 - A experiência do Conselho da Sociedade das Nações.
 - O Conselho de Segurança das Nações Unidas.
 - O Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos.
- A arbitragem.*
 - Conceito de solução jurisdicional não-judiciária.
 - O compromisso arbitral.
 - A sentença arbitral: natureza jurídica; efeitos.

- A solução judiciária.*
 - A Corte Permanente de Justiça Internacional e a Corte Internacional de Justiça: estrutura e competência.
 - Os tribunais regionais. Casos de acesso direto de particulares ao foro internacional.
 - Atividade atual e perspectivas do judiciário internacional.

2º ANO

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

Unidade I: A Responsabilidade Internacional dos Estados

I – Noção de Responsabilidade Internacional.

II – Origem de Responsabilidade Internacional dos Estados.

III – Elementos Essenciais da Responsabilidade.

1. Ato ou omissão em violação de uma obrigação internacional.
2. Imputabilidade ao Estado como pessoa jurídica.
3. Dano resultante do ato ou omissão internacionalmente ilícito.

IV – A Determinação do Surgimento da Responsabilidade Internacional (no tempo).

V – Configuração da Responsabilidade Internacional do Estado.

1. Por atos ou omissões de seus órgãos (executivos, legislativos, judiciários).
2. Por atos de particulares.

VI – A Reparação de Danos.

1. Jurisprudência internacional.
2. Natureza e extensão.
3. Formas de reparação.

VII – Implementação da Responsabilidade Internacional, ou Exercício de Proteção Diplomática: Condições.

1. A regra do prévio esgotamento dos recursos de direito interno.
2. A regra da nacionalidade das reclamações.
3. O requisito de “clean hands”.
4. A Cláusula Calvo de renúncia prévia no exercício da proteção diplomática.

5. A noção de denegação de justiça.
 - a) Teoria e prática europeias.
 - b) Teoria e prática latino-americanas.

VIII – Os Princípios da Responsabilidade Internacional e as Organizações Internacionais.

Unidade II: A Condição dos Particulares no Direito Internacional Público

- I – Condição dos Particulares no Direito Internacional Consuetudinário.
- II – Capacidade Processual dos Particulares no Plano Internacional.
- III – Experimentos Internacionais Outorgando Status Processual aos Particulares.
 1. Anteriores à Primeira Guerra Mundial.
 2. No período de entre-guerras.
 3. Posteriores à Segunda Guerra Mundial.
- IV – Uma situação Específica: a Condição dos Funcionários de Organizações Internacionais.

Unidade III: A Condição das Organizações Internacionais do Direito Internacional Público

- I – Enfoques Distintos da Matéria; Tentativas de Sistematização pelas Próprias Organizações Internacionais: os Repertórios Internacionais e Documentos Classificados.
- II – Criação e Evolução das Organizações Internacionais.
 1. Antecedentes históricos.
 - a) Concerto da Europa.
 - b) Sistema de Haia.
 - c) Uniões públicas internacionais.
 2. A Liga das Nações (e seus órgãos)
 3. A Organização das Nações Unidas (e seus órgãos) e agências especializadas (OIT, FAO, OMS, UNESCO, OMM, UIT, UPU, OACI, IMCO, FMI, BIRD, AIEA).
 4. As organizações regionais.
 - a) Políticas.

- b) De integração econômica.
- c) De defesa coletiva.

III – Personalidade Jurídica das Organizações Internacionais (debate acadêmico e jurisprudência internacional) e Interpretação dos Poderes Atribuídos às Organizações Internacionais (métodos de interpretação e jurisprudência internacional).

- IV – Estrutura e Funcionamento das Organizações Internacionais.
 1. Composição (admissão, suspensão e expulsão de membros; órgãos componentes).
 2. Privilégios e imunidades.
 3. Orçamento e finanças.
 4. Especificidade do direito interno ou próprio das organizações internacionais (relação interna entre os órgãos de organização).
 5. Mecanismos internos de controle nas organizações internacionais.
 - a) Relatórios periódicos.
 - b) Procedimentos para interpretação de acordos internacionais.
 - c) Reclamações (modalidades; jurisprudência dos tribunais administrativos internacionais).
 6. Processo decisório das organizações internacionais.
 - a) A regra da unanimidade.
 - b) As maiorias simples e especial.
 - c) O veto.
 - d) O voto proporcional.
 - e) A técnica do consenso e suas aplicações.
- V – Capacidade das Organizações Internacionais para Concluir Acordos.
 1. “Treaty-making power” explícito e implícito.
 2. Relação entre a personalidade internacional e o “treaty-making power”.
 3. Extensão funcional do “treaty-making power”.
- VI – Delimitação de Competências (nas Relações entre Organizações Internacionais e Estados Membros).
 1. As jurisdições internacionais.
 2. O domínio reservado dos Estados.
 - a) Na prática dos órgãos políticos das Organizações Internacionais.
 - b) Na prática dos órgãos judiciais das Organizações Internacionais.

3. Atos das organizações internacionais.
 - a) Natureza jurídica.
 - b) Conteúdo e classificação das resoluções.
 - c) Efeitos das resoluções.
4. Observações quanto às relações entre organizações internacionais e Estados não-membros.

Unidade IV: Codificação e Sistematização do Direito Internacional Público

- I – Os Primeiros Esforços de Codificação, até a Conferência de Haia de 1930.
 1. Temas tratados.
 2. Resultados.
- II – A Obra da Comissão de Direito Internacional da ONU.
- III – A Obra da Comissão Jurídica Interamericana.
- IV – Demais Esforços de Sistematização do Direito Internacional.
 1. Repertórios nacionais da prática dos Estados.
 2. Repertórios da prática das organizações internacionais.
- V – Perspectivas.

DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

Igual ao de 1979

ECONOMIA

Igual ao de 1979

HISTÓRIA DAS RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS DO BRASIL

1. O contexto histórico-diplomático do descobrimento do Brasil.
2. Interesse francês e holandês pelo Brasil.
3. O Tratado de Madri e sua importância para a formação territorial do Brasil.
4. Interesse inglês pelo Brasil. A presença inglesa no Brasil.
5. A independência e o seu reconhecimento.
6. Diplomacia e escravatura: Relações do Brasil com a África.
7. A política exterior do Império, em especial no Prata.

8. A guerra da Tríplice Aliança.
9. O Barão do Rio-Branco e a consolidação das fronteiras.
10. A questão do Acre.
11. O Pan-americanismo e o sistema interamericano.
12. A era pós Rio-Branco: o Brasil e a Liga das Nações.
13. O Brasil e a Segunda Guerra Mundial. O período atual.

PRÁTICA CONSULAR

Igual ao de 1979

PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÕES

Igual ao de 1979, modificada apenas a Unidade I.

- I. *O Sistema de Promoção Comercial do Itamaraty*
 - 1.1 Os Conceitos de Diplomacia.
 - 1.2 Diplomacia e Comércio.
 - 1.3 A promoção Comercial no Itamaraty.
 - 1.4 O Programa de Promoção Comercial no Exterior (PPCE).
 - 1.4.1 Objetivos.
 - 1.4.2 Diretrizes.
 - 1.4.3 Atividades.
 - 1.5 Os órgãos da promoção comercial do Itamaraty.
 - 1.6 O entrosamento das atividades do Sistema de Promoção Comercial com as atividades a nível de política econômica e comercial do Itamaraty.

PRÁTICA DIPLOMÁTICA

Igual ao de 1979, com exceção das Unidades III e VI:

III – *A Ação Diplomática*

- 3.1 Direito de legação (ativo e passivo).
- 3.2 Reconhecimento de estados e de governos.
- 3.3 Estabelecimento de relações diplomáticas e de missões diplomáticas.
- 3.4 Início e termo da missão.
- 3.5 Missão diplomática: organização usual.
- 3.6 Deveres e atribuições do agente diplomático.
- 3.7 Qualidades ideais do agente.
- 3.8 Relações com o governo local.
- 3.9 Relações com o corpo diplomático.
- 3.10 Correspondência e idioma usado.

VI – *Prerrogativas e Imunidades*

- 6.1 Evolução, aplicação atual.
- 6.2 Inviolabilidade do agente.
- 6.3 Imunidade de jurisdição. Renúncia.
- 6.4 Isenção de impostos.
- 6.5 Extensão dos privilégios diplomáticos.
- 6.6 Asilo.
- 6.7 Extradicação.

*RELAÇÕES INTERNACIONAIS*I – *Relações Internacionais como campo de estudo*

1. Conteúdo e limite do campo de estudos.
 - a. Concepções sobre relações internacionais.
 - b. Relações internacionais e ciências sociais.
 - c. Teoria, política e ideologia.
2. Níveis de análise.
3. Métodos e técnicas de análise.

II – *Teorias de Relações Internacionais*

1. Teorias clássicas.
2. Teorias contemporâneas.
 - a. Teorias gerais (realismo, idealismo, teoria de sistemas, marxismo, dependência).
 - b. Teorias sobre problemas particulares.

III – *Atores do Sistema Internacional*

1. O Estado.
 - a. O Estado como ator fundamental.
 - b. Objetivos do Estado no sistema internacional.
 - c. Condições internas da política externa.
 - d. O problema do poder e da força.
 - e. As formas de agir: a diplomacia.
 - f. As formas de agir: pressão e uso da força.
 - g. Processo decisório.
 - h. Ideologias: a questão do nacionalismo.
2. Outros atores: organismos internacionais, empresas multinacionais, etc.

IV – *Sistema Internacional*

1. Formas de interação entre estados: conflito, cooperação e integração.
2. A organização do sistema internacional: simetria e assimetria.

3. As relações internacionais como relações de poder: balança de poder e suas diversas configurações.
4. As macroestruturas internacionais no século XX e os subsistemas econômico, militar e político.

V – *Temas Contemporâneos de Relações Internacionais*

1. Relações Leste-Oeste.
2. Relações Norte-Sul.
3. Subsistemas regionais: o europeu, o interamericano, o latino-americano, o do Oriente Médio, o asiático e o africano.
4. Desarmamento.
5. Papel das organizações internacionais: as Nações Unidas e a OEA.
6. O não-alinhamento.

VI – *Análise Acadêmica da Política Externa Brasileira*

CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE DIPLOMATAS (CAD)
E CURSO DE ALTOS ESTUDOS (CAE)

III CAD

Realizaram-se, em Brasília e Washington simultaneamente, as provas do III CAD, nos dias 16, 17 e 18 de setembro. Foram aprovados os seguintes Diplomatas:

Afonso José Sena Cardoso
Antônio Humbert dos Cavalcanti de Albuquerque e Fontes Braga
Antônio Júlio Cesário de Mello Cirauo
Cláudia d'Angelo
Edmundo Sussumu Fujita
Gilberto de Almeida Ferreira
Josal Luiz Pellegrino
Marcelo Andrade de Moraes Jardim
Maria Aparecida Lopes Nahú
Maria Elisa de Bittencourt Berenguer
Paulo Cesar de Oliveira Campos
Vitor Cândido Paim Gobato

As provas, seguindo o mesmo programa e orientação dos anos anteriores, foram as seguintes:

1ª PROVA

*RELAÇÕES INTERNACIONAIS E ORGANISMOS
INTERNACIONAIS*

Prepare minuta de relatório, dirigido ao Secretário-Geral das Relações Exteriores, com o objetivo de situar a posição do Brasil na América Latina à luz das novas tendências dos organismos regionais – SELA, ALADI e Grupo Andino – em contraposição à tradicional postura que decorreria da visão clássica do Pan-americanismo. O relatório deverá prognosticar o provável quadro

latino-americano na década de 1980, com recomendações alternativas para as principais contingências. A ênfase da análise deverá concentrar-se no aspecto *multilateral regional*, sem prejuízo de uma abordagem, complementar, bilateral. Embora baseadas em princípios gerais, e numa concepção unitária, tais recomendações devem, quando possível, descer ao nível do posicionamento nos organismos regionais interessados.

2ª PROVA

ECONOMIA BRASILEIRA E COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL

Prepare informação sucinta sobre a questão energética no Brasil, com indicação das grandes linhas que estão sendo seguidas para solucioná-la, e as respectivas limitações. Com relação ao PROÁLCOOL, examine, em seus traços gerais, o aspecto do uso alternativo do fator terra (competição com outros objetivos agrícolas). O texto seria destinado, hipoteticamente, aos países em desenvolvimento, de modo a sensibilizá-los para a nossa experiência, com vistas à transferência de tecnologias no campo energético, dadas as semelhanças no quadro físico e grau de desenvolvimento econômico.

3ª PROVA

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, SISTEMA BRASILEIRO DE ORÇAMENTO E EXECUÇÃO FINANCEIRA E ORGANIZAÇÃO DO MRE.

Prepare minuta de Exposição de Motivos com o objetivo de justificar os dispêndios do Governo Federal no âmbito do MRE, nas atuais circunstâncias nacionais e internacionais. Argumente em termos de dispêndios em cruzeiros e divisas, tendo em vista as obrigações internacionais de representação diplomática, os interesses e objetivos do Brasil na comunidade internacional. A redação desse texto deverá ser suficientemente específica para revelar conhecimento geral dos elementos relevantes de Administração Pública, Orçamento e Organização do MRE. O objetivo do documento seria propor aumento real moderado do orçamento do Ministério, nos próximos cinco anos, como exceção, num quadro de restrição de gastos governamentais.

II CAE

Os quatro candidatos, cujos trabalhos escritos foram examinados em 1980, foram argüídos nos dias 14 e 15 de abril, sendo aprovados dois diplomatas:

Min. Affonso Celso de Ouro Preto
Cons. Edmundo Radwanski

No mesmo mês, os aprovados fizeram estágio na Secretaria de Estado, onde assistiram a várias conferências, e realizaram visitas a Foz do Iguaçu (Itaipu) e a São José dos Campos (ENGESA e EMBRAER).

III CAE

Entre 30 de novembro e 10 de dezembro, o Instituto recebeu e examinou os trabalhos dos inscritos em 1979, tendo sido marcadas as argüições orais para fevereiro de 1981.

IV CAD e IV CAE

No período de 19 a 31 de julho estiveram abertas as matrículas para o IV Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas e para o IV Curso de Altos Estudos, previstos para 1981. Inscreveram-se 43 Diplomatas no IV CAD e 28 no IV CAE.

FORMATURA DA TURMA DE 1979

Realizou-se em 23 de abril a formatura dos alunos que concluíram o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata em 1979, em cerimônia presidida por sua Excelência o Senhor Presidente da República, João Figueiredo na presença do Vice-Presidente da República, do Ministro de Estado das Relações Exteriores, do Secretário-Geral das Relações Exteriores e do Diretor do Instituto Rio-Branco.

O Presidente da República fez entrega do diploma e da medalha de vermeil (Prêmio Rio-Branco) ao primeiro colocado da turma, e o Diretor do Instituto procedeu à chamada de todos os formados, brasileiros e estrangeiros. Foram os seguintes os formados em 1979:

Antônio de Aguiar Patriota
Eduardo Ricardo Gradilone Neto
Fernando Said Sallum
Carlos Roberto Bevilaqua Penna
Lígia Maria Scherer
Paulo César de Camargo
Gastão Estellita Lins de Salvo Coimbra
Carmelito de Melo
Ana Lucy Gentil Cabral
Ralph Peter Henderson
Carlos Alberto Ribeiro Reis
Hermano Telles Ribeiro
Henrique Luiz Jenné
Marcos Vinicius Pinta Gama
Paulo Cordeiro de Andrade Pinto
Henrique da Silveira Sardinha Pinto
João Inácio Oswald Padilha
Maryani Bravo Leite
Luiz Eduardo Caracciolo Maya Ferreira
Aral Antunes Jara
Silvana Dunley de Amorim
Flávio Silva Rodrigues de Oliveira

Receberam o Prêmio Rio-Branco, atribuído ao 1º e 2º colocados:

Antônio de Aguiar Patriota (medalha de vermeil)

Eduardo Ricardo Gradilone Neto (medalha de prata)

Receberam o Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva, conferido ao 1º e 2º colocados na classificação final dos exames de ingresso no Instituto (Vestibular de 1977):

José Soares Junior (medalha de prata)

Paulo Roberto de Almeida (medalha de bronze)

Na cerimônia, o Chanceler Saraiva Guerreiro pronunciou o seguinte discurso:

Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Excelentíssimos Senhores Ministros de Estado.

Meus colegas, em especial os que hoje ingressam em nossa Carreira.

É para todos nós motivo de honra e satisfação receber Vossa Excelência, nas solenidades em que comemoramos a passagem do Dia do Diplomata.

A visita de Vossa Excelência, Senhor Presidente, à Casa de Rio-Branco constitui oportunidade privilegiada para a reflexão e o diálogo sobre os rumos da diplomacia brasileira e os seus meios de instrumentação.

Com a permissão de Vossa Excelência, desejo fazer de minhas palavras também uma saudação muito afetuosa aos novos diplomatas que, nesta solenidade, receberão os diplomas de conclusão de seu curso no Instituto Rio-Branco.

Quero, igualmente, dirigir-me aos alunos estrangeiros do Instituto Rio-Branco para manifestar-lhes nossa satisfação em tê-los entre nós. A iniciativa de colaborarmos na formação de diplomatas de países amigos já se consolidou e hoje se inscreve entre os hábitos de nossa Casa. Tenho a certeza de que, na convivência diária, os alunos estrangeiros e os brasileiros têm a oportunidade de trocar experiências mutuamente enriquecedoras e de valor permanente.

Cada turma, cada geração que passa pelo nosso Instituto, traz novo sopro e nova inspiração aos trabalhos desta Casa. Nosso orgulho é justamente o de saber aproveitar de forma dinâmica esse impulso criativo, do mesmo modo que procuramos transmitir aos que ingressam na Carreira de Diplomata os valores da disciplina, da lealdade ao serviço público e do trabalho inteligente, no interesse do povo e do Governo brasileiros.

Não se coloca em dúvida hoje a importância estratégica da diplomacia brasileira para a realização das metas fundamentais da nacionalidade. A diplomacia se integra, de forma íntima e crescente, ao desenvolvimento em suas dimensões político-econômica, tecnológica, social e cultural.

Ao ganhar responsabilidades maiores, a diplomacia se torna um ponto de referência indispensável na definição da sociedade brasileira. Essa responsabilidade ampliada exige atitude universalista, de convivência franca e aberta com países de todos os quadrantes do globo. Exige esforço cuidadoso e completo na promoção do interesse nacional.

Não tenham ilusões os que principiam na Carreira de que a realização das tarefas e o desempenho das responsabilidades sejam fáceis. A profissão lhes exigirá muito, tanto em sua face técnica, quanto na dimensão pessoal. A própria definição da presença brasileira no mundo não se fará sem que sérios obstáculos sejam ultrapassados, pois vivemos num mundo ainda fundado em poder e hegemonias, e sabemos que longo é o caminho para que se imponham formas novas, de conteúdo ético e de inspiração verdadeiramente democrática.

As dificuldades pessoais também existem. Não devo negá-las. Haverá momentos em que as exigências profissionais serão duras, em que o desapego se imporá, e em que o alimento principal será a determinação de servir ao país.

Para que se encontre alento, para que a tarefa diplomática seja plenamente cumprida de forma gratificante, é fundamental que cada um tenha compreensão clara do sentido de representatividade do diplomata brasileiro.

Não me refiro aqui apenas à definição clássica que a função básica do diplomata no exterior é a de representar Governo que o acredita, mas também a algo mais profundo que implica o vínculo real do diplomata à nação.

Antes de mais nada, a diplomacia representa a nós como um todo, com suas grandezas e suas precariedades. Seu lado rico e seu lado pobre. O muito que conseguimos e o que ainda falta construir. Não nos confinamos a uma nação ilusória, artificial, composta de segmentos privilegiados. Ao contrário, o nosso dever, difícil dever, é o de representar a nação inteira e contribuir sempre para a resposta às suas necessidades e exigências reais. Num momento em que a afirmação do sentido plural da sociedade brasileira é claro, a diplomacia se nutre, naturalmente, de suas sólidas raízes na sociedade e do sentido de fidelidade ao Governo, à nação e a seus interesses permanentes e supraterritoriais.

Representar deve estimular a participação; e é virtude essencial para o diplomata estar ligado profundamente às coisas brasileiras. Participar do que é brasileiro. Não há outra base para uma representação verdadeira e eficiente.

Esse sentido de participação, tanto quanto a compreensão ampla do conteúdo nacional da representação, deve orientá-los desde os primeiros passos da carreira, desde o estágio inicial na Secretaria de Estado. A responsabilidade perante o Itamaraty, o Governo e a nação acompanha as tarefas mais simples e preliminares do diplomata, seja porque podem influenciar decisões de política externa, seja porque, mesmo na rotina, o componente simbólico do trabalho diplomático não fica esmaecido.

Há numerosas modalidades de realização pessoal que um serviço exterior pode proporcionar. A maior, porém, é ser plenamente diplomata em conjuntura internacional, especialmente instável, com graves exigências para a política externa, e em momento especialmente fértil na história política do país.

Vivemos uma situação internacional que se caracteriza pela reativação das tensões. Os problemas que não puderam ser resolvidos sob o regime da *détente* reapareceram de forma agravada, quando ela é seriamente abalada. A tendência à confrontação domina o plano Leste-Oeste, com riscos crescentes para a segurança internacional, ao mesmo tempo em que persiste a estagnação no tratamento da problemática Norte-Sul.

Não devemos, porém, desanimar, nem podemos pensar que a História vá subitamente regredir. Mais do que nunca, a política externa do Brasil está conectada a interesses nacionais específicos e concretos. Vossa Excelência, Senhor Presidente, tem orientado nossa diplomacia de forma a que as ações externas correspondam às necessidades e aspirações nacionais. Estamos progredindo no esforço político de criar relacionamentos novos e dinâmicos, verdadeiramente horizontais e destituídos das prepotências do poder e das ambições hegemônicas.

Não é preciso recorrer a discussões filosóficas para afirmar que a ética e a política são indissociáveis. Há hoje plena consciência dos direitos e interesses legítimos das nações. E entre eles ressaltam a autodeterminação e o direito à plena realização nacional, dentro do estrito respeito às normas da convivência entre as nações. O interesse em encontrar os meios para o exercício concreto desses direitos é atitude profundamente ética e positiva, como positiva e ética é a defesa do direito dos membros de qualquer sociedade a uma vida melhor.

Na sociedade das nações, assim como na sociedade dos cidadãos, é justa toda a atitude que vise a aumentar o bem-estar e a segurança, a diminuir os desequilíbrios excessivos na repartição dos frutos do desenvolvimento econômico, e a tornar efetivo o conceito básico da igualdade de todos perante o arcabouço jurídico. É sempre ética a luta pela paz, pela justiça e pelo progresso. E é sempre através da cooperação, da soma de esforços, orientados pela consciência dos próprios direitos e legítimos interesses, tanto quanto dos indeclináveis deveres para com a comunidade, que essa luta pode realizar-se.

Nessa luta por uma participação maior no progresso do mundo, pelo fortalecimento da segurança internacional e pelo respeito à igualdade, o Brasil está ao lado das nações que têm mais aspirações à cooperação entre iguais do que desiguais de poder, mais interesse na preservação da paz que na ameaça ou no uso da força, mais sede de justiça que anseios de dominação.

Devemo-nos apoiar mutuamente esta maioria de nações, para evitar que a flagrante deterioração da situação internacional e o aumento dos níveis de tensão agravem as dificuldades enfrentadas por nossos povos.

Devemos insistir na necessidade de uma utilização mais racional dos recursos incalculáveis gastos em uma renovada corrida armamentista, especialmente nuclear, para que a humanidade seja objeto não da irradiação do risco e da insegurança, mas do progresso e do entendimento.

Sobretudo, devemos, as nações em desenvolvimento, reforçar nossos vínculos e nossa solidariedade com vistas a aproveitar ao máximo nossas oportunidades de colaboração.

Temos diante de nós uma dupla tarefa: a de criar uma ordem internacional mais justa, que abra a todas as nações o caminho do progresso, e a de trabalhar juntos, o que já é uma antecipação dessa nova ordem, no desenvolvimento de formas renovadas, férteis e amplas de cooperação direta entre nossos povos. Devemos expandir nossas trocas comerciais; ampliar nossos programas de cooperação técnica e econômica; apoiar-nos na execução de nossos planos de desenvolvimento; estimular e disseminar nossos progressos tecnológicos; lançar mão, em suma, de múltiplos meios para fortalecer nossas economias nacionais. Para tanto, é fundamental, e para isso não faltará a disposição favorável do Brasil, que nos dediquemos, com afinco e imaginação, à identificação das numerosas oportunidades de ação conjunta para intensificar e diversificar as relações entre nossos países.

Contribuir para o estabelecimento de um clima de confiança e descontraimento entre nossos países é um dos principais aportes que o Brasil tem a dar à comunidade internacional. Não nos movem sentimentos de confrontação, mas sim de entendimento; nem de rivalidade, mas de cooperação.

Senhor Presidente,

Como bem sabe Vossa Excelência, a execução de uma política tão abrangente e complexa como a nossa política exterior, não exige apenas alto nível de dedicação e de competência de cada profissional da diplomacia. Quadros humanos e recursos materiais adequados completam um todo indispensável ao cumprimento da missão de negociar e representar o Brasil no exterior.

O dinamismo da expansão da política exterior do Brasil, exige, cada vez mais, a contrapartida da prestação de serviços mais ágeis e eficientes, o que tornou imprescindível fosse dado um salto qualitativo no processamento das informações de caráter administrativo, assim como na infra-estrutura física de nossas repartições no exterior, mediante aquisição, construção e reforma de imóveis destinados a seus serviços.

O dinamismo da política exterior está refletido na ampliação de nossa rede diplomática e consular. De março de 1979 até hoje, foram abertas três novas Embaixadas residentes (Cingapura, Malásia e Tanzânia), quatro outras em caráter cumulativo (Burundi, Congo, Gâmbia e Santa Lúcia), bem como um Consulado-Geral (Presidente Stroessner). E há estudos e contatos em curso sobre a criação de novas repartições diplomáticas e consulares exigidas pela crescente presença e responsabilidade internacional do Brasil.

Para que toda essa intrincada engrenagem opere no ritmo desejado, temos buscado prover o apoio logístico necessário, e ajustar o Itamaraty à realidade de nossos dias. Nesse espírito, inscrevem-se a implantação de sistemas de acompanhamento e controle por computador das despesas efetuadas pelo Itamaraty no Brasil e no exterior, bem como o projeto de modernização administrativa da área de pessoal. Este último compreende, entre outros, a formação de banco de dados, a definição pormenorizada das funções exercidas pelos servidores nas repartições no exterior, bem como a revisão da lota-

ção de pessoal em todas as unidades administrativas, com vistas a identificar carências e melhor programar a requisição e alocação de recursos humanos. Estes, os recursos humanos, são os mais escassos, à vista das necessidades decorrentes quer das maiores oportunidades que o próprio crescimento do país induz nas áreas externas, quer da rápida e numerosa ascensão à vida internacional de tantas nações com as quais temos todos os motivos para estabelecer relações. Por isso, o ingresso de uma nova turma de diplomatas sempre é visto com a melhor expectativa nesta Casa, que os ocupa imediatamente com tarefas de responsabilidade.

Senhor Presidente,

Ao encerrar estas palavras, desejo consignar o meu reconhecimento a Vossa Excelência pela orientação, apoio e compreensão que vem dando às questões afetas ao Ministério das Relações Exteriores e assegurar-lhe que os funcionários da Casa de Rio-Branco continuarão a servir à política externa do Governo de Vossa Excelência com dedicação e exaço.

Muito obrigado.

LEGISLAÇÃO

PORTARIA Nº 473, DE 11 DE JANEIRO DE 1978

(publicada no Diário Oficial de 16.1.78)

O Ministro de Estado das Relações Exteriores, tendo em vista o que dispõe o artigo 6º do Decreto nº 68.885, de 6 de julho de 1971, e em virtude da competência que lhe foi delegada *ex vi* do Decreto nº 75.350, de 4 de fevereiro de 1975, resolve:

Aprovar o Regulamento do Instituto Rio-Branco, que passa a ter a seguinte redação:

*REGULAMENTO DO INSTITUTO RIO-BRANCO
DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES*

Título I

Das Finalidades

Art. 1º O Instituto Rio-Branco, órgão do Ministério das Relações Exteriores, tem por finalidade:

I – o recrutamento, a seleção e a formação de pessoal para a Carreira de Diplomata; e

II – a execução de cursos de aperfeiçoamento ou especialização de servidores do Ministério das Relações Exteriores.

Art. 2º Para preencher as suas finalidades, o Instituto Rio-Branco manterá os seguintes cursos:

- 1) Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD);
- 2) Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD);
- 3) Curso de Altos Estudos (CAE);
- 4) Cursos de Aperfeiçoamento e Especialização de Servidores do Ministério das Relações Exteriores.

§ 1º O Instituto poderá realizar outros cursos, além dos acima mencionados, no interesse do Ministério das Relações Exteriores.

§ 2º O Instituto organizará concursos de provas para ingresso direto na Carreira de Diplomata, por determinação do Ministro de Estado.

*Título II**Dos Cursos**Capítulo I**Do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata**Seção I**Dos Objetivos*

Art. 3º. O Curso de Preparação à Carreira de Diplomata tem por objetivo a formação de candidatos à classe inicial do Grupo Diplomacia.

*Seção II**Do Exame Vestibular*

Art. 4º. A admissão ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata se fará mediante aprovação em Exame Vestibular, para o qual o Ministro de Estado das Relações Exteriores determinará, por proposta do Diretor do Instituto Rio-Branco, as matérias, os programas, os tipos, o caráter e o sistema de aferição das provas, bem como o calendário de sua realização.

Art. 5º. Para inscrição no Exame Vestibular requer-se do candidato que preencha formulário de dados pessoais, fornecido pelo Instituto Rio-Branco, e prove:

a) ser brasileiro e atender o requisito do artigo 145, parágrafo único, da Constituição Federal; se casado com pessoa de nacionalidade estrangeira, sua inscrição dependerá de autorização especial do Ministro de Estado das Relações Exteriores, e será condicional;

b) contar, no mínimo, 19 e no máximo 30 anos de idade, na data fixada para a matrícula no Curso;

c) ser eleitor;

d) estar quite com as obrigações militares;

e) ter bons antecedentes;

f) ter concluído, com aproveitamento e com carga normal, pelo menos o segundo ano ou o quarto período de curso de graduação reconhecido, em instituição de ensino superior, ou de universidade estrangeira, neste caso desde que comprovada a equivalência de nível com os correspondentes estudos no Brasil.

Parágrafo único. Por ocasião da inscrição no Exame Vestibular, considerar-se-á preenchido o requisito da alínea "f" se o candidato apresentar atestado de matrícula no segundo ano ou terceiro período de curso de graduação reconhecido, de escola superior; a apresentação do atestado de conclusão do segundo ano ou quarto período será, entretanto, condição essencial para a sua aceitação no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.

Art. 6º. O Exame Vestibular será realizado em duas fases. As provas vestibulares iniciais serão realizadas na Capital Federal, na sede do Instituto Rio-Branco e em centros regionais, nas capitais de vários Estados da União; as provas vestibulares finais se efetuarão na cidade-sede do Instituto Rio-Branco.

Parágrafo único. Por decisão do Ministro de Estado o Exame Vestibular poderá ser realizado integralmente em centros regionais, fora da cidade-sede do Instituto.

Art. 7º. Os candidatos aprovados nas provas vestibulares iniciais serão submetidos a exames de sanidade e capacidade física e mental, bem como a entrevistas para verificar suas características pessoais, que devem ser adequadas à Carreira de Diplomata.

§ 1º. Os exames de sanidade e capacidade física e mental ficarão a cargo de entidade oficial ou oficializada ou de junta médica de especialistas, à escolha do Diretor do Instituto.

§ 2º. A verificação de que trata este artigo será feita por uma comissão de três membros* designados pelo Diretor do Instituto, ouvido o Ministro de Estado das Relações Exteriores. A Comissão se louvará nos laudos dos exames de sanidade e capacidade física e mental, em elementos obtidos de autoridades oficiais e em entrevistas com os candidatos.

§ 3º. A Comissão emitirá, a respeito de cada candidato, parecer sobre sua aptidão para a carreira diplomática e sobre a conveniência de sua admissão às provas vestibulares finais.

§ 4º. Se a Comissão concluir pela inaptidão do candidato, o Diretor do Instituto submeterá o respectivo expediente, com o seu parecer, ao Ministro de Estado das Relações Exteriores. De igual forma procederá o Diretor nos casos em que discorde de conclusão favorável da Comissão. A decisão do Ministro de Estado será final.

§ 5º. Os candidatos considerados aptos ficarão habilitados a realizar as provas vestibulares finais.

*Seção III**Da Organização do Curso*

Art. 8º. O currículo do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata será fixado pelo Ministro de Estado por proposta do Diretor do Instituto e observará o caráter de nível superior do Curso.

Art. 9º. O Ministro de Estado, por proposta do Diretor do Instituto, fixará a duração do ano escolar, dos períodos letivos e das férias, bem como aprovará o planejamento anual do curso, a seriação das matérias e os respectivos programas.

(*) Nos termos da Portaria Ministerial nº 480, publicada no Diário Oficial de 20.10.1978, passou a ser composta de 5 (cinco) membros a Comissão a que se refere o § 2º do Artigo 7 do Regulamento Interno do Instituto Rio-Branco.

Seção IV
Do Regime Didático

Art. 10. Na execução dos programas, serão adotados como método de ensino, conforme o assunto, aulas de preleção, conferências, seminários, aulas e trabalhos práticos, pesquisas individuais e em grupo, exercícios, arguições e visitas a centros de interesse.

Parágrafo único. No caso das línguas, poderão ser adotadas formas especiais de ensino e utilizadas provas e exercícios de outras matérias para a aferição do aproveitamento.

Seção V
Do Regime de Provas

Art. 11. Para cada matéria, em cada ano letivo, haverá provas periódicas e uma prova final.

§ 1º As provas a que se refere este artigo poderão ter a forma de exames escritos ou orais, exercícios escolares, monografias e exposições sobre trabalhos de pesquisa.

§ 2º O número, os tipos e os pesos das provas de cada matéria serão fixados pelo Diretor do Instituto.

§ 3º A nota final de cada matéria será a média ponderada das provas de que trata este artigo.

Art. 12. A média global do ano letivo será a média aritmética das notas finais das matérias do referido ano.

Art. 13. A nota final do Curso será a média ponderada das médias globais do Exame Vestibular e de cada ano letivo, atribuindo-se peso 1 (um) à primeira e peso 2 (dois) à média global de cada ano.

Art. 14. Será promovido à série seguinte, ou ficará habilitado a receber o certificado de conclusão do Curso, o aluno que obtiver, no ano letivo, a média global mínima de 60 (sessenta) pontos e a nota final mínima de 50 (cinquenta) pontos em cada matéria.

Art. 15. Ao aluno que obtiver média global igual ou superior a 60 (sessenta) pontos, mas não houver logrado a nota final mínima em até duas matérias será facultado requerer exame de segunda época dessas matérias.

§ 1º No caso previsto neste artigo, a nota final da matéria passará a ser a média ponderada das provas de que trata o artigo 11 e da nota do exame de segunda época, com pesos respectivos iguais a 3 (três) e 2 (dois).

§ 2º A média global do ano letivo será a obtida em primeira época, não computado para esse efeito o resultado do exame de segunda época.

Art. 16. Será permitida a repetência ao aluno que:

- a) se bem aprovado em todas as matérias, não obtiver a média global mínima exigida no artigo 14;

- b) se encontre na situação prevista no artigo 15 e não haja obtido os pontos necessários no exame de segunda época;
- c) por motivo justo, haja excedido o número de faltas admissíveis fixado na forma do parágrafo primeiro do artigo 32.

Parágrafo único. A repetência será admitida uma só vez durante o Curso.

Seção VI
Dos Alunos

Art. 17. Os candidatos habilitados no Exame Vestibular serão matriculados no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.

§ 1º Os candidatos habilitados no Exame Vestibular que houverem contraído matrimônio após sua inscrição no referido exame deverão preencher todos os requisitos estabelecidos para os candidatos casados, nas Instruções que regulam aquele exame.

§ 2º Aos candidatos habilitados no Exame Vestibular, que não residam na Capital Federal, o Diretor do Instituto arbitrarará auxílio financeiro, a ser concedido para facilitar o seu deslocamento inicial até Brasília. Estes candidatos poderão também ser assistidos no transporte de sua bagagem pessoal até Brasília.

Art. 18. Aos alunos do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata aplica-se, no que couber, o disposto na legislação vigente para o casamento de Diplomata.

Art. 19. A permanência no Curso pressupõe que o aluno tenha características pessoais adequadas à Carreira de Diplomata. Em qualquer época, o Diretor do Instituto poderá determinar que o aluno seja novamente submetido à verificação de que trata o artigo 7º e seus parágrafos, na forma ali prescrita.

Parágrafo único. Verificada a inaptidão do aluno, sua matrícula será cancelada ou sofrerá trancamento, por um ou dois anos.

Art. 20. A permanência no Curso pressupõe procedimento pessoal irrepreensível, dentro e fora do Instituto, e conformidade com as disposições legais e as normas que regulam a vida escolar.

Art. 21. Em cada ano letivo a direção do Instituto e os professores emitirão apreciação sobre cada aluno no que se refere ao seu procedimento geral, interesse pelos estudos e aptidão para a carreira diplomática.

Art. 22. São aplicáveis aos alunos do Curso, por ato do Diretor do Instituto, penas de advertência, repreensão, suspensão e exclusão.

§ 1º Será excluído do Curso o aluno que incorrer em falta grave, a juízo do Diretor.

§ 2º Do ato de exclusão, caberá recurso ao Ministro de Estado.

Art. 23. Por ocasião da conclusão do Curso, o Instituto Rio-Branco remeterá à Divisão do Pessoal do Ministério das Relações Exteriores, para

fins de inclusão nos respectivos assentamentos individuais, um resumo da vida escolar de cada aluno, o qual conterà, *inter alia*;

- a) a nota final do Curso;
- b) os resultados do Exame Vestibular;
- c) as notas obtidas no decorrer dos anos letivos;
- d) as apreciações a que se refere o artigo 21.

Art. 24. Aos alunos que mais se distinguirem durante o Curso, será conferido o Prêmio Rio-Branco, bem como prêmios de viagem.

Parágrafo único. O primeiro colocado receberá medalha de ouro e o segundo medalha de prata.

Art. 25. O aluno do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata terá direito a uma bolsa de estudo, do primeiro dia do mês em que tiverem início as aulas do 1º Ano até a data em que concluir o Curso, em que dele for excluído ou desligado por cancelamento ou trancamento de matrícula.

Art. 26. Ao término do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, os alunos receberão auxílio equivalente ao montante de cinco bolsas de estudo a título de "auxílio enxoval"

Capítulo II

Do Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas

Art. 27. As normas gerais que regem o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas são as estabelecidas em instrumento próprio. O Diretor do Instituto divulgará, por Edital, normas complementares relativas a cada Curso.

Capítulo III

Do Curso de Altos Estudos

Art. 28. As normas gerais que regem o Curso de Altos Estudos são as estabelecidas em instrumento próprio. O Diretor do Instituto divulgará, por Edital, normas complementares relativas a cada Curso.

Capítulo IV

Dos Cursos de Aperfeiçoamento e Especialização dos Servidores do Ministério das Relações Exteriores

Art. 29. O Instituto Rio-Branco poderá organizar, em articulação com a Divisão do Pessoal, cursos de treinamento, aperfeiçoamento e especialização com vistas ao preparo para ascensão ou progressão de servidores do Ministério das Relações Exteriores não pertencentes à Carreira de Diplomata.

Art. 30. O Instituto poderá organizar ainda outros cursos e financiar programas de estudo a serem cumpridos por funcionários diplomáticos ou servidores administrativos do Ministério das Relações Exteriores em institui-

ções de ensino nacionais ou estrangeiras e com estas celebrar convênios, se necessário.

Art. 31. Os cursos e programas a que se referem os artigos 29 e 30 serão submetidos pelo Diretor do Instituto à aprovação do Ministro de Estado.

Capítulo V

Dos Cursos em Geral

Art. 32. Em qualquer curso, é obrigatória a frequência às aulas e conferências, bem como a participação em provas, seminários, trabalhos práticos, pesquisas, exercícios e visitas constantes da respectiva programação.

§ 1º. O Diretor do Instituto fixará, para cada ano, o número máximo de faltas toleráveis.

§ 2º. Excepcionalmente, o Diretor do Instituto, ouvidos o professor da matéria e o Coordenador de Ensino, poderá dispensar o aluno do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, à luz de sua formação universitária anterior, das exigências deste artigo mantida a obrigatoriedade de prestação da prova final para efeito de atribuição da nota da matéria. Em qualquer caso, não poderá haver dispensa de mais de duas matérias por período letivo.

§ 3º. Para atender a circunstâncias excepcionais, e mediante autorização do Ministro de Estado, o Diretor do Instituto poderá conceder o trancamento da matrícula de aluno, por período inferior a dois anos.

Art. 33. As notas serão graduadas de zero a cem, admitidas até duas decimais.

Art. 34. Ao aluno que concluir qualquer dos cursos será conferido um certificado.

Art. 35. No interesse da política externa brasileira, o Instituto Rio-Branco poderá receber alunos estrangeiros. O Ministro de Estado fixará as condições de participação desses alunos nos diferentes cursos.

Capítulo VI

Do Corpo Docente

Art. 36. O ensino será ministrado por professores, professores-assistentes e orientadores profissionais, designados em portaria pelo Diretor do Instituto, após aprovação dos seus nomes pelo Ministro de Estado.

§ 1º. Os professores e professores-assistentes poderão ser brasileiros ou estrangeiros, servidores públicos ou não.

§ 2º. Os orientadores profissionais serão funcionários da Carreira de Diplomata.

Art. 37. Aos professores e professores-assistentes caberá:

- a) elaborar, de acordo com o planejamento anual do curso, o programa da matéria, de sua regência, a ser submetido a aprovação do Diretor do Instituto pelo Coordenador de Ensino;

- b) dirigir o ensino da matéria e executar integralmente o programa aprovado;
- c) conferir notas de julgamento das provas e demais trabalhos escolares;
- d) tomar parte em reuniões do Corpo Docente ou, quando para isso designados, em comissões de exames ou estudos;
- e) apresentar ao Diretor do Instituto, no fim do ano letivo, relatório sobre as atividades relativas ao ensino da matéria a seu cargo;
- f) consagrar, sempre que necessário, e de acordo com programa fixado pelo Diretor do Instituto, além das aulas, determinado número de horas à orientação dos estudos e das pesquisas dos alunos;
- g) exercer as demais atribuições conferidas por instruções especiais do Diretor do Instituto.

Art. 38. O Diretor do Instituto fixará a remuneração atribuída aos professores, professores-assistentes e orientadores profissionais, por aula ou por tarefa.

§ 1º Para efeitos de remuneração, serão computados como aulas as reuniões do Corpo Docente e as atividades a que se refere a letra "f" do artigo 37.

§ 2º A remuneração pelos serviços prestados em comissões de exames ou de estudos será fixada pelo Diretor do Instituto.

Art. 39. Para o cumprimento das suas atividades docentes, o Instituto Rio-Branco poderá estabelecer convênios com outras instituições de ensino, observado, no que toca aos professores, o disposto nos artigos 36 e 37.

Art. 40. O Diretor do Instituto determinará a remuneração a ser atribuída a conferencistas.

Título III

Do Concurso de Provas para a Carreira de Diplomata

Art. 41. O Ministro de Estado poderá determinar a realização de Concurso de Provas para Ingresso na Carreira de Diplomata, no interesse do Ministério das Relações Exteriores.

Parágrafo único. Os requisitos de inscrição para o Concurso não serão inferiores aos estabelecidos no artigo 5º para o Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.

Art. 42. O Concurso de Provas será realizado em duas fases: as provas iniciais serão realizadas na Capital Federal, na sede do Instituto Rio-Branco e em centros regionais nas capitais de vários Estados da União; as provas finais se efetuarão na cidade-sede do Instituto Rio-Branco.

Parágrafo único. Por decisão do Ministro de Estado o Concurso de Provas poderá ser realizado integralmente em centros regionais, fora da cidade-sede do Instituto.

Art. 43. Os candidatos aprovados nas provas iniciais serão submetidos a exames de sanidade e capacidade física e mental, bem como a entrevistas para verificar suas características pessoais, que devem ser adequadas à Carreira de Diplomata, na forma do artigo 7º e parágrafos.

Título IV Das Pesquisas

Art. 44. O Instituto Rio-Branco poderá realizar pesquisas relacionadas com as suas finalidades.

Art. 45. Para a realização de pesquisas, o Instituto Rio-Branco poderá contratar serviços de terceiros.

Disposição Final

Art. 46. Este regulamento entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EDITAL

(publicado no Diário Oficial de 16.1.78)

O Diretor do Instituto Rio-Branco faz público que estarão abertas, do dia 12 de junho a 31 de julho de 1978, na sede do Instituto, no Ministério das Relações Exteriores, em Brasília, e nos Centros Regionais de Inscrição, em Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre, as inscrições do Concurso de Provas para Ingresso na Carreira de Diplomata, o qual obedecerá às instruções e aos programas aprovados pela Portaria Ministerial nº 472 de 11 de janeiro de 1978, que acompanham o presente Edital.

2. É fixado em 30 (trinta) o número de vagas, e os candidatos aprovados serão nomeados para o cargo inicial da Carreira de Diplomata, na ordem da classificação final.

Brasília, em 11 de janeiro de 1978.

a) Sérgio Guarischi Bath

PORTARIA Nº 476 DE 31 DE MAIO DE 1978

(publicada no Diário Oficial de 7.6.78)

O Ministro de Estado das Relações Exteriores, considerando o exposto no memorando IRBr/79, de 18 de abril de 1978,

Resolve:

I — estender o "Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva", criado em 1956, e que vem sendo concedido pelo Instituto Rio-Branco aos candidatos

classificados em primeiro e em segundo lugar no Exame Vestibular realizado anualmente para ingresso no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, aos candidatos aprovados, em primeiro e em segundo lugar, nos Concursos de Provas para acesso direto à Carreira de Diplomata.

II — O Prêmio consta de medalhas de prata e bronze, e será concedido também, retroativamente, aos funcionários ingressados por Concurso de Provas que obtiveram, no referido Concurso, aquela classificação.

a) **Antonio Francisco Azeredo da Silveira**

EDITAL

Publicado no Diário Oficial de 12.6.78)

O Diretor do Instituto Rio-Branco faz público que, na forma do Decreto nº 79.556, de 20 de abril de 1977, e das Portarias nºs 450 e 451, da mesma data, do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, estarão abertas no período de 1º de agosto a 15 de setembro de 1978 as matrículas para o Segundo Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (II CAD) e para o Segundo Curso de Altos Estudos (II CAE).

Segundo Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas

2. Poderão solicitar matrícula no II CAD, mediante preenchimento e apresentação do formulário apropriado, os Segundos Secretários lotados no Brasil ou no exterior, bem como os agregados. O formulário pode ser obtido na Secretaria do Instituto, e será distribuído às Repartições no exterior.

3. Dependendo do número de candidatos à matrícula, o Instituto poderá estabelecer um limite de vagas, com o propósito de formar turma de número razoável. Neste caso, a seleção dos candidatos ao II CAD far-se-á com base nos seguintes critérios, aplicados sucessivamente:

- i) inclusão no Quadro de Acesso;
- ii) ordem de antiguidade na Classe.

A lista dos candidatos matriculados será divulgada no dia 18 de setembro de 1978.

4. É a seguinte a relação das disciplinas do II CAD:

- i) Relações Internacionais
- ii) Organismos Internacionais
- iii) Administração Pública Federal
- iv) Economia Brasileira
- v) Comércio Exterior do Brasil
- vi) Sistema Brasileiro de Orçamento e Execução Financeira
- vii) Organização do MRE.

5. O Instituto fornecerá aos alunos textos básicos e, quando cabível, outro material informativo, sobre as disciplinas acima relacionadas, bem como orientação para seu estudo. Haverá exames escritos dessas matérias, previstos para setembro de 1979.

6. A aprovação no CAD será por conceito, não sendo divulgadas classificação ou notas. Os alunos que não forem aprovados poderão solicitar matrícula em curso posterior.

7. No caso dos Segundos Secretários lotados no exterior o exame será realizado em condições a serem determinadas na ocasião oportuna, com recurso ao envio de aplicadores, se for o caso.

8. Está prevista a abertura de matrículas para o III CAD a ter lugar, em princípio, em agosto e setembro de 1979.

Segundo Curso de Altos Estudos

9. Poderão solicitar matrícula no II CAE, mediante preenchimento e apresentação do formulário apropriado, os Conselheiros lotados no Brasil ou no exterior, inclusive agregados. O formulário poderá ser obtido na Secretaria do Instituto, e será distribuído às Repartições no exterior.

10. Dependendo do número de candidatos à matrícula o Instituto poderá estabelecer um limite de vagas, com o propósito de formar turma de número razoável. Neste caso, a seleção dos candidatos ao II CAE far-se-á com base nos seguintes critérios, aplicados sucessivamente:

- i) inclusão no Quadro de Acesso;
- ii) ordem de antiguidade na Classe.

A lista dos candidatos matriculados será divulgada no dia 18 de setembro de 1978.

11. É a seguinte a relação das disciplinas do II CAE:

- i) Relações Internacionais
- ii) Desenvolvimento Regional do Brasil
- iii) Desenvolvimento Social do Brasil
- iv) Organização política do Brasil
- v) Teoria e Problemas do Desenvolvimento Econômico
- vi) Alguns Problemas Contemporâneos do Direito Internacional.

12. Os alunos matriculados receberão textos básicos e material informativo adicional sobre as disciplinas acima relacionadas, as quais serão desenvolvidas no estágio previsto para a parte final do Curso. Os alunos receberão também, complementarmente, os textos básicos referentes às disciplinas que integram o II CAD.

13. Ao solicitar matrícula, o requerente deverá propor ao Diretor do Instituto o tema para um trabalho a ser preparado por escrito, fazendo constar da proposta o esquema estrutural, resumo, justificativa da escolha e informação sobre as dimensões previstas para o trabalho. Ao conceder a matrícula,

o Diretor do Instituto indicará, se for o caso, as alterações a serem obedecidas no seu preparo.

14. Até o último dia de setembro de 1979 serão recebidos pelo Instituto os trabalhos propostos, os quais serão submetidos à avaliação da Banca Examinadora a ser oportunamente constituída, em conformidade com o Artigo 4º da Portaria nº 451, do Ministro de Estado das Relações Exteriores. Essa avaliação será realizada no primeiro trimestre de 1980, devendo efetuar-se na mesma ocasião a defesa oral a que se refere o Artigo 4º daquela Portaria, bem como o estágio na Secretaria de Estado das Relações Exteriores, cujas características e duração serão anunciadas oportunamente.

15. A aprovação no CAE será por conceito, não sendo divulgadas classificação ou notas. Os alunos que não forem aprovados poderão solicitar matrícula em Curso posterior.

16. Fica prevista para meados de 1979 a abertura de matrículas para o III CAE.

Disposições Finais

17. Os alunos matriculados no II CAD e no II CAE deverão acompanhar o desenvolvimento das matérias que estudam, atualizando os textos básicos referentes às várias disciplinas — trabalho em que o Instituto procurará assistilos, especialmente quanto aos alunos lotados no exterior. A aferição do aproveitamento do estudo dessas disciplinas será feita à luz de tal atualização.

18. Para os fins previstos no Artigo 3º do Decreto nº 79.556, de 20 de abril de 1977, a data de instalação do Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas e do Curso de Altos Estudos foi estabelecida como sendo 15 de agosto de 1977 (cf. Edital do Diretor do Instituto Rio-Branco, de 20.4.1977, publicado no “Diário Oficial” de 2.5.1977). Nestas condições, decorridos cinco anos a partir da citada data, constituirá requisito para progressão funcional a Primeiro Secretário, e a Ministro de Segunda Classe, após 15 de agosto de 1982, ter o funcionário obtido aprovação no CAD e no CAE, respectivamente.

Brasília, em 9 de junho de 1978.

a) Sérgio Guarischi Bath

EDITAL

(publicado no Diário Oficial de 5.10.78)

O Diretor do Instituto Rio-Branco faz público que estarão abertas, de 2 de abril a 11 de maio de 1979, a) na sede do Instituto Rio-Branco, no Ministério das Relações Exteriores, em Brasília, e b) nos Centros Regionais de Inscrição do Instituto Rio-Branco em Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre,

as inscrições para o Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD), o qual obedecerá às instruções e aos programas aprovados pela Portaria Ministerial nº 479, de 02 de outubro de 1978, que acompanham o presente Edital.

2. É fixado em 40 (quarenta) o número de vagas no primeiro ano do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata no ano letivo de 1980, a serem providos pelos Candidatos aprovados no Exame Vestibular de 1979, os quais serão aproveitados de acordo com a ordem de classificação final.

Brasília, em 02 de outubro de 1978.

a) Sérgio Guarischi Bath

PORTARIA Nº 480, DE 17 DE OUTUBRO DE 1978 (publicada no Diário Oficial de 20.10.78)

O Ministro de Estado das Relações Exteriores, tendo em vista o que dispõe o Artigo 6º do Decreto nº 68.885, de 6 de julho de 1971, e em virtude da competência que lhe foi delegada *ex vi* do Decreto nº 75.350, de 4 de fevereiro de 1975, resolve

Alterar o § 2º do Artigo 7º do Regulamento do Instituto Rio-Branco, aprovado pela Portaria nº 473, de 11 de janeiro de 1978, publicada no “Diário Oficial” de 16 daquele mês, que passa a ter a seguinte redação:

“§ 2º A verificação de que trata este Artigo será feita por uma Comissão de cinco membros, designados pelo Diretor do Instituto, ouvido o Ministro de Estado das Relações Exteriores, assim composta: i) dois membros, com a categoria de Ministro de Segunda Classe ou de Conselheiro, indicados pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores e pelo Secretário-Geral, respectivamente; ii) o Chefe da Divisão do Pessoal, o Diretor da Divisão de Segurança e Informações e o Chefe da Secretaria do Instituto Rio-Branco. A Comissão se louvará nos laudos dos exames de sanidade e capacidade física e mental, em elementos obtidos de autoridades oficiais e em entrevistas com os candidatos”.

a) Antonio Francisco Azeredo da Silveira

PORTARIA Nº 483 DE 17 DE ABRIL DE 1979 (publicada no Diário Oficial de 20.4.79)

O Ministro de Estado das Relações Exteriores, tendo em vista o que dispõe os Arts. 27 e 28 do Regulamento do Instituto Rio-Branco, publicado no “Diário Oficial” de 16 de janeiro de 1978, bem como as Portarias nºs 450 e 451, de 20 de abril de 1977,

Resolve

I – alterar o Art. 2º, *caput*, do Título II da Portaria nº 450/1977, que passará a ter a seguinte redação:

“Art. 2º Poderão ser matriculados no CAD os Segundos Secretários lotados na Secretaria de Estado das Relações Exteriores ou no exterior, bem como os agregados – executados aqueles cuja agregação decorrer de licença para tratamento de saúde”.

II – alterar o Art. 2º, *caput*, do Título II da Portaria nº 451/1977, que passará a ter a seguinte redação:

“Art. 2º Poderão ser matriculados no CAE os Conselheiros na Secretaria de Estado das Relações Exteriores ou no exterior, bem como os agregados – excetuados aqueles cuja agregação decorrer de licença para tratamento de saúde”.

a) Ramiro Saraiva Guerreiro

EDITAL

(publicado no Diário Oficial de 20.4.82)

O Diretor do Instituto Rio-Branco faz público que, na forma do Decreto nº 79.556, de 20 de abril de 1977, e das Portarias nºs 450 e 451, da mesma data, do Ministro de Estado das Relações Exteriores, alteradas pela Portaria nº 483, de 17 de abril de 1979, estarão abertas no período de 1º de junho a 13 de julho de 1979 as matrículas para o Terceiro Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (III CAD) e para o Terceiro Curso de Altos Estudos (III CAE).

Terceiro Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas

2. Poderão solicitar matrícula no III CAD, mediante preenchimento e apresentação do formulário apropriado, os Segundos Secretários lotados no Brasil ou no exterior. O formulário pode ser obtido na Secretaria do Instituto, e será distribuído às Repartições no exterior.

3. Dependendo do número de candidatos à matrícula, o Instituto poderá estabelecer um limite de vagas, com o objetivo de formar turma de dimensão razoável. Nesta hipótese, a seleção dos candidatos far-se-á com base nos seguintes critérios, aplicados sucessivamente:

- i) estar vinculado no Quadro de Acesso;
- ii) ordem de antigüidade na Classe.

A lista dos candidatos matriculados será divulgada até o final de julho de 1979.

4. É a seguinte a relação das disciplinas do III CAD:

- i) Relações Internacionais
- ii) Organismos Internacionais
- iii) Administração Pública Federal
- iv) Economia Brasileira
- v) Comércio Exterior do Brasil
- vi) Sistema Brasileiro de Orçamento e Execução Financeira
- vii) Organização do MRE.

5. O Instituto fornecerá aos alunos textos básicos e, quando cabível, outro material informativo sobre as disciplinas acima relacionadas, bem como orientação para o seu estudo. Haverá exame escrito dessas matérias, previsto para o período de agosto a setembro de 1979.

6. A aprovação no CAD será por conceito, não sendo divulgadas classificação ou notas. Os alunos que não forem aprovados poderão solicitar matrícula em curso posterior.

7. Está prevista a abertura de matrículas para o IV CAD a ter lugar, em princípio, entre julho e setembro de 1980.

Terceiro Curso de Altos Estudos

8. Poderão solicitar matrícula no III CAE, mediante preenchimento e apresentação do formulário apropriado, os Conselheiros lotados no Brasil ou no exterior. O formulário poderá ser obtido na Secretaria do Instituto, e será distribuído às Repartições no exterior.

9. Dependendo do número de candidatos à matrícula o Instituto poderá estabelecer um limite de vagas, com o propósito de formar turma de dimensão razoável. Neste caso, a seleção dos candidatos far-se-á com base nos seguintes critérios, aplicados sucessivamente:

- i) estar incluído no Quadro de Acesso;
- ii) ordem de antigüidade na Classe.

A lista dos candidatos matriculados será divulgada até o final de julho de 1979.

10. É a seguinte a relação das disciplinas do III CAE:

- i) Relações Internacionais
- ii) Desenvolvimento Regional do Brasil
- iii) Desenvolvimento Social do Brasil
- iv) Organização Política do Brasil
- v) Teoria e Problemas do Desenvolvimento Econômico
- vi) Alguns Problemas Contemporâneos do Direito Internacional.

11. Os alunos matriculados receberão textos básicos e material informativo adicional sobre as disciplinas acima relacionadas. Complementarmente, receberão também os textos básicos referentes às disciplinas que integram o III CAD.

12. Ao requerer matrícula, o candidato deverá propor ao Diretor do Instituto o tema para um trabalho a ser preparado por escrito, fazendo constar da sua proposta o esquema estrutural, justificativa da escolha e informação sobre as dimensões previstas para o trabalho. Ao conceder a matrícula, o Diretor do Instituto indicará, se for o caso, as alterações a serem obedecidas no seu preparo.

13. Até o último dia de novembro de 1980 serão recebidos pelo Instituto os trabalhos propostos, os quais serão submetidos à avaliação de Banca Examinadora a ser oportunamente constituída, em conformidade com o Artigo 4º da Portaria nº 451, do Ministro de Estado das Relações Exteriores. No primeiro trimestre de 1981 será feita a avaliação em apreço, bem como, sucessivamente, a defesa oral a que se refere o Artigo 4º da Portaria mencionada e o estágio na Secretaria de Estado das Relações Exteriores, cujas características serão anunciadas oportunamente.

14. Ao avaliar os trabalhos, a Banca Examinadora terá a faculdade de não tomar conhecimento daqueles que não revelem as qualidades mínimas indispensáveis; nesta hipótese, os respectivos alunos serão desligados do Curso.

15. A aprovação no CAE será por conceito, não havendo classificação ou notas. Os alunos que não forem aproveitados poderão solicitar matrícula em Curso posterior.

16. Fica prevista para meados de 1980 a abertura de matrículas para o IV CAE.

Disposições Finais

17. Os alunos matriculados no III CAD e no III CAE deverão acompanhar o desenvolvimento das disciplinas que os compõem, atualizando os textos básicos a elas referentes. A aferição do aproveitamento do estudo dessas matérias será feita à luz de tal atualização.

18. Para os fins previstos no Artigo 3º do Decreto nº 79.556, de 20 de abril de 1977, a data de instalação do Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas e do Curso de Altos Estudos foi estabelecida como sendo 15 de agosto de 1977 (cf. Edital do Diretor do Instituto Rio-Branco, de 20.4.1977, publicado no "Diário Oficial" de 02.5.1977). Nestas condições, decorridos cinco anos a partir daquela data, constituirá requisito para progressão funcional a Primeiro Secretário, e a Ministro de Segunda Classe (após 15 de agosto de 1982), haver o funcionário obtido aprovação no CAD e no CAE, respectivamente.

Brasília, em 17 de abril de 1979.

a) Sérgio Guarischi Bath

EDITAL

(publicado no Diário Oficial de 16.5.80)

O Diretor do Instituto Rio-Branco faz público que, na forma do Decre-

to nº 79.556, de 20 de abril de 1977, e das Portarias nºs 450 e 451, da mesma data, do Ministro de Estado das Relações Exteriores, alteradas pela Portaria nº 483, de 17 de abril de 1979, estarão abertas no período de 1º a 31 de julho de 1980 as matrículas para o Quarto Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (IV CAD) e o Quarto Curso de Altos Estudos (IV CAE).

Quarto Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas

2. Poderão solicitar matrícula no IV CAD, mediante preenchimento e apresentação do formulário apropriado, os Segundos Secretários lotados no Brasil ou no exterior. O formulário pode ser obtido na Secretaria do Instituto, e será distribuído às Repartições no exterior.

3. Dependendo do número de candidatos à matrícula, o Instituto poderá estabelecer um limite de vagas, com o objetivo de formar turma de dimensão razoável. Nesta hipótese, a seleção dos candidatos far-se-á com base nos seguintes critérios, aplicados sucessivamente:

- i) presença no Quadro de Acesso;
- ii) ordem de antiguidade na Classe.

A lista dos candidatos matriculados será divulgada até o final de agosto de 1980.

4. É a seguinte a relação das disciplinas do IV CAD:

- i) Relações Internacionais
- ii) Organismos Internacionais
- iii) Administração Pública Federal
- iv) Economia Brasileira
- v) Comércio Exterior do Brasil
- vi) Sistema Brasileiro de Orçamento e Execução Financeira.

5. O Instituto fornecerá aos alunos textos básicos e, quando cabível, outro material informativo sobre as disciplinas acima relacionadas. Haverá exame escrito dessas matérias, previsto para o período de julho a setembro de 1981.

6. A aprovação no CAD será por conceito, não sendo divulgadas classificação ou notas. Os alunos que não forem aprovados poderão solicitar matrícula em curso posterior.

7. Está prevista a abertura de matrícula para o V CAD, em princípio, para o período entre maio e agosto de 1981.

Quarto Curso de Altos Estudos

8. Poderão solicitar matrícula no IV CAE, mediante preenchimento e apresentação do formulário apropriado, os Conselheiros lotados no Brasil ou no exterior. O formulário poderá ser obtido na Secretaria do Instituto, e será distribuído às Repartições no exterior.

9. Dependendo do número de candidatas à matrícula, o Instituto poderá estabelecer um limite de vagas, com o propósito de formar turma de dimensão razoável. Neste caso, a seleção dos candidatos far-se-á com base nos seguintes critérios, aplicados sucessivamente:

- i) presença no Quadro de Acesso;
- ii) ordem de antiguidade na Classe.

A lista dos candidatos matriculados será divulgada até o final de agosto de 1980.

10. É a seguinte a relação das disciplinas do IV CAE:

- i) Relações Internacionais
- ii) Desenvolvimento Regional do Brasil
- iii) Desenvolvimento Social do Brasil
- iv) Teoria e Problemas do Desenvolvimento Econômico
- v) Alguns Problemas Contemporâneos do Direito Internacional.

11. Os alunos matriculados receberão textos básicos e material informativo adicional sobre as disciplinas acima relacionadas.

12. Ao requerer matrícula, o candidato deverá propor ao Diretor do Instituto o tema para um trabalho a ser preparado por escrito, fazendo constar da sua proposta o esquema estrutural, justificativa da escolha e informação sobre as dimensões previstas. Ao conceder a matrícula, o Diretor do Instituto indicará as normas a serem seguidas no preparo do texto, bem como, se for o caso, as alterações a serem obedecidas na formulação do tema.

13. Até o último dia de novembro de 1981 serão recebidos pelo Instituto os trabalhos propostos, os quais serão submetidos à avaliação de Banca Examinadora a ser oportunamente constituída, em conformidade com o Artigo 4º da Portaria nº 451/1977, do Ministro de Estado das Relações Exteriores. No primeiro semestre de 1982 será feita a avaliação em apreço, bem como, sucessivamente, a defesa oral a que se refere o Artigo 4º mencionado e o estágio na Secretaria de Estado das Relações Exteriores, cujas características serão anunciadas no momento oportuno.

14. Ao avaliar os trabalhos, a Banca Examinadora terá a faculdade de não tomar conhecimento daqueles que não revelem as qualidades mínimas indispensáveis; nesta hipótese, seus autores serão desligados do Curso.

15. A aprovação no CAE será por conceito, não havendo classificação ou notas. Os alunos que não forem aproveitados poderão solicitar matrícula em Curso posterior.

16. Fica prevista para meados de 1981 a abertura de matrículas para o V CAE.

Disposições Gerais

17. Os alunos matriculados no IV CAD e no IV CAE deverão acompanhar o desenvolvimento das disciplinas que os compõem, mantendo atualiza-

dos os textos básicos a elas referentes, durante o desenrolar do Curso. A aferição do aproveitamento do estudo dessas matérias será feita à luz de tal atualização.

18. Para os fins previstos no Artigo 3º do Decreto nº 79.556, de 20 de abril de 1977, a data de instalação do Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas e do Curso de Altos Estudos é a de 15 de agosto de 1977 (cf. Edital do Diretor do Instituto Rio-Branco, de 20-4-1977, publicado no "Diário Oficial" de 2-5-1977). Nestas condições, decorridos cinco anos a partir daquela data (isto é, após 15 de agosto de 1982), constituirá requisito para progressão funcional a Primeiro Secretário, e a Ministro de Segunda Classe, haver o funcionário obtido aprovação no CAD e no CAE, respectivamente.

Brasília, em 09 de maio de 1980.

a) Sérgio Guarischi Bath

EDITAL

(publicado no Diário Oficial de 25.9.79)

O Diretor do Instituto Rio-Branco faz público que estarão abertas, de 07 de abril a 09 de maio de 1980, a) na sede do Instituto Rio-Branco, no Ministério das Relações Exteriores, em Brasília, e b) nos Centros Regionais de Inscrição do Instituto Rio-Branco em Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre, as inscrições para o Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD), o qual obedecerá às instruções e aos programas aprovados pela Portaria Ministerial nº 486 de 18 de setembro de 1979, que acompanham o presente Edital.

2. É fixado em 40 (quarenta) o número de vagas no primeiro ano do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata no ano letivo de 1981, a serem providos pelos candidatos aprovados no Exame Vestibular de 1980, os quais serão aproveitados de acordo com a ordem de classificação final.

Brasília, em 18 de setembro de 1979.

a) Sérgio Guarischi Bath

EDITAL

(publicado no Diário Oficial de 23.10.80)

O Diretor do Instituto Rio-Branco faz público que estarão abertas, de 09 de abril a 11 de maio de 1981, a) na sede do Instituto Rio-Branco, no Ministério das Relações Exteriores, em Brasília, e b) nos Centros Regionais de Inscrição do Instituto Rio-Branco em Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre,

as inscrições para o Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD), o qual obedecerá às instruções e aos programas aprovados pela Portaria Ministerial nº 493 de 20 de outubro de 1980, que acompanham o presente Edital.

2. É fixado em 40 (quarenta) o número de vagas no primeiro ano do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata no ano letivo de 1982, a serem providos pelos candidatos aprovados no Exame Vestibular de 1981, os quais serão aproveitados de acordo com a ordem de classificação final.

Brasília, em 20 de outubro de 1980.

a) Sérgio Guarischi Bath

PORTARIA Nº 493 DE 20 DE OUTUBRO DE 1980
(publicada no Diário Oficial de 23.10.80)

O Ministro de Estado das Relações Exteriores, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 71.534 de 12 de dezembro de 1972, e considerando o disposto no Artigo 15 do mesmo decreto,

Resolve:

Aprovar as instruções e programas do Exame Vestibular para o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD) do Instituto Rio-Branco, a ser realizado em 1981.

O Diretor do Instituto Rio-Branco divulgará, por Edital, as instruções e programas em apreço, bem como os atos complementares que se fizerem necessários.

Brasília, em 20 de outubro de 1980.

a) Ramiro Saraiva Guerreiro

PROFESSORES DO IRBr em 1978, 1979 e 1980

ALEIXO, José Carlos Brandi

Doutor (PH.D.) em Ciência Política por "Georgetown University", Washington, D.C. (1963–1968); Diploma registrado na Universidade Federal de Minas Gerais em 3-7-1970; Licenciatura em Teologia pela Universidade Pontifícia de Comillas, Santander, Espanha (1958–1962); Licenciatura em Letras Clássicas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1953–1957); Licenciatura em Filosofia pela Faculdade de Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro (1953–1955); Diploma do Curso Superior de Guerra da Escola Superior de Guerra (1975).

Membro da PI SIGMA ALPHA "The National Political Science Honor Society" dos Estados Unidos da América do Norte; Membro Titular do Instituto Brasileiro de Filosofia; Membro da Sociedade Brasileira de Filósofos Católicos; Membro da "International Political Science Association"; Membro da "Latin American Studies Association"; Membro da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

Congressos da IPSA (1976 e 1979); Seminários do Programa de Estudos das Relações Internacionais Latino-Americanas (1979, 1980).

Matérias lecionadas na Universidade de Brasília no período de 1969 a 1980: graduação: Introdução à Ciência Política, Teoria Política I, Teoria Política II, Relações Interamericanas, Relações Internacionais, Política Latino-Americana, Política Externa Brasileira; pós-graduação: Relações Internacionais, Organizações Diplomáticas Internacionais, Organizações e Relações Interamericanas.

Ex-Chefe do Departamento de Política (1969); Ex-Chefe do Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais (1976–1978); Coordenador do Curso de Especialização sobre "Relações Internacionais na América Latina".

Principais trabalhos publicados – "The Catholic Church and Elections" 1969; "A Integração Latino-Americana. Considerações Políticas e Históricas sobre suas Bases, Processo e Significado, 1970"; "A Política Demográfica do Brasil" (Revista de Ciência Política 1974); "Migrações Internacionais de Pessoal Qualificado" (Revista Brasileira de Estudos Políticos 1974); "Pedro Aleixo. Testemunhos e Lições" (1976); "O Conflito El Salvador-Honduras e a Integração Centro-Americana" (Revista de Ciência Política, 1977); "Democracia Representativa" (Revista de Informação Legislativa 1977); A Complexa Natureza das Relações Internacionais" (Jornal de Brasília 1979).

ALMEIDA, Miguel Álvaro Ozório

Bacharel em Direito, FND-UB/RJ.

Cônsul de Terceira Classe, 1942; Cônsul de Segunda Classe, 1945; Primeiro Secretário, 1953; Ministro de Segunda Classe, 1960; Ministro de Primeira Classe, 1969.

À disposição do Gabinete do Ministro de Estado, 1951; Chefe do Setor de Política Monetária e Fiscal, 1953; Assessor Especial do Ministro de Estado, 1969/74; Chefe da Assessoria de Ciência e Tecnologia do Gabinete do Ministro de Estado, 1979/80.

Miami, Vice-Cônsul, 1945; Miami, Cônsul-Adjunto, 1945/47; Miami, Encarregado do Consulado, 1946; Nova York, ONU, Segundo Secretário, 1947/51; Nova York, ONU, Encarregado de Negócios, 1948; Londres, Primeiro Secretário, 1954/56; Nova York, ONU, Primeiro Secretário, 1956/57; Nova York, Cônsul-Adjunto, 1957; Washington, Primeiro Secretário, 1957/58; Washington, Ministro-Conselheiro, 1961/63; Washington, Encarregado de Negócios, 1962; Moscou, Ministro-Conselheiro, 1963/65; Moscou, Encarregado de Negócios, 1963 e 1964; Montreal, Cônsul-Geral, 1965/67; Hong-Kong, Cônsul-Geral, 1967/69; Camberra, Embaixador, 1975/78.

ANTERO, Pedro Henrique Chaves

Curso de Filosofia, Seminário Arquidiocesano de Fortaleza, 1961; Licenciado em Filosofia, Faculdade de Filosofia da Universidade Católica de Paris, 1969; Licenciado em Teologia, Pontificia Università Gregoriana di Roma, 1966.

Pós-Graduação: Universitat Munchen, Faculdade de Filosofia (Ciências Políticas), 1968; Certificat d'Etudes Politiques, Université de Paris, 1969; Diplôme d'Administration Publique, Institut International d'Administration Publique, Section Economique Financière, Paris, 1970; Diplôme d'Etudes Supérieures et de Recherches en Droit, Faculdade de Direito e Ciências Econômicas da Universidade Católica de Paris, 1970; Diploma de Sociologia Política, Ecole Pratique des Hautes Etudes, Sorbonne, 1973.

Chefe do Departamento de Projetos Específicos do Grupo Tarefa Interministerial, Projeto Piauí, 1972; Coordenador do Setor Técnico do Grupo Tarefa Interministerial, Projeto Piauí, 1972; Coordenador Executivo do Projeto Rondon, Piauí, 1972-1973; Professor da Fundação Universidade Federal do Piauí, 1972; Assessor Especial de Planejamento da

Coordenação Geral do Projeto Rondon, Brasília, 1973; Diretor da Unidade de Planejamento e Orçamento da Coordenação Geral do Projeto Rondon, Brasília, 1973, 1974; Professor da Faculdade Católica de Ciências Humanas de Brasília, cursos de Administração e Economia, 1974; Assessor do Secretário Geral do Ministério da Justiça, 1974; Assessor do Ministro da Justiça, 1977-1980.

BIATO, Oswaldo

Licenciado em Letras Neolatinas, FF-UB/RJ; Curso de Literatura Clássica e Contemporânea, FL, Universidade de Paris; Curso Especial de Administração Pública, Escola Brasileira de Administração Pública, FGV; Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, IRBr; Curso de Promoção Comercial, OEA, Bruxelas.

Cônsul de Terceira Classe, 1954; Segundo Secretário, 1961; Primeiro Secretário, 1966; Conselheiro, 1973; Ministro de Segunda Classe, 1978.

Chefe da Divisão de Atos Internacionais, 1972; Chefe da Divisão de Cooperação Intelectual, 1973; Assessor do Diretor do IRBr, 1977/78; Coordenador de Ensino do IRBr, 1978/80; Chefe da Secretaria do IRBr, 1978/1980;

Buenos Aires, Vice-Cônsul, 1956/59; Pretória, Terceiro Secretário, 1959/61; Capetown, Encarregado do Consulado-Geral, 1959; Pretória, Segundo Secretário, 1961/62; Pretória, Encarregado de Negócios, 1960, 1961 e 1962; Washington, Segundo Secretário, 1965/66; Washington, Primeiro Secretário, 1966/69; Haia, Primeiro Secretário, 1969/71; Haia, Encarregado de Negócios, 1969 e 1970; Camberra, Conselheiro, 1973/77; Chefe do Setor de Promoção Comercial, 1973/77; Camberra, Encarregado dos Serviços Consulares, 1973/74; Camberra, Encarregado de Negócios, 1974, 1975 e 1976; Kingston, Encarregado de Negócios, 1979; Dar es Salaam, Encarregado de Negócios, 1980.

BUARQUE, Cristovam Ricardo Cavalcanti

Curso de Engenharia Mecânica e Industrial, Universidade Federal de Pernambuco, 1962 a 1964; Curso de Ciências Econômicas, Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Pernambuco, 1970 a 1973; Economia do Desenvolvimento - 3º Ciclo - "Ecole Pratique des Hautes Etudes, Sorbonne" - 1970 a 1973; Desenvolvimento Econômico - Seminário para líderes universitários latino-americanos, Harvard University, julho de 1964; Projetos Econômicos - Curso de Preparação e Análise de Projetos, OEA, julho de 1966.

Professor Titular de Economia Internacional, Universidade Federal de Pernambuco, 1967 a 1970; Instrutor de Cursos para técnicos de nível superior do Nordeste (Projetos, Introdução à Economia e Planejamento), da SUDENE, 1967 a 1970; Professor-Assistente de Economia Internacional, Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Pernambuco, 1968; Professor-Assistente de Macroeconomia, Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Pernambuco, 1968; Diretor e Professor de Cursos de Preparação e Análise de Projetos em Quito, Tegucigalpa e La Paz – BID (Banco Interamericano do Desenvolvimento) – 1973 e 1974; Conferencista convidado sobre Análise Social de Projetos, Universidades Nacionais de Santo Domingo e de Honduras, 1974; Professor de Avaliação Social de Projetos em Buenos Aires – ONUDI (Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial) – 1975; Professor de Avaliação Social de Projetos em Santa Fé, Argentina, Banco Mundial, 1976; Conferencista convidado sobre a Crise do Pensamento Econômico Atual: American University, 1977; Professor-Adjunto de Projetos (Benefit-Cost Analysis) da American University 1º semestre de 1978; Professor do Curso de Mestrado de Projetos – CEDEPLAR – Universidade de Minas Gerais, junho de 1979; Professor Colaborador IV–DE, Universidade de Brasília, 1979.

Economista Senior, Divisão de Análise de Projetos Industriais de Turismo, Pesca e Mineração – BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) maio de 1975 a março de 1979; Professor responsável pelos aspectos técnicos e didáticos “workshop” sobre Preparação e Análise de Projetos, realizado em Buenos Aires para profissionais do Brasil, Uruguai, Argentina, Chile e Paraguai – ONUDI (Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento) – 1975; Consultor do BID, fevereiro de 1973 a abril de 1975; Assessor do Presidente do CID (Centre International pour le Développement), 1972; Diretor Encarregado de Projetos Industriais da CONSPLAN (Consultoria do Planejamento), 1967 a 1970.

Membro Efetivo do Conselho Universitário da Universidade Católica de Pernambuco; Representante do Corpo Docente da Faculdade de Ciências Econômicas (1969 e 1970); Participou do Seminário sobre Recursos Humanos na América Latina, Fundacion CREOLA (Caracas), CID (Paris), UCLA (Califórnia) em 1972; Membro das Associações: American Economic Association; SID – Society for International Development, como membro do Conselho Diretor do “Capítulo” de Washington; e da World Future Society.

Autor de várias publicações no Brasil e no exterior.

CARVALHO, Carlos Eduardo Paes

Bacharel em Ciências Econômicas, FNE; Curso de Prática Diplomática e Consular, IRBr; Mestre em Economia, George Washington University.

Terceiro Secretário, 1967; Segundo Secretário, 1969; Primeiro Secretário, 1974; Conselheiro, 1978.

Assistente do Chefe da Divisão da ALALC, 1967/69; Oficial de Gabinete do Ministro de Estado, 1974; Assessor do Ministro de Estado, 1975/79.

Washington, Segundo Secretário, 1970/72; Buenos Aires, Segundo Secretário, 1973/74; Genebra, Delegação Permanente, Conselheiro, 1979/80.

CARVALHO, Lívio William Reis

Bacharel em Economia, UnB, 1968; Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas, RJ, 1971; Rice University, Houston, 1974; *Master of Arts*, Cornell University, Ithaca, New York, 1975; PhD, Cornell University, Ithaca, New York, 1976.

Bolsista da Fundação Getúlio Vargas, 1970/71; bolsista do Conselho Nacional de Pesquisa, 1971; bolsista da United States Agency for International Development, 1973/77; bolsista da Fundação Ford, 1973/76; economista estagiário da Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste, 1968/69.

Professor Colaborador, Universidade de Brasília, 1972/77; Teaching Assistant, Cornell University, Ithaca, N.Y., 1975; Professor Adjunto, Universidade de Brasília, 1978/80; Coordenador-Adjunto do Curso de Pós-Graduação em Economia (Mestrado) da UnB, 1977; Coordenador do Curso de Pós-Graduação em Economia (Mestrado) da UnB, 1978; Chefe do Departamento de Economia da UnB, 1978/80; Membro do Conselho Departamental do Instituto de Ciências Humanas da UnB, 1978/80; Membro da Congregação de Carreira dos cursos de Graduação do Instituto de Ciências Humanas da UnB, 1978/80; Membro da Congregação de Carreira dos cursos de Pós-Graduação do Instituto de Ciências Humanas da UnB, 1978/80; Membro da Comissão do Departamento de Economia da UnB, 1978.

LXXXV e LXXXVI Congressos da American Economic Association, New York, 1973 e 1974; I Semana do Brasil, Cornell University, 1975; Instituto de Verão sobre Transferências de Tecnologia para Países Subdesenvolvidos, Cornell University, 1976; ciclo de conferências "A Economia e o Economista", Faculdade Católica de Brasília, 1977; V Encontro Nacional de Economia, Associação Nacional de Centros de Pós-Graduação em Economia - ANPEC, Rio, 1977 (debatedor); VI Encontro Nacional de Economia, ANPEC, Gramado, 1978 (coordenador);

Trabalhos publicados: "Princípios e Aplicação da Política Salarial Pós-1963", Brasília, UnB, 1973; "Políticas Salariais Pós-1930", Jornal do Brasil, 1973; "Política Salarial Tem Falhas", O Estado de São Paulo, 1973; "Comparative Performance of Domestic and Foreign Firms in Latin America", Ithaca, N.Y., Cornell University, 1977; "Uma Aplicação do Método Estrutural-Diferencial para Análise do Desenvolvimento do Centro-Oeste", UnB, 1978.

CORREA, Luiz Felipe de Seixas

Bacharel em Direito, Faculdade de Direito Cândido Mendes, UEG; Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, IRBr.

Terceiro Secretário, 1967; Segundo Secretário, 1969; Primeiro Secretário, 1975; Conselheiro, 1979.

Assistente do Chefe da Divisão da América Meridional I, 1967/68; Assistente do Chefe da Divisão da Amazônia, 1969; Assessor do Chefe do Departamento de Organismos Internacionais, 1977/78; Assessor do Chefe do Departamento da Ásia, África e Oceania, 1978/79.

Bonn, Segundo Secretário, 1970/71; Nova York, ONU, Segundo Secretário, 1971/73; Buenos Aires, Segundo Secretário, 1974; Buenos Aires, Primeiro Secretário, 1975/76; Washington, Conselheiro, 1979/80.

Prêmio Rio Branco e Medalha de Vermeil, CPCD, IRBr.

DIAS, Márcio Paulo de Oliveira

Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, IRBr.

Terceiro Secretário, 1963; Segundo Secretário, 1966; Primeiro Secretário, 1973; Conselheiro, 1977; Ministro de Segunda Classe, 1979.

Assistente do Chefe da Divisão da América Meridional II, 1975; Chefe, substituto, da Divisão de Sistematização da Informação, 1976; Chefe da Coordenadoria Técnica do Departamento de Comunicações e Documentação, 1976/79.

Nova York, Vice-Cônsul, 1966; Nova York, Cônsul-Adjunto, 1967/69; Nova York, Chefe do SECOM, 1967/69; Sydney, Cônsul, 1969/71; Estocolmo, Segundo Secretário, 1971/72; Estocolmo, Encarregado de Negócios, 1972; Argel, Primeiro Secretário, 1973/75; Argel, Encarregado de Negócios, 1973, 1974 e 1975; Kingston, Encarregado de Negócios, 1978.

FERREIRA, Roberto Wanderley de Souza

Bacharel em Direito pela AEUDF/Brasília; Formação em Língua Estrangeira (Russo).

Tradutor de Russo, São Paulo/SP; Professor de Idiomas, Presidência da República, desde 1976; Professor de Russo no CPCD, Instituto Rio Branco, desde 1978; Intérprete na VI Reunião da Comissão Mista de Comércio Brasileiro-Soviética, em outubro de 1979; Intérprete do Presidente da Câmara dos Deputados por ocasião da visita da Delegação Parlamentar Soviética a Brasília, abril de 1980.

FONSECA Junior, Gelson

Bacharel em Direito, Faculdade de Direito, UEG; Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, IRBr.

Terceiro Secretário, 1970; Segundo Secretário, 1973; Primeiro Secretário, 1977; Conselheiro, 1980.

Auxiliar do Chefe da Divisão da Organização dos Estados Americanos, 1970/73; Assistente do Chefe do Departamento de Organismos Regionais Americanos, 1973; Assistente do Chefe da Divisão da África II, 1976/77; Assessor do Ministro de Estado, 1977/80. Washington, Segundo Secretário, 1973/76.

GUIMARÃES, Renato Prado

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, FD/USP; Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, IRBr.

Terceiro Secretário, 1964; Segundo Secretário, 1966; Primeiro Secretário, 1973; Conselheiro, 1976; Ministro de Segunda Classe, 1979.

Assistente do Secretário-Geral-Adjunto para Assuntos na Europa Ocidental, África e Oriente Próximo, 1964/66; Oficial de Gabinete do Ministro de Estado, 1966; Assistente do Chefe da Divisão de Programas para Promoção Comercial, 1973; Encarregado da Divisão de Programas de Promoção Comercial, 1973/76; Chefe da Divisão de Programas de Promoção Comercial, 1976/79.

Bruxelas, Terceiro Secretário, 1966/67; Bruxelas, Segundo Secretário, 1967/69; Bogotá, Segundo Secretário, 1969/73; Bogotá, Chefe do Setor de Promoção Comercial, 1970/73; Nova York, Cônsul-Geral-Adjunto, 1979/80; Nova York, Diretor do Escritório Comercial do Governo Brasileiro, 1979; Nova York, Encarregado do Consulado-Geral, 1980.

Professor dos Cursos de Comércio Exterior da Fundação Centro de Estudos de Comércio Exterior; Professor, Curso de Treinamento para Encarregados de Promoção Comercial do Uruguai, Centro Internacional de Comércio, 1979.

GUIMARÃES Neto, Samuel Pinheiro

Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, IRBr; Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, FND-UB; Curso de Economia Cafeteira, IBC; Curso de Política Comercial, GATT, Genebra.

Terceiro Secretário, 1963; Segundo Secretário, 1967; Primeiro Secretário, 1975; Conselheiro, 1978.

Assistente do Chefe da Divisão de Cooperação Econômica e Técnica, 1963/64; Assistente do Chefe da Divisão de Política Comercial, 1966/67; Chefe do Serviço Técnico de Análise e Planejamento, 1967/68; Assistente do Secretário-Geral-Adjunto para o Planejamento Político, 1967/68; Em licença, 1972/73; Assistente do Chefe da Divisão do Pessoal, 1974/75; Assistente do Assessor Especial do Ministro de Estado, 1975/76; Assessor do Ministro de Estado, 1976/78/79.

Boston, Cônsul-Adjunto, 1968/69; Boston, Cônsul, 1969/70; Washington, Segundo Secretário, 1970/71.

Ordem de Rio-Branco, Oficial, Brasil.

JARDIM, Torquato Lorena

Bacharel em Direito, Faculdade de Direito do Distrito Federal, 1975; *Master of Laws*, Universidade de Michigan, 1979; Curso "Orientation in the U.S. Legal System", Georgetown University, Washington, 1977. Advogado; Professor de Direito Comercial Internacional e de Jurisprudência do Direito Comercial, Universidade de Brasília, 1977/80; Secretário-Geral da Presidência do Tribunal Superior Eleitoral, 1979/80; Assessor do Ministro, Supremo Tribunal Federal, 1975/78; Assessor, Conselho de Não-ferrosos e de Siderurgia – CONSIDER, Ministério da Indústria e do Comércio, 1974/75; Assessor, Siderurgia Brasileira – SIDERBRÁS, 1974; Assessor, Programa Nacional da Carta Escolar – PROCARTA, Ministério da Educação e Cultura, 1972/73.

"*Due Process of law* e a proteção da liberdade individual" (conferência), Associação dos Advogados de São Paulo, 1979; "Foreign investment controle principles in the Andean Common Market", Universidade de Michigan, 1978; "U.S. – Brazilian trade relations", Universidade de Michigan, 1979.

LINS, Augusto Estellita

Escola Naval de Villegaigon, 1948; Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, PUC/RJ, 1953; Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, IRBr, 1954; Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, IRBr, 1955; Curso de Informações, Escola Superior de Guerra, 1966; Curso de Política Internacional, Instituto de Estudos Latino-Americanos, Universidade Internacional de Estudos Sociais Pro-Deo, Roma, 1971; Curso de Artes Gráficas, SENAI-DR/DF, 1975; Curso de Organização e Métodos, BCCL Consultores, DF, 1976; Curso de Altos Estudos, Escola Superior de Guerra, 1976; English Literature, IBI, 1976.

Terceiro Secretário, 1955; Segundo Secretário, 1961; Primeiro Secretário, 1966; Conselheiro, 1973; Ministro de 2ª Classe, 1977.

Auxiliar do Secretário-Geral de Política Exterior, 1967–1968; Assistente do Chefe da Divisão de Segurança e Informações, 1968; Chefe da Divisão de Divulgação Documental, 1976.

Secretário substituto da Comissão de Reparações de Guerra, 1956; Secretário da Comissão Nacional para a Aplicação do Tratado de Amizade e Consulta com Portugal, 1957.

Membro da "Academia de Abogados", do Equador; Presidente da Comissão de Verificação instituída pelo Conselho Federal de Cultura para aprovação do Curso de Relações Internacionais na Universidade de Brasília, 1977; Presidente da Banca Examinadora de Português no Exame Vestibular para o CPCD e no Concurso de Provas para a Carreira Diplomática, IRBr, 1977 a 1980.

Autor de obras de poesia e ficção.

NEVES, Luiz Augusto de Castro

Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, IRBr; Curso de Ciências Econômicas, Faculdade de Economia, UF/RJ; Curso de Prática Diplomática e Consular, IRBr; Curso de Treinamento e Aperfeiçoamento para Chefes de Setores de Promoção Comercial; Curso de Mestrado em Economia, University College, Universidade de Londres.

Terceiro Secretário, 1968; Segundo Secretário, 1972; Primeiro Secretário, 1978.

Assistente junto à Assessoria Especial do Ministro de Estado, 1969/71; Assistente do Chefe da Divisão de Produtos de Base, 1977/79; Assistente do Chefe da Divisão de Energia e Recursos Minerais, 1978/80; Chefe, substituto, da Divisão de Energia e Recursos Minerais, 1980.

Buenos Aires, Terceiro Secretário, 1972; Buenos Aires, Segundo Secretário, 1973, Londres, Segundo Secretário, 1974/77.

REZEK, José Francisco

Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, 1962 – 1966; Diploma de Estudos Superiores de Doutorado em Direito Público pela Faculdade de Direito da UFMG, 1966–1967; Bolsista da *Interamerican University Foundation* para viagem aos Estados Unidos da América, 1965; Diploma da *Harvard University* em curso de extensão: Instituições Americanas; Problemas do Desenvolvimento Econômico; Bolsista do Governo Francês em nível de pós-graduação, 1967 – 1968, 1970; Integrante do Centro de Estudos e Pesquisas de Direito Internacional e Relações Internacionais da Academia de Direito Internacional de Haia, 1968; Doutor em Direito Internacional Público pela Universidade de Paris, 1970; Pesquisador-visitante na Universidade de Paris, a convite do Governo francês, 1973; Pesquisador de nível pós-doutoral na Universidade de Oxford, em Direito

Público Comparado, com o patrocínio do Conselho Britânico, 1978–1979, *Diploma in Law* pela Universidade de Oxford, 1979.

Professor Assistente na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais mediante concurso público, 1970; Professor de Direito Internacional Público, no curso de Bacharelado, e de Relações Internacionais, no curso de Doutorado, da Faculdade de Direito da UFMG, 1970; Professor de Direito Internacional Público nos cursos de graduação e pós-graduação, e de Direito Constitucional no curso de pós-graduação da Universidade de Brasília, desde abril de 1971; Membro da Comissão Examinadora em concurso público para Auxiliar de Ensino de Direito Internacional Público promovido pela Universidade Federal de Minas Gerais, 1971; Chefe do Departamento de Direito da Universidade de Brasília, 1974–1976; Membro da Comissão Examinadora de tese de doutoramento em Direito Internacional, na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, 1975; Membro da comissão de implantação e primeiro Coordenador do Curso de Mestrado em Direito da Universidade de Brasília, 1974–1975; Membro da Congregação de Carreira do Curso de Mestrado em Direito da Universidade de Brasília, 1975–1977; Membro da Comissão de Honra e integrante de debates no 1º Fórum Nacional de Ciências Jurídicas e Sociais, Brasília, 1976; Coordenador do Curso de Extensão sobre a *Integração Latino-americana*, promovido pelo Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade de Brasília, 1977; Coordenador do Curso de Extensão sobre a *Imunidade dos Estados Estrangeiros e de seus Agentes à Jurisdição Local*, promovido pela Universidade de Brasília, 1977; Professor de Direito Internacional dos Ciclos de Treinamento de Especialistas em Promoção Comercial do CENDEC, 1977–1980; Conferencista em várias Universidades, órgãos públicos e centros de pesquisa; Diretor da Faculdade de Estudos Sociais Aplicados da Universidade de Brasília, 1978–1979.

Procurador da República mediante concurso nacional, 1972; promovido por merecimento, 1973 e 1974; Assessor do Procurador Geral da República, 1972–1978; Membro da Comissão designada pelo Procurador Geral da República para elaborar o anteprojeto de Lei Orgânica do Ministério Público da União, 1974, Representante do Ministério Público Federal na Comissão designada pelo Procurador Geral da República para elaborar o anteprojeto de Lei Complementar sobre a organização do Ministério Público, 1977; Subprocurador Geral da República, com exercício junto ao Supremo Tribunal Federal, desde setembro de 1979.

Advogado Judiciário do Estado de Minas Gerais, 1967; Assessor de Planejamento e Controle do Secretário de Estado de Administração, 1969; Secretário Jurídico do Ministro Bilac Pinto no Supremo Tribunal Federal, 1970-1972; Membro da Comissão Examinadora em concurso público promovido pelo Senado Federal para Assessor Legislativo, 1972; Membro da Comissão Examinadora em concurso público promovido pelo Tribunal de Contas da União para Auditor, 1975; Membro da Comissão Examinadora em concurso público promovido pelo Conselho de Justiça Federal para Juiz Federal, 1975; Coordenador do Grupo de Trabalho Interministerial (Justiça-Fazenda-Planejamento) para equacionar, mediante projeto de lei, o problema de guarda e destino dos bens apreendidos em casos de contrabando e descaminho, 1974-1975; Delegado do Brasil às três sessões da Conferência Diplomática para a Reafirmação e o Desenvolvimento do Direito Internacional Humanitário Aplicável aos Conflitos Armados, Genebra, 1974-1975-1976; Presidente da Banca Examinadora em concurso público promovido pela Câmara dos Deputados para Assessor Legislativo, 1977; Representante do Ministério da Justiça no Grupo de Trabalho Interministerial incumbido de examinar o Protocolo Adicional às Convenções de Genebra sobre a proteção das vítimas dos conflitos armados, 1977-1978; Oficial da Ordem do Rio-Branco, 1979; Membro da Comissão designada pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores para a instrução dos processos decorrentes da Lei de Anistia nos quadros do Itamaraty, 1979. Autor de diversas obras, publicadas no Brasil e no exterior.

RICÚPERO, Rubens

Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, IRBr; Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, FD-UF/SP; Estágio na AIEA, Viena.

Cônsul de Terceira Classe, 1961; Segundo Secretário, 1964; Primeiro Secretário, 1970; Conselheiro, 1973; Ministro de Segunda Classe, 1978.

Oficial de Gabinete do Ministro de Estado, 1961/63; Assessor do Chefe do Serviço de Relações com o Congresso, 1961/63; Chefe da Divisão de Difusão Cultural, 1971/74; Chefe da Divisão da América Meridional II, 1977/80; Chefe, substituto, da Divisão de Fronteiras, 1979/80; Chefe, substituto, do Departamento das Américas, 1980.

Viena, Terceiro Secretário, 1963/64; Viena, Encarregado do Serviço Consular, 1964; Viena, Segundo Secretário, 1964/66; Buenos Aires, Segundo Secretário, 1966/69; Buenos Aires, Chefe do Serviço de Promoção Comercial, 1967/69; Quito, Segundo Secretário, 1969/70, Quito,

Encarregado de Negócios, 1969 e 1970; Quito, Primeiro Secretário, 1970/71; Quito, Encarregado de Negócios, 1970 e 1971; Washington, Conselheiro, 1974/77.

Prêmio "Lafayette de Carvalho e Silva"; Prêmio Rio Branco e Medalha de Vermeil, IRBr; Ordem de Rio Branco, Comendador, Brasil; Ordem do Mérito Militar, Comendador, Brasil; Ordem do Mérito Naval, Comendador, Brasil; Medalha Tamandaré, Brasil; Ordem do Mérito, Oficial, Argentina; Ordem do Mérito, Oficial, Áustria; Ordem do Mérito, Oficial, Costa do Marfim; Ordem do Mérito, Oficial, Togo; Ordem do Mérito, Oficial, Gabão; Ordem do Mérito, Oficial, República dos Camarões; Ordem do Mérito, Comendador, Equador; Ordem Francisco Miranda, Comendador, Venezuela, Ordem do Sol, Comendador, Peru.

SAPHA, Flávio Moreira

Bacharel em Direito, UEG; Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, IRBr; Curso de Mestrado em Ciência Política, Universidade de Nova York.

Terceiro Secretário, 1961; Segundo Secretário, 1966; Primeiro Secretário, 1973; Conselheiro, 1978.

Assistente do Chefe da Divisão de Transportes e Comunicações 1961/65; Assistente do Chefe da Divisão de Transportes e Comunicações, 1971; Assistente do Chefe da Divisão da Amazônia, 1971/72; Assistente do Chefe da Divisão da Bacia do Prata e Chile, 1972/73; Assistente do Chefe da Divisão Consular, 1976/77; Assessor do Chefe do Departamento Consular e Jurídico, 1977/79; Chefe da Divisão Consular, 1979/80.

Buenos Aires, Terceiro Secretário, 1965; Buenos Aires, Segundo Secretário, 1966/68; Tóquio, Segundo Secretário, 1968/70; Nova York, ONU, Primeiro Secretário, 1974/76.

Ordem do Rio-Branco, Comendador.

TOSCANO, Yvonne de Cristofaro

Diploma em Letras Modernas pela Universidade de Nápoles, Itália, 1940; estágio de especialização, CREDIF (Centre de Recherche et d'Etude pour la Diffusion du Français), São Paulo, 1966; Certificado da Escola Superior de Saint-Cloud que autoriza a organizar centros de ensino do francês pelos métodos audiovisuais; 1º Congresso Nacional sobre

Ensino Audiovisual do Francês, UFMG, 1968; Jornadas Pedagógicas, Brasília, Coordenação do Ensino Médio do DF, Associação de Professores de Francês do DF, Serviço Cultural da Embaixada da França, 1971, 1972; estágio sobre Atualização da Metodologia Audiovisual, CRE-DIF, Rio, 1974; Curso de Treinamento, Metodologia e Uso da Língua Francesa, Fundação Educacional do Distrito Federal, Brasília, 1978.

Professora particular de italiano e francês, 1941-1957; professora de língua francesa, Alliance Française, Brasília, 1963-1980; professora de italiano e francês, IRBr, 1977-1980; aplicadora de testes de conhecimento de língua italiana, CENDEC/SEPLAN, 1980.

TRINDADE, Antonio Augusto Cançado

Grau PhD. pela Universidade de Cambridge, Inglaterra, com a tese "Developments in the Rule of Exhaustion of Local Remedies in International Law" (em 2 vols., 1728 págs.): tese premiada com o "Yorke Prize", concedido pela Faculdade de Direito da Universidade de Cambridge como a melhor das teses de Ph.D. (Doutorado) defendidas naquela Universidade, na área do Direito Internacional, no biênio 1977-1978; grau LL.B. em Direito Internacional, Universidade de Cambridge (1973); Diploma em Direito Internacional e Comparado, Instituto Internacional de Direitos Humanos, Universidade de Strasbourg (1974); Certificado em Direito Internacional do Seminário da Comissão de Direito Internacional da ONU (Genebra, 1975); Certificado de Pesquisa em Direito Internacional do Centro de Pesquisas da Academia de Direito Internacional de Haia (1974); Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (1º prêmio em Direito Civil, 1971); Licenciado em Letras pela Universidade Federal de Minas Gerais (1969).

Livros: "Princípios do Direito Internacional Contemporâneo" (Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1979). Artigos: mais de cinquenta artigos publicados até o presente nos principais periódicos de Direito internacional de quinze países, dentre os quais: "Archiv des Völkerrechts" (Tübingen, 1977); "Revue belge de droit international" (Bruxelas, 1976); "Jahrbuch für internationale Recht/ German Yearbook of International Law" (Kiel, 1979); "International and Comparative Law Quarterly" (Londres, 1976 e 1979); "Revue de droit international de sciences diplomatiques et politiques" (Genebra, 1977 a 1980); "Indian Journal of International Law" (Nova Délhi, 1976 e 1978); "Nederlands Tijdschrift voor internationaal Recht" (Leiden, 1977); "Rivista di

Diritto Internazionale" (Milão, 1978); "Revue des droits de l'homme - Droit international et comparé" (Paris 1976 e 1977); "Cahiers de droit européen" (Bruxelas, 1978); "Cambridge Law Journal" (Cambridge, 1977); "Österreichische Zeitschrift für öffentliches Recht" (Viena, 1978); "Philippine Law Journal" (Filipinas, 1978); "Malaya Law Review" (Cingapura, 1976); "Revista de Direito Público" (São Paulo, 1979); "Arquivos do Ministério da Justiça" (Brasília, 1979 a 1980); "Revista da Faculdade de Direito da UFMG" (Belo Horizonte, 1976 a 1979); e vários outros.

Professor Adjunto II do Quadro Docente da Universidade de Brasília, área de Direito Internacional (1978-1979); Chefe do Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade de Brasília (1979-1980); Professor de Direito Internacional Público II no Instituto Rio-Branco (1979-1980); Assessor Jurídico do Escritório da Organização das Nações Unidas em Genebra (1978-1979); Professor Visitante, a convite do Governo dos Estados Unidos, Universidade de Tufts, Denver, U.C.L.A. - Berkeley, Stanford (1980); Coordenador de Pesquisas do Projeto "Memória Política Nacional", Grupo "Relações Internacionais", Convênio Câmara dos Deputados/Universidade de Brasília (1979); Relator de temas nas II Jornadas Latino-Americanas de Direito Internacional, Chile (1980); Editor Executivo da Revista "Relações Internacionais" (Brasília, UnB, 1979-1980); Membro das Congregações de Carreira e Graduação e Pós-Graduação 1979-1980 e da Banca Examinadora de Dissertação de Mestrado, área de Organizações Internacionais (1979), Universidade de Brasília; Examinador do concurso vestibular, Instituto Rio-Branco (Direito, 1979); Professor Contratado do Departamento de Ciência Política da UFMG, Assessor do Serviço de Relações Internacionais da Reitoria da UFMG, e Auxiliar de Ensino da UFMG mediante concurso público (1971-1972); participação, a convite, como relator ou debatedor, de inúmeros congressos internacionais na área do Direito Internacional, no Brasil e vários outros países (1975-1980).

Associações Científicas e Profissionais: Sociedade Brasileira de Direito Internacional (associado); International Law Association (seção britânica); British Institute of International and Comparative Law; Centre International de Formation et de Recyclage des Enseignants de Droit (Strasbourg); American Society of International Law; Indian Society of International Law (membro convidado); Institute of Advanced Legal Studies (Londres); Cambridge University Philosophical Society; Conselho Brasileiro de Relações Internacionais (sócio titular fundador e membro do Comitê Diretivo); Fundação Brasileira de Direito Econômico (membro fundador e ex-Diretor); Inter-American Bar Association (Co-

Presidente do Comitê de Direitos Humanos); Ordem dos Advogados do Brasil (seção de Minas Gerais); dentre outras.

VALE, José Rosa Abreu

Filosofia, Seminário Arquidiocesano, Fortaleza, 1959; Mestrado em Teologia, Pontifícia Universidade Gregoriana, Roma, 1964; Pedagogia, Universidade de Strassbourg, 1965; Comunicação Social (Jornalismo), Universidade Internacional de Estudos Sociais, Roma 1968; Curso "Técnicas de Pesquisa-Ação relacionada à participação ativa das populações nos processos de desenvolvimento", Institut pour le Développement des Peuples, Paris, 1977; Curso de "Métodos de Análise Institucional e Criação Coletiva", Institut pour le Développement des Peuples, 1977.

Consultor do Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN), Ministério da Justiça, 1978/80; responsável pelo "Serviço de Comunicação Social" do "Institut Régional d'observation sanitaire et sociale (IROSS) do Centre de Medicine Preventive de Nancy, 1975/78; Secretário-Geral do Movimento Internacional dos Intelectuais e Profissionais Católicos de Pax Romana, Fribourg, Suíça, 1971/75; Coordenador do "Serviço Europeu de Universitários Latinoamericanos", Bruxelas, Bélgica, 1968/71; Redator de assuntos internacionais no Programa Brasileiro da Rádio do Vaticano, 1965/68; correspondente em Roma dos jornais O Nordeste e o O Povo, de Fortaleza; conferencista da "Association d'Education pour la Santé de l'Isère," Grenoble, França.

VASCONCELOS, Ruy Antonio Neves Pinheiro

Bacharel em Direito, FD-UF/RJ; Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, IRBr.

Terceiro Secretário, 1966; Segundo Secretário, 1968; Primeiro Secretário, 1975; Conselheiro, 1979.

Assistente do Chefe da Divisão de Transportes e Comunicações, 1966/67; Assistente do Chefe da Divisão de Feiras e Turismo, 1975/79; Chefe da Divisão de Programas de Promoção Comercial, 1979/80.

Washington, Segundo Secretário, 1970/72; Santiago, Cônsul-Adjunto, 1972/74, Santiago, Segundo Secretário, 1974/75.

VILLA-LOBOS, Jaime

Bacharel e Licenciado em Letras Anglo-Germânicas, FNF-UB; Curso de Extensão em Literatura Americana, UB/RJ; Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, IRBr; Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, FD/RJ; Curso da Academia de Direito Internacional de Haia; Curso de Teoria Musical da Escola Nacional de Música da UB; Curso do Centro de Instrução de Oficiais da Reserva da Marinha do Brasil (CIORM).

Cônsul de Terceira Classe, 1961; Segundo Secretário, 1965; Primeiro Secretário, 1972; Conselheiro, 1977; Ministro de Segunda Classe, 1980.

Assistente do Chefe da Divisão do Pessoal, 1962; Chefe da Divisão de Turismo, 1971/72; Gabinete do Secretário-Geral-Adjunto para Organismos Regionais Americanos, 1972/73; Assistente do Chefe da Divisão do Oriente Próximo, 1973; Assistente do Chefe da Divisão de Ciência e Tecnologia, Departamento Cultural, 1974; Chefe da Divisão de Difusão Cultural, 1979/80; Chefe, substituto, do Departamento de Cooperação Cultural, Científica e Tecnológica, 1980.

Bruxelas, CEE, Terceiro Secretário, 1963/65; Bruxelas, CEE, Segundo Secretário, 1964/65; Bruxelas, CEE, Encarregado de Negócios, 1964 e 1965; Belgrado, Segundo Secretário, 1966/68; Sófia, Encarregado de Negócios, 1966, Belgrado, Encarregado de Negócios, 1966 e 1967; Montevidéu, Segundo Secretário, 1968/71; Paris, UNESCO, Primeiro Secretário, 1975/77; Paris, Conselheiro, 1977/79.

Professor Assistente do Departamento de Português, Universidade de Illinois.

VILLELA, Ana Maria

Bacharel em Direito pela UFMG (1960); Docteur d'État (Droit privé), pela Faculté de droit et sciences économiques de l'Université de Paris (1970), hoje Paris II; Ainda na Universidade de Paris: D.E.S. de droit privé (1963); DES de sciences criminelles (1969); Certificado de habilitação ao Doctorat de l'Université (droit civil), 1962; Curso de Direito Comparado e Brevet de terminologia jurídica: francês-alemão, no Institut de droit comparé, da Universidade de Paris, 1962; Na Faculté internationale pour l'enseignement du droit comparé (Strasbourg): vários cursos de especialização em Direito Comparado, de 1962-1973, a saber: em Strasbourg, Helsinki, Ljubljana, Trieste, Pescara, Teerã e Istambul; Na Universidade de Londres: Curso de LL.M., King's College, 1979; Pesquisa em vista de um livro, posteriormente publicado, no Ins-

titute of Advanced Legal Studies, 1979; Na Academia de Direito Internacional de Haia: Diploma do Centre de recherches de droit international et Relations Internationales, 1977 (Tema: Rios internacionais); Cursos de Direito Internacional Público e Privado, 1972, 1974; Curso e treinamento em Direito Internacional, pelo UNITAR/ONU, 1974; Na Université Libre de Bruxelles: Estágio patrocinado pela OEA sobre "Aspectos jurídicos e econômicos da integração européia", 1972. No Institut Universitaire International de Luxemburg: Curso sobre: "Influência da Comunidade Econômica Européia sobre o Direito Internacional Privado dos países membros", 1979; Outros cursos: Curso completo de alemão, no Instituto Goethe de Belo Horizonte, 1956-1960; Curso completo de italiano, na Sociedade de Cultura Italiana, em Belo Horizonte, 1956-1960; Cursos incompletos de Letras Clássicas e Línguas Anglo-germânicas na Faculdade de Filosofia da UFMG, entre 1956 e 1960.

Monitora de Direito Civil e de Direito Penal, na Universidade de Paris II, 1966, 1967, 1968; Professora na Universidade de Brasília, desde 1969, primeiramente no Departamento de Direito, e, depois, no Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais; Desde 1977, ministra aulas de Direito Internacional Privado, no Instituto Rio-Branco; Desde 1979, ministra aulas de Direito do Comércio Internacional no CITRE, Itamaraty; Durante dois anos, ministrou aulas na ESAF.

Diretora do Centro de Estudos de Direito Romano e Sistemas Jurídicos da Universidade de Brasília; Membro da Câmara de Pesquisa e pós-graduação da UnB; Ex-Coordenadora do mestrado em Direito e Estado da UnB; Ex-membro do Conselho Universitário da UnB; Ex-subchefe do Departamento de Direito da UnB; Ex-subchefe do Departamento de Relações Internacionais da UnB; Ex-Vice-Diretora da Faculdade de Estudos Sociais da UnB.

Disciplinas atualmente sob sua responsabilidade na UnB: Sistemas de Direito Contemporâneos; Direito das sociedades comerciais; Direito Romano das Institutas; Direito Internacional dos Negócios.

Publicações: *La transmission d'héritité en droit français et en droit brésilien*, Paris, Librairies Techniques, 1970; *O divórcio no Direito Internacional Privado Brasileiro*, Rio, Forense, 1980; Desde 1973, responsável pela rubrica "Brésil", do *Annuaire Français de Legislation Étrangère*; *Le droit international privé brésilien et la question du divorce*, in *Revue critique de droit international privé*, Paris, Sirey, 1980; Várias outras contribuições em revistas e obras coletivas publicadas no Brasil e no exterior.

WATSON, Sérgio de Veiga

Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, IRBr; Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, IRBr.

Terceiro Secretário, 1957; Segundo Secretário, 1961; Primeiro Secretário, 1966; Conselheiro, 1973; Ministro de Segunda Classe, 1976.

Assistente do Chefe da Divisão de Política Financeira, 1966; Chefe da Divisão de Organização, 1967/70; Chefe da Divisão de Orçamento e Programação Financeira, 1974/78; Chefe, substituto, do Departamento Geral de Administração, 1975 e 1976; Chefe da Divisão de Documentação Diplomática, 1978/80; Chefe, substituto, do Departamento de Comunicações e Documentação, 1979 e 1980.

Berna, Terceiro Secretário, 1959/61; Berna, Segundo Secretário, 1961/62; Berna, Encarregado de Negócios, 1961; Bogotá, Segundo Secretário, 1962/66, Bogotá, Encarregado de Negócios, 1964, 1965 e 1966; Paris, Primeiro Secretário, 1970/73; Paris, Conselheiro, 1973.

YAMAGUCHI, Michio

Bacharel em Direito, Keio University, Tóquio, 1932. Professor de japonês em São Paulo, Goiás e Brasília.